

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDREIA CRISTINA DA SILVA

**DO CAULE AOS FRUTOS: DIAGNÓSTICO DA PRODUÇÃO E USO DA POLPA  
DE JUÇARA (*Euterpe edulis* Martius) NO LITORAL DO PARANÁ**

MATINHOS  
2017

ANDREIA CRISTINA DA SILVA

**DO CAULE AOS FRUTOS: DIAGNÓSTICO DA PRODUÇÃO E USO DA POLPA  
DE JUÇARA (*Euterpe edulis* Martius) NO LITORAL DO PARANÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável - setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Marcia Regina Ferreira

Co-orientador: Dr. Francisco Paulo Chaimsohn

MATINHOS  
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte  
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

S586c Silva, Andreia Cristina da  
Do caule aos frutos: diagnóstico da produção e uso da polpa de juçara  
(*Euterpe edulis* Martius) no litoral do Paraná / Andreia Cristina da Silva ;  
orientadora Marcia Regina Ferreira ; co-orientador Francisco Paulo Chaimsohn. –  
2017.  
158 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral,  
Matinhos/PR, 2017.

1. Meio ambiente – conservação e proteção. 2. Sociobiodiversidade. 3. Litoral do  
Paraná. 4. Palmeira juçara. I. Dissertação (Mestrado) – Programa do Mestrado em  
Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

CDD – 333.72




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
Setor LITORAL  
Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

### TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ANDREIA CRISTINA DA SILVA** intitulada: **DO CAULE AOS FRUTOS: a produção a partir do fruto da palmeira juçara (Euterpe edulis Martius) no litoral paranaense.**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO.

MATINHOS, 27 de Março de 2017.

  
MÁRCIA REGINA FERREIRA

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

  
RAQUEL REJANE BONATO NEGRELLE

Avaliador Externo (UFPR)

  
WANDERLEI DO AMARAL

Avaliador Externo (UFPR)

*À Gabriel Gandhi e Erick Sposito  
dedico este trabalho e tudo de bom que eu fizer nesta vida!*

## AGRADECIMENTOS

Existe um provérbio africano que diz “é necessário toda uma aldeia para educar uma criança” acredito que também é necessária uma aldeia para se fazer uma pesquisa e demonstrar gratidão para aqueles que participaram desta construção é uma tarefa preciosa.

Agradeço a Universidade Federal do Paraná em especial a todos os (as) docentes do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, pela oportunidade e ensinamentos.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marcia Regina Ferreira, minha orientadora, pela oportunidade, pelos apontamentos, pelas revisões e principalmente pelas preciosas referências que para além desta pesquisa expandiram meu olhar e certamente influenciará minha atuação no mundo. Sem seu apoio esta pesquisa não seria possível, seguirei com as reflexões que oportunizou em todos os diálogos que tivemos durante nossas reuniões, muito obrigada.

Ao IAPAR, em especial ao pesquisador Dr. Francisco P. Chaimsohn, pela importância do seu trabalho, pela disponibilidade em me atender e aceitar me co-orientar, pelo zelo e dedicação nas revisões e preciosos apontamentos e correções.

À CAPES e a Fundação Boticário pelo apoio financeiro que viabilizaram minha permanência em Matinhos e dedicação à pesquisa.

Aqueles (as) que cederam seu tempo e permitiram aprender a partir de sua prática e sua história, sou imensamente grata pela generosidade e paciência, são eles (as): Rosana Osaki, Maria E. da Cruz, Rosana R. Cagni, Victor Paolinetti, Eliane Schonrock, Gustavo Najar, Mariana Akemi, Bilidhol de O. Mateus, Gilson Anastácio, Aparecida Camargo, Phablo Bitercurt de Faria, Inês A. Nunes, Jonas Souza, Gabriel Flizikowski, Eliani Boldrini, Joarez Keik, Nelci Chiqueto, Carlos E. Seoane, Marcelo M. do Amaral, Raphael Serafim, Renan Zanatta, Gilson Dhamer, e Maria Dombroski.

Aos amigos (as) mestrandos dos PPGDTS, Luciana G. Martins pela parceira no campo, discussão da literatura e revisões finais e ao Osni Arturo Francisco Junior cujas discussões e auxílios na fase de estruturação da pesquisa e entrevistas foram fundamentais.

Aqueles (as) que me auxiliaram a estabelecer contato com os produtores ou a compreender o cenário da produção em outras escalas agradeço: Jussara C. de Siqueira, gestora ambiental que atuou com certificação de orgânicos no litoral do Paraná; Valdenise Veloso da Mõtiro Sociedade Cooperativa; Marcus Ferreira de Paiva da Xondaro Arte Indígena; Cristiano Motter do Centro Ecológico e articulador sul da Rede Juçara; José Otavio Consoni do PNSHL; Maria Cristina Miranda, arte educadora residente em Morretes; e aos acadêmicos do PPGDTS Jhonatan C. dos Santos, Murilo Carlos Siqueira, Natália Esteves.

Pelo auxílio na interpretação legal de utilização do fruto da juçara agradeço, Elton Massarollo, do MAPA; Rodrigo Noletto do Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN), Naiara Bittencourt da ONG Terra de Direitos e a Margit Hauer do Instituto Ambiental do Paraná.

Aqueles (as) que proporcionaram auxílios valiosos: Elaine Padush por me ensinar a utilizar o ArqGis e toda a tutoria no auxílio a elaboração dos mapas; as revisões finais e apontamentos de Ilane Lobato e Isabella Vallin; pela elaboração e revisão dos resumos em idioma estrangeiro agradeço a Amanda Victoria Olmedo Vega, Tiago Custódio de Oliveira e Adriano Guerra; e ao José Carlos Muniz pelas várias referências e conversas; as cozinheiras do R.U. por terem feito mais que nos alimentar, mas terem preenchido de sabor nossos dias de dedicação ao estudo.

Aos companheiros do grupo olhares compartilhados, que ainda não foram nominados, Ana Elisa Penha, Diego Gustavo, Marili Miretzk, Tarcimeri Serpa dos Santos, pela partilha, companheirismo e reflexões.

A todos os colegas discentes do PPGDTS, em especial a Natali Calderari, Edipo Tagliatella e Muniz, pela divisão que praticamos, aqui destaco o exemplo de que é

possível romper a meritocracia e vivenciar as aspirações teóricas que estudamos; ao Francisco Xavier de Souza pela história e amor a pesquisa; ao secretário do PPGDTS e colega do mestrado João Rafael Deron pelos vários esclarecimentos e apoios.

A minha família especialmente minha mãe Cleonice de Jesus da Silva e meu pai Luiz Carlos da Silva pelo exemplo de luta, sabedoria e honra, pelo esforço em aceitar minhas escolhas, por cuidarem do Biel nas férias para me dedicar a pesquisa, e, ao restante da família de sangue e coração, Ana Lucia da Silva, Ricardo da Silva, Rafael da Silva, Michele Santos da Cruz, Indaiá Sartori, Andressa Luz, Viviane Ruzza, Dayane Bazilio, Evelise P. Barbosa, Odálio, Dona Ana por todo o apoio e carinho que sempre dedicaram a mim e ao Biel.

Às amigadas que fiz em Matinhos: à Laura Denck Jackson pelas conversas e desabafos; à Milita Haiduk por confiar na minha palavra e me alugar um lar; a Márcia por ter compreendido o contexto de minha chegada e aceitado o Biel na Yupii mesmo sem vaga; Lauana Silva Perez e Bilidhol de O. Mateus por cuidarem do Biel em várias ocasiões; a todas as mães, pais e crianças da Comunidade de Aprendizagem Maria da Restinga em especial a Fernada Cometi, pela generosidade.

Aqueles que me cederam o teto de suas casas para realizar entrevistas, ou participar de conferências: Enzo Victorino Hernandez Agressott; Neltume Espinoza; Andressa Berno Benetti e Niémerson Gaudêncio.

Aos membros da banca de defesa, por cederem seu tempo e olhar: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raquel Rejane Bonato Negrelle, Prof. Dr. Wanderlei do Amaral e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Liliani Marília Tiepolo.



*“Todo ponto de vista é a vista de um ponto”*  
Leonardo Boff, *A água e a galinha*, 1997

*“Minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá,  
as aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá”*  
Gonçalves Dias, *Canção do exílio*, 1843

*“O saber se aprende com os mestres.  
A sabedoria só com o corriqueiro da vida”*  
Cora Coralina

## RESUMO

A presente pesquisa se configura na base epistemológica de um novo campo de conhecimento: a *ciência ambiental*, mais especificamente no arcabouço teórico sobre desenvolvimento territorial sustentável. O eixo através do qual se articula essa discussão é a Palmeira Juçara (*Euterpe edulis* Martius), espécie que remonta vínculos ancestrais milenares de utilização humana e sofreu ao longo do tempo diferentes pressões. No ecossistema, a planta representa uma das espécies-chave para a conservação da Mata Atlântica sendo importante tanto para manutenção da biodiversidade como para a sociobiodiversidade. Atualmente se encontra em alto risco de extinção na natureza e a utilização alimentar do seu fruto é considerada estratégica, sendo reconhecida pelo Ministério do Meio Ambiente como produto da sociobiodiversidade. No entanto, pouco se conhece sobre esta atividade no litoral do Paraná. Desta maneira, alicerçado na pesquisa exploratória abrangendo este território, se buscou: discutir a relação histórica entre o homem e a palmeira; apresentar o histórico de ações que fomentaram o uso da polpa; identificar quem são e onde estão os produtores que despulpam o fruto com o objetivo de gerar renda; onde fazem a colheita, como processam e como comercializam; e finalmente, discutir os potenciais e desafios desta produção a partir da percepção dos atores envolvidos no processo. Destaca-se que, a partir do estudo, foram identificadas dez experiências de atividade comercial presentes nos Municípios de Morretes, Antonina, Paranaguá, Guaraqueçaba e Matinhos, bem como as instituições que fomentaram o uso da polpa de juçara. Os resultados evidenciaram ainda a importância das trocas de saberes e divulgação do uso alimentar deste fruto, a necessidade de revisão de práticas institucionais que precisam considerar as pessoas na sua localidade, onde as ações sejam pautadas por relações processuais baseada na construção de confiança e diálogo entre os atores.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial sustentável; Fruto da palmeira juçara; *E. edulis*; sociobiodiversidade; litoral paranaense.

## RESUMEN

La presente investigación se configura en la base epistemológica de un nuevo campo de conocimiento: la ciencia ambiental, mas específicamente en el esqueleto teórico sobre desarrollo territorial sustentable. El eje, a través del cual se articula esta discusión, es la palmera juçara (*Euterpe edulis* Martius), especie que remonta relaciones ancestrales milenarias de utilización humana y que sufrió a lo largo del tiempo diferentes presiones. En el ecosistema, la planta representa una de las especies claves para la conservación de la mata atlántica, siendo importante tanto para la manutención de la biodiversidad, como para la sociodiversidad. Actualmente esta especie se encuentra en alto riesgo de extinción de la naturaleza, y la utilización alimentar del fruto de la palmera juçara es considerada estratégica, siendo reconocida por el ministerio del medio ambiente, como producto de la sociodiversidad. Entre tanto, poco se conoce sobre esta producción en la costa de Paraná. De esta manera, a través de la investigación exploratoria alcanzando este territorio, se busco discutir la relación histórica entre el hombre y la palmera; presentar el histórico de acciones que fomentan la producción a partir del fruto; identificar quienes son y donde están los productores que despulpan con el objetivo de generar renta; de donde cosechan el fruto, como es procesado y comercializado; y discutir las potencialidades y desafios de esta producción a partir de los actores involucrados en el processo. Se destaca que a partir de la investigación se identificaron diez experiencias de producción comercial, presentes en los municipios de Morretes, Antonina, Paranaguá, Guaraqueçaba y Matinhos y las instituciones que fomentan el uso de la pulpa de juçara. Los resultados manifiestan la importancia de intercambio de saberes y divulgación de este producto, la urgencia de revisión de prácticas institucionales que precisan considerar la necesidad de las personas en su lugar en que estas carências, sean pauteadas en el processo de relaciones, basadas en la construcción de confianza y diálogo entre los actores.

Palabras-clave: Desarrollo territorial sustentable; fruto de la palmera juçara; *E edulis*; Sociodiversidad; Costa de Paraná.

## SUMMARY

The present research is based on the epistemological basis of a new field of knowledge: environmental science, more specifically in the theoretical framework on sustainable territorial development. The Palm-Juçara (*Euterpe edulis* Martius), a species that dates back to millennial human relationships and has suffered different pressures over time, is the axis by which this discussion goes through. In the ecosystem, the plant represents one of the main keystone species for the conservation of the Atlantic Forest; due to its importance to the maintenance of biodiversity and sociodiversity. The species is currently at high risk of extinction in nature and the utilization of its fruit as food is considered strategic; the tree is recognized by the Ministry of the Environment as a product of socio-biodiversity. However, little is known about this production in the coast of Paraná. Thus, by means of the exploratory research that covers this territory, the case study intended: to discuss the historical relation between the palm and humans; to display the historical records of actions that have encouraged the use of its pulp fruit; to identify the producers that pulp the fruit for income and their location, where they harvest, how they process and sell it; and, finally, to discuss the potentials and challenges of this production from the perception of the actors involved in the process. Ten commercial production experiences were identified from this research; they are present in the Municipalities of Morretes, Antonina, Paranaguá, Guaraqueçaba and Matinhos and the institutions that promote the usage of the juçara pulp. The results also established the importance of exchanging knowledge and spreading of the fruit as food; the need for revision of institutional practices that require considering people in their own place, where the actions are related by procedural relationships based on trust building and dialogue between the actors.

Keywords: sustainable territorial development; palm-juçara fruit; *E. Edulis*; sociobiodiversity; Paraná coast.

## LISTA DE SIGLAS

ADEMADAN	- Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina
AIC	- Altura de Inserção de Cachos
AMANTANAL	- Associação dos Moradores da América de Baixo, América de Cima, Marumbi, Fartura Pantanal
ANAMA	- Associação Ação Nascente Maquiné
APA	- Área de Proteção Ambiental
ASPRAN	- Associação dos Produtores Rurais de Antonina
ATER	- Assistência Técnica e Extensão Rural
BDBTD	- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDRAF	- Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar
CMDS	- Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável
CNCFLORA	- Centro Nacional de Conservação da Flora
CORDRAP	- Conselho de Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e do Artesanato do Litoral Paranaense
DESMA	- Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica
DRSS	- Desenvolvimento Rural e Sustentável Solidário
EMATER	- Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENCA	- Encontro Nacional de Comunidades Alternativas
EPAGRI	- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.
EPI	- Equipamentos de Proteção Individual
ES	- Estado do Espírito Santo
FEPAGRO	- Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
FJP	- Fundação João Pinheiro
FMI	- Fundo Monetário Internacional
FUNBIO	- Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
IAP	- Instituto Ambiental do Paraná
IAPAR	- Instituto Agrônomo do Paraná
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IDMH	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDR	- Ingestão Diária Recomenda
IFPR	- Instituto Federal do Paraná

IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEMA	- Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica
IUFRO	- International Union of Forest Research Organizations
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MG	- Estado de Minas Gerais
MMA	- Ministério do Meio Ambiente
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
ONG	- Organização Não Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
OSCIP	- Organização Social de Interesse Público
PAA	- Programa de Aquisição de Alimentos
PAN	- Planos de Ação Nacionais para Conservação de Espécies Ameaçadas
PFSM	- Produto Florestal Não Madeirável
PIB	- Produto Interno Bruto
PNAE	- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNSHL	- Parque Nacional Saint-Hilaire Lange
PR	- Estado do Paraná
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RBMA	- Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
RPPN	- Reserva Particular de Patrimônio Natural
REJU	- Rede Juçara
RJ	- Estado do Rio de Janeiro
RS	- Estado do Rio Grande do Sul
SAFs	- Sistemas Agroflorestais
SC	- Estado de Santa Catarina
SciELO	- Scientific Electronic Library Online
SDT	- Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA	- Secretaria de Estado do meio Ambiente
SETI	- Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SP	- Estado de São Paulo
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UD	- Unidade de Despolpa
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina
UNESPAR	- Universidade Estadual do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
1.1 Reflexões sobre a trajetória de vida da pesquisadora e o presente estudo.....	20
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>23</b>
2.1 Desenvolvimento como meta e mito .....	23
2.2 Desenvolvimento territorial sustentável: construindo horizontes.....	28
2.3 Desenvolvimento e litoral do Paraná.....	33
2.3.1 Políticas públicas de desenvolvimento territorial sustentável .....	41
2.4 Conhecimento científico: aspectos botânicos e ecológicos da palmeira <i>Euterpe edulis</i> Martius .....	43
2.5 Características nutricionais do fruto da palmeira juçara .....	47
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>50</b>
3.1 Delineamento da pesquisa .....	50
3.2 Local de Estudo.....	52
3.3 Participantes da pesquisa .....	53
3.4 Técnicas de coleta de dados.....	56
3.4.1 Levantamento bibliográfico.....	58
3.4.2 Entrevistas.....	58
3.4.3 Caderno de campo.....	59
3.4.4 Análise e interpretação dos resultados.....	60
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>61</b>
4.1 Homem e a palmeira juçara: da pré-história ao Brasil na atualidade .....	61
4.2 Palmeira juçara do caule ao uso do fruto .....	76
4.2.1 Legislação sobre o uso do fruto da palmeira juçara .....	82
4.2.2 Legislação sobre a polpa de juçara .....	84

4.3 Ações de incentivo ao uso do fruto da palmeira juçara no litoral do Paraná: Diálogos e trocas de saberes em espaços formais e informais.....	85
4.4 Unidades de despolpa do fruto da palmeira juçara no litoral do Paraná .....	94
4.5 Perfil geral dos produtores .....	98
4.6 Perfil das atividades produtivas de despolpa do fruto da palmeira juçara no litoral do Paraná:.....	101
4.7 Coleta, produção e venda .....	102
4.8 Potenciais e desafios na cadeia produtiva da palmeira juçara .....	111
4.9 A produção da polpa de juçara como um elemento para a busca do desenvolvimento territorial sustentável .....	119
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>124</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>129</b>
<b>APÊNDICE 1 – Roteiro para entrevistas com articuladores .....</b>	<b>143</b>
<b>APÊNDICE 2 – TCLE para articuladores.....</b>	<b>145</b>
<b>APÊNDICE 3 - Roteiro para entrevista com produtores .....</b>	<b>146</b>
<b>APÊNDICE 4 – TCLE para produtores .....</b>	<b>148</b>
<b>ANEXO 1 – Informação Técnica DSC 13/2017 do IAP .....</b>	<b>149</b>



## 1. INTRODUÇÃO

O litoral do Paraná é a região que contém a maior área de floresta nativa do estado, assim como uma forte presença de unidades de conservação (UCs) com diferentes níveis de restrição quanto ao uso da terra (BIASSIO, 2011). Apesar de diversos dispositivos legais que visam proteger os remanescentes naturais, a região apresenta níveis crescentes de degradação e parte expressiva da população vive sob condições de pobreza, sendo alvos de diferentes interesses que alteram suas práticas adensando a extinção de espécies e culturas locais (ESTADES, 2003; FERREIRA, 2010; TIEPOLO, 2015).

Autores como Scoones (1999), propõem que as políticas devem ser realizadas envolvendo as pessoas em seus lugares, sendo parte do sistema natural e não exógenas a ele, e a construção do território se dá em função das interações sociais e ambientais e das relações de poder que variam ao longo do tempo (SAQUET, 2007).

As populações tradicionais caiçaras passam por um longo processo de exploração e invisibilidade (ADAMS, 2002; DIEGUES et al. 1999; TIEPOLO, 2015). Ferreira (2010) destaca a dificuldade dos atores governamentais de reconhecerem a importância das comunidades rurais e os desafios de incluir as demandas das comunidades na agenda política para se alcançar a conservação, promovendo, concomitantemente, a melhoria da qualidade do ambiente e de vida destas populações.

Historicamente a palmeira juçara teve um papel importante para os habitantes da Mata Atlântica, representando simbologia sagrada na cosmovisão Guarani Mbya, constituindo em fonte de alimento, matéria para construção de habitação e confecção de remédios (LADEIRA, 2007). Muitos destes usos permanecem nas comunidades tradicionais, dentre as quais o uso alimentar do palmito, retirado da parte superior do caule que é composto pelo meristema apical e por folhas indiferenciadas em desenvolvimento, cuja exploração culmina na morte da planta (REIS et al., 2000; BARROSO, 2009).

A partir da década de 1950, várias fábricas de conserva se estabeleceram nas regiões litorâneas visando explorar o palmito, que passou a ser um dos mais importantes produtos não madeirável explorado na Floresta Atlântica (CORSO,

2003; ROCHA, 2015). A intensa exploração desta planta, incompatível com o tempo necessário para sua reposição na natureza, levou à diminuição expressiva dos estoques naturais e o consequente decaimento deste mercado a partir de 1980 (CORSO, 2003).

Em 2008, a palmeira juçara entrou na lista de espécies ameaçadas de extinção e ficou proibida a exploração de seu palmito (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2008). No entanto, essa prática constitui-se uma importante fonte de renda para as populações locais (DIEGUES et. al, 1988; ROCHA, 2015; MOURÃO 1971) e vários trabalhos apontam as tensões e conflitos existentes na exploração clandestina do palmito, intensificando um cenário de fragilização socioambiental tanto para as comunidades quanto para o ecossistema (CARVALHO & FAGUNDES, 2013; CORSO, 2003; COATI, 2013).

A partir dos anos 2000, estudos de pós-graduação em Santa Catarina (MAC FADDEN, 2005), Rio Grande do Sul (TROIAN, 2009), São Paulo (BARROSO, 2009) e Espírito Santo (ANDRADE, 2015), começaram a ser desenvolvidos discutindo as estratégias de manejo do fruto da palmeira juçara, seu potencial de produção e processamento. Muitos deles apontam a exploração do fruto como alternativa mais sustentável, do ponto de vista ambiental, e mais rentável, do ponto de vista econômico que a exploração do palmito (MAC FADDEN, 2005; BARROSO *et al.*, 2010; CORSO, 2003; COATI, 2013).

Constata-se que, principalmente a partir de 2008, instituições governamentais e não governamentais começaram a incentivar no litoral do Paraná a produção da polpa de juçara, reconhecendo o potencial do uso do fruto tanto como base alimentar, como de geração de renda para as populações locais. No entanto, verifica-se a inexistência de estudos abrangendo este território que discuta os potenciais e desafios desta produção.

Apesar do termo polpa não ser tecnicamente adequado segundo a legislação<sup>1</sup>, este termo será utilizado neste trabalho por ser o mesmo utilizado pelo MMA<sup>2</sup>, pela rede juçara (REJU, 2014) e também ser a designação apresentada na

---

<sup>1</sup> Considerando que é necessária adição de água para despolpar o fruto da juçara, fator que não a caracteriza como polpa segundo a definição constante na Instrução Normativa nº 01 (BRASIL, Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento, 2000), que fixa os padrões de identidade e qualidade para polpas.

<sup>2</sup> Na chamada 11 de apoio a projetos demonstrativos (BRASIL, ministério do meio ambiente, 2011).

portaria nº 58 de 2016 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2016).

A pesquisa se justifica pela pertinência do tema ao território, bem como a necessidade de uma maior contextualização a partir de uma visão decolonial, que reflete sobre a importação de modelos desenvolvimentistas para os países do sul (MIGNOLO, 2008), e de uma perspectiva que reconheça os limites e potenciais do ambiente, possibilitando resgatar e promover novas formas de relação com o meio, considerando as necessidades das presentes e das futuras gerações (SACHS, 1986; 2004; 2009; 2010), assim como, a necessidade de ações a partir de nossa própria realidade (ZEA, 2015).

Desta maneira, pretendeu-se a partir da pesquisa exploratória compreender a situação da produção da polpa de juçara (*Euterpe edulis* Martius) no litoral do Paraná. No que tange os objetivos específicos considerando este território buscou-se: discutir a relação histórica entre o homem e a palmeira juçara; apresentar o conjunto de ações que fomentaram o uso da polpa de juçara no litoral do Paraná; identificar e mapear as iniciativas de produção com foco na geração de renda e por fim discutir os potenciais e desafios desta produção dentro da perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável.

Este trabalho está estruturado em cinco seções. Primeiramente a presente introdução, de forma a expor a relevância e a importância deste estudo, seguido pela apresentação da história da pesquisadora. Considerando que todo ponto de vista é a vista de um ponto (BOFF, 1997), e que todo conhecimento é autobiográfico (SANTOS, 2009), torna-se relevante saber a trajetória de quem organiza este texto.

Na segunda seção apresenta-se a revisão da literatura, situando a falência da importação da concepção exógena de desenvolvimento e posteriormente os elementos teóricos para a construção de novos horizontes. Discute-se o contexto, tensões e características do território estudado e demais elementos importantes para a compreensão da planta e características nutricionais relevantes.

Na terceira, aborda-se os procedimentos metodológicos que orientaram o delineamento da pesquisa. As etapas e técnicas utilizadas para corresponder aos diferentes objetivos elencados, assim como as fases de execução.

Na quarta seção discute-se o histórico de relações entre o homem e a palmeira juçara demonstrando as diferentes apropriações e pressões humanas sobre a planta nos últimos séculos; apresenta-se as ações de incentivo a despolpa que ocorreram no litoral do Paraná, bem como a caracterização dos produtores, localização e histórico das unidades de despolpa, formas de coleta, produção e comercialização, resultando na discussão sobre os potenciais e desafios na cadeia produtiva da palmeira juçara e como esta produção pode ser um elemento para a busca do desenvolvimento territorial sustentável. Por fim, não menos importante, na quinta seção estão as considerações finais e possibilidades de futuros estudos que podem ser realizados nesta temática.

### 1.1 Reflexões sobre a trajetória de vida da pesquisadora e o presente estudo

Se por traz de toda pesquisa existe uma pessoa, por traz de toda pessoa existe uma história. Sou filha de agricultores que se criaram no estado do Paraná e conforme o contexto de sua época se tornaram chefes de família ainda adolescentes, meu pai com 19 anos e minha mãe com 15. Casaram e migraram para a capital de São Paulo em busca de melhores condições de vida.

Assim como grande parte do fluxo migratório que se direcionou a capital, meus pais estabeleceram residência na periferia e criaram três filhos. Cresci então no maior adensamento populacional da América Latina, a Cidade Tiradentes, que contrariando o nome “cidade” é apenas um distrito no limite leste da capital de São Paulo, que em 2008 tinha cerca de 220 mil habitantes. No lugar onde nasci, a Mata Atlântica teve que ceder lugar a mais de 40 mil unidades habitacionais das chamadas “cidades dormitórios” e o mosaico neste caso, se dava entre os conjuntos habitacionais formais e os territórios informais com diferentes apropriações, níveis de baixa renda e ordenamento territorial.

Não vivi diretamente a política de abandono das áreas rurais do país, mas vivi a política de abandono das áreas periféricas, das quais o sucateamento da educação é onde sempre carregarei as maiores cicatrizes. Estudei em escolas que mais se assemelham a prisões onde os professores não tinham motivação para lecionar e quase abandonei a escola no primeiro ano do ensino médio. Graças a compreensão de meu pai que permitiu que uma menina de 15 anos com um metro e meio de altura gastasse três horas de percurso indo e voltando no período noturno de uma

escola pública do Tatuapé chamada Oswaldo Catalano, que eu pude expandir meus horizontes, conhecer o vegetarianismo, o ballet, literatura, teatro e a representação em instâncias de decisão participando do conselho escolar desta escola. Desde esta época, eu custeava meus gastos como forma de provar meu merecimento a esta “ousadia” conforme prometido, com isso aprendi não só a ter um controle financeiro intenso, mas a viver com uma renda muito pequena.

No fim do ensino médio estava preparada para no ano seguinte frequentar cursinhos pré-vestibulares e lutar por uma vaga no ensino superior público, período em que eu fui fisgada por uma incrível janela de oportunidade: a expansão do ensino superior, fruto dos investimentos em educação iniciados no governo Lula. Pude conquistar a tão sonhada vaga sem tanta luta, entrei no curso de Licenciatura em Ciências da Natureza da Universidade de São Paulo campus Leste. Logo no início, me apaixonei pela interface de atuação oferecida pelo curso de Gestão Ambiental e mudei de curso no fim do primeiro ano, inaugurando a verdadeira luta que foi me formar na universidade pública. Eu continuei mantendo todos os meus gastos num malabarismo econômico das bolsas de auxílio estudantil, extensão universitária, e iniciação científica que tirando os gastos com aluguel da república estudantil me sobrava 100 reais por mês, que boa parte era pago em xerox, e, diga-se de passagem, que nesse nível, a sobrevivência de muitos estudantes se deve aos restaurantes universitários.

Na universidade vivi uma intensa contradição entre discursos que garbosamente analisavam a periferia, a minha classe, minha gente, sem muitas vezes considerar que estávamos falando de pessoas, situadas em um contexto e uma história tão complexas quanto os danos ambientais que as ocupações irregulares causavam, em contraponto pouco a pouco ia sonhando diferente de muitos do lugar onde eu vim.

A primeira vez que ouvi falar da utilização do fruto da palmeira juçara foi no município de Eldorado, interior de São Paulo em uma articulação das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira em 2011, onde eu fazia as primeiras aproximações no campo de estudo para o TCC, sob orientação da professora Cristina Adams. Meu caderno de campo nesta ocasião guarda páginas e mais páginas de frases ouvidas neste encontro, frutos de uma sabedoria e de uma projeção de mundo e futuro que me marcaram. Nesta ocasião eu tentava entender as diferentes percepções de qualidade de vida entre os quilombolas que continuaram morando em sua terra e

seus filhos migrantes que foram principalmente para Curitiba/PR e São Paulo/SP, onde acabei expandindo meu campo de entrevistas para estes municípios. De forma sucinta, entre os entrevistados migrantes foi comum constatar que as referências de bem viver era estar onde nasceram, mas lá havia dificuldade de acesso a serviços públicos e escassas possibilidades de geração de renda, por isso vinham para a cidade, vender sua força de trabalho e onde acabavam conquistando seus bens e estabelecendo família, assim como meus pais fizeram.

Pouco tempo depois de defender o TCC e colar grau eu engravidei, constitui uma maternidade solo e germinei um ser que mudou meu mundo e remodelou meus sonhos. Com o Gabriel na barriga ainda me permiti viver o sonho de fazer um ano de voluntariado pelo país, fato que me levou a viver experiências em cinco estados brasileiros. Entre eles destaco a vivência de dois meses na RPPN de Salto Morato, em Guaraqueçaba, e participar da Rio + 20, escutando um pouco dos intensos debates acerca do capitalismo verde e da urgência por um outro tipo de desenvolvimento.

Desde que sonhei em fazer pós-graduação na UFPR Litoral não consegui deixar de pensar no potencial socioambiental que tem o fruto da palmeira juçara para a Mata Atlântica. Se de fato os povos das florestas vivem economias diversificadas que precisam ser valorizadas, também é preciso pensarmos em estratégias mais sustentáveis de formas de vida, no simples e difícil equacionamento da sustentabilidade: social, ambiental e econômica.

Fazer o mestrado no litoral foi mais uma oportunidade de aprender, aprender muito e de diversas formas, principalmente fora da sala de aula, aprender a ter até outra leitura de mim e da maneira como posso atuar no mundo. Foram vários espaços que me proporcionam vastas reflexões. Tudo o que consegui construir é apenas um grão de areia, que clama para que este grão se some a outros dentro da emergência que temos de valorizar as pessoas, os seres vivos e inanimados que também configuram e participam da nossa existência. Que esta “vibração” possibilite a criação de mecanismos socioambientalmente mais justos e eficazes sem esquecer que essa forma de ver o mundo não é inovadora é apenas resgate, por exemplo, da cosmologia do povo guarani, denominada nhande reko.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

A presente seção aborda um contexto geral acerca da compreensão sobre desenvolvimento, afim de traçar um panorama sobre o tema e, evidenciar a conjuntura socioeconômica e política do litoral do Paraná do qual faz parte o território a ser estudado (contexto sócio-histórico). Bem como, as características da espécie *E. edulis*, sendo importante estabelecer articulações e relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática, conforme aponta Minayo (1992), buscando assim levantar elementos que possibilite dar pistas para um prognóstico sobre o tema nas seções posteriores.

### 2.1 Desenvolvimento como meta e mito

“Não há nada pior que imaginar outros mundos para esquecer o quão doloroso é o mundo em que vivemos. Pelo menos assim eu pensava. Contudo eu não havia entendido ainda que, ao imaginar outros mundos, se acaba mudando também este”.

Umberto Eco<sup>3</sup>

O conceito de desenvolvimento desde o século XVIII esteve associado à ideia de crescimento econômico (FURTADO, 1974; SACHS, 2004, SEN, 2008), sendo possível observar vestígios desta interpretação no século XXI<sup>4</sup>. Após a Segunda Guerra Mundial, o atraso econômico que grande parte das nações vivia impulsionou a penetração em grande escala do modelo de desenvolvimento dos países nórdicos. No âmbito político, esta difusão foi catalisada por agências internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras instituições bilaterais (FURTADO, 2000; ESCOBAR, 1988).

Autores como Mignolo (2008), Escobar (2014) Zea (2015) acreditam que este período promoveu um novo processo de dominação cultural, social, econômica e política, exógena aos países do Sul, denominado colonialismo. De forma diferente do período da colonização em que houve a dominação a partir da “conquista” pelos

---

<sup>3</sup> Citado em Acosta (2016).

<sup>4</sup> Encontramos esta interpretação atualmente a exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC no Brasil.

impérios da Europa ocidental, o colonialismo se trata de um projeto civilizador a partir de um modelo de nação, os Estados Unidos. A premissa deste modelo remonta processos históricos de dominação desde a civilização e barbárie da Grécia antiga, para novas formas dicotômicas de superior/inferior estabelecidos em novas roupagens de império/colônia, burguesia/proletariado, cidade/campo, se expressando a partir do século XX como desenvolvidos/subdesenvolvidos (ZEA, 2015).

Segundo Zea (2015), o discurso da barbárie nega a existência da diversidade, pois marginaliza tudo o que seja diferente do modelo civilizatório a ser perseguido. O tipo de alienação principal e duradouro deste modelo se dá a partir da educação. Através da palavra, do *logos*, do verbo se materializa uma forma de pensamento emprestado, onde a história e a maneira de pensar de apenas uma parte da humanidade é reconhecida.

Um modelo de nação se propagou e, sua origem simbólica é marcado a partir do discurso de posse do presidente americano Harry Truman, em 1949, que definiu<sup>5</sup> a maior parte do mundo como “áreas subdesenvolvidas”, sendo a missão do povo americano, disponibilizar os benefícios de seus avanços científicos e seu progresso industrial para as áreas miseráveis, inaugurando um potente mandato ideológico que consolidou uma meta a ser alcançada por toda a humanidade (ACOSTA, 2016; ESCOBAR, 2014; LANG, 2016).

Para Darcy Ribeiro (1978), a classificação de nações inteiras como subdesenvolvidas coloca estes países como periferia de um centro, sendo a missão histórica destes se integrar a este projeto de civilização. O Produto Interno Bruto (PIB) foi o principal instrumento utilizado neste período para medir o desenvolvimento das nações e sua eficácia foi medida pelo grau de domínio da natureza.

Segundo Vinod (2002), o excesso de atenção dado para a acumulação de capital físico levou os países industriais a implementar políticas que subsidiassem um único tipo de capital, existindo sub-investimento na educação, na saúde e superexploração do capital natural (frequentemente em decorrência da sua depreciação ou fracos direitos de propriedade). Nos países considerados como “em desenvolvimento”, o

---

<sup>5</sup> Ou conforme Escobar (2014), que inventou.



crescimento econômico foi acompanhando de precarização das relações de trabalho, desemprego, exploração de crianças e adolescentes, e, assim, o crescimento foi sendo questionado. O PIB começa a ser criticado por medir somente o fluxo de riqueza. Esta medida indicaria o “muito ter” ou o “muito produzir” de uma sociedade, e não o seu bem-estar (GADREY & JANY-CATRICE, 2006; SACHS, 2004).

Para Furtado, “o desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder a aspiração da coletividade” (FURTADO, 2004 p. 04). Segundo o autor, só haverá desenvolvimento onde existam projetos sociais subjacentes e dispor de recursos para investir está longe de ser suficiente para preparar um futuro para a massa da população. No entanto, quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento.

A partir de meados da década de 1970, a preocupação ambiental emergiu na sociedade de forma ampliada, em resposta à recorrência de grandes impactos ambientais relacionados, na maioria das vezes, a problemas advindos do crescimento industrial desenfreado (DALLAZEN & SANTOS, 2007; BARBOSA, 1994). A pressão sobre os recursos naturais afetou a dinâmica natural dos ambientes e estas alterações culminaram em impactos ambientais significativos nas mais diversas escalas. Além da compreensão da crise socioambiental, em que persistem as assimetrias Norte-Sul, a agudização dos conflitos inter-étnicos, a explosão demográfica, os altos índices de exclusão social, miséria e criminalidade (VIERA, 2009, p.28).

Abramovay (2012) argumenta que três fatores são importantes no processo de desenvolvimento: relação sociedade natureza, inovação e biodiversidade. A relação sociedade-natureza constitui-se a base das demais e a concepção não pode ser a ideia de crescimento, sendo necessário reconhecer o limite dos ecossistemas e, assim, promover a inovação de forma a “melhorar como se obtém e transforma energia, os materiais e a própria biodiversidade em produtos mais úteis para a sociedade” (ABRAMOVAY, 2012 p.18).

O desenvolvimento como crescimento econômico não gera efeitos positivos para todas as camadas da população e, embora exista alguma relação entre renda e qualidade de vida. Furtado (1974) reforça, por exemplo que, “no Brasil não houve correspondência entre crescimento e desenvolvimento” (FURTADO, 1974 p.06) e o modelo a ser perseguido, se configura como um mito. Segundo o autor:

o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial será sempre o privilégio de uma minoria. O custo em termos de depredação do mundo físico deste estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generaliza-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda a civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana (...) a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos é irrealizável (...) as economias da periferia nunca serão “desenvolvidas”, no sentido de similares as economias que formam o atual centro do sistema capitalista (...) esta ideia tem sido de grande utilidade para utilizar os povos da periferia e leva-los a aceitar enormes sacrifícios para legitimar a destruição de suas formas de cultura (...) a destruição do meio físico e justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo. Cabe portanto, afirmar que a ideia de “desenvolvimento econômico” é um simples mito (...) um mito para desviar a atenção da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade (FURTADO, 1974 p. 75).

Em 1978, o clube de Roma publicou um estudo sobre o dilema da humanidade e dos limites do planeta. O objetivo foi de avaliar a capacidade de assimilação do planeta frente aos padrões de industrialização. As projeções levaram a concluir a insustentabilidade das atuais tendências de crescimento e a necessidade de planejamento e revisões estruturais nos padrões de crescimento e capacidade de assimilação do planeta (MEADOWS, 1978).

As críticas ao desenvolvimento, principalmente a partir das décadas de 1990, começou “a repensar suas ferramentas e seus indicadores, mas não seu conceito” (ACOSTA, 2016 p.60). A partir daí vários sobrenomes começam a oferecer um marco conceitual de solução para estes problemas. Destaca-se as contribuições do indiano Amartya Sen (2008) que considera o desenvolvimento um processo pela busca da expansão de liberdades individuais e coletivas, sendo a pobreza um estado de privação não só material, mas também de capacidades básicas e possibilidades de participação e envolvimento.

Para Sen (2008), o desenvolvimento acontece na medida em que os indivíduos de uma sociedade tenham oportunidade de satisfazer suas necessidades, a partir de suas possibilidades de escolha e de sua participação nos processos de

decisão, sendo determinante da iniciativa individual e da eficácia social. A compreensão de desenvolvimento humano possibilitou a criação, na década de 1990, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), permitindo ampliar os critérios de medição para além dos puramente econômicos. Acosta (2016), destaca que embora esta concepção amplie a compreensão, não agem de forma a superar as raízes predatórias e concentradoras do desenvolvimento.

Desenvolvimento, por envolver diversas dimensões, acabou “gerando um rosário cada vez mais extenso de adjetivos” (SACHS, 2009 p.346), associado a termos como: econômico, político, social, cultural, sustentável, e includente. No entanto, vários destes adjetivos, assim como o desenvolvimento includente que o autor descreveu a pedido da OIT em 2004, mostram uma oposição ao crescimento concentrador de riqueza e aos processos de mimetismo cultural descritos por Furtado (1974).

Sachs (2010) destaca que “estamos sentados sobre a ruína de quatro paradigmas” (SACHS, 2010 p. 36): o socialismo, o neoliberalismo argentino, o capitalismo desigual e o pós socialismo chinês; e “é sobre as ruínas desses paradigmas que teremos de construir projetos novos e plurais” (SACHS, 2010 p. 37).

Neste sentido, aportes conceituais teóricos e metodológicos vem sendo desenvolvidos como tentativas de respostas ao desenvolvimento, demonstrados através de práticas e pesquisas que abrangem categorias conexas como: “(i) desenvolvimento viável, (ii) de gestão patrimonial de recursos de uso comum e, mais recentemente, de (iii) desenvolvimento territorial sustentável têm contribuído para dotar o enfoque de ecodesenvolvimento de fundamentos científicos e éticos cada vez mais sólidos” (VIEIRA, 2009 p. 40).

A problemática reside na compreensão de desenvolvimento enquanto proposta global unificadora que “desconhece violentamente os sonhos e as lutas dos povos” (ACOSTA, 2016 p.50). A perspectiva crítica do pós-desenvolvimento se configura a partir de uma postura teórica com grande ressonância na prática política dos movimentos sociais, articulados a partir da racionalidade da comunidade, dos valores e direitos das pessoas e da natureza, incluindo perspectivas do “pluriverso” (ESCOBAR, 2014).

A história do Brasil em sua maioria foi construída dos brancos em relação aos índios (povos originários), para Viveiro de Castro (2015), no Brasil os povos

originários só agora estão tendo visibilidade por terem os próprios índios como porta vozes para denunciar o modelo de desenvolvimento imposto até os dias de hoje. Para o autor, a exploração iniciou já com a colonização do Brasil, o qual teve a origem de seu território “já batizado com o nome de mercadoria, uma árvore que, por ter sido implacavelmente explorada, está ameaçada de extinção” (VIVEIRO DE CASTRO, 2015, pg.11).

Desta maneira, não há um modelo pronto. A palavra desenvolvimento, faz uma analogia a um processo da natureza, mas mesmo este processo, cíclico natural, não ocorre de uma única maneira e nem indefinidamente (LANG, 2016). A expansão para o resto do mundo do desenvolvimento tal qual é propagado pelos Estados Unidos, é um mito irrealizável dentro da capacidade de sustentação do planeta culminando, conforme Acosta (2016), em um suicídio coletivo.

O pós-desenvolvimento, resumidamente, se baseia em correntes de pensamento contra hegemônico que não buscam encontrar desenvolvimentos alternativos, e sim alternativas ao desenvolvimento. Escobar (2014), usa como base a perspectiva decolonial, que se resume como um processo de resistência teórico e prático, político e epistemológico à lógica da modernidade/colonialidade, partindo de um olhar histórico crítico (MIGNOLO, 2008), possibilitando assim dar lugar à reconstrução de utopias de futuro, estabelecendo um diálogo a partir dos sonhos coletivos dos povos, em uma longa busca de alternativas de vida (ACOSTA, 2016).

Ao conceituar desenvolvimento em um contexto de capitalismo desigual, percebe-se a necessidade da clareza de que a perspectiva de “progresso” ou “desenvolvimento econômico” poderá grandemente desviar a atenção de tarefas básicas, como a identificação das necessidades fundamentais da coletividade a partir do lugar, assim como, verifica-se também a necessidade de desenvolver alternativas viáveis ao desenvolvimento em uma perspectiva plural.

## 2.2 Desenvolvimento territorial sustentável: construindo horizontes

Embora o desenvolvimento territorial sustentável seja visto pelos críticos do pós-desenvolvimento como um tipo de desenvolvimento alternativo e não uma alternativa ao desenvolvimento (ESCOBAR, 2014), consideramos que os aportes conceituais trazidos nesta abordagem propiciam um diálogo que vai ao encontro das

aspirações decolonialistas, pois reconhecem o território-região<sup>6</sup> como uma unidade ecológica e cultural multidimensional tanto de criação, como recriação de valores sociais a partir daqueles que ali vivem.

Desta maneira, as referências sobre território e desenvolvimento são apresentadas a partir de elementos para se pensar os territórios se valendo da perspectiva assuntiva proposta por Zea (1978), estabelecendo como ponto de partida a própria realidade, assumindo sua história, conhecimento e experiência para possibilitar a reconstrução dela, ou seja, a assunção da própria realidade, “isto é, fazer da realidade e do passado instrumentos e elementos daquilo que se é e daquilo que se quer ser” (ZEA, 1978, p.271).

Haesbaert (2007) salienta que o território “assim como em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas o tradicional “poder político”; ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2007, p. 20), carregado das marcas do vivido, do valor de uso e de maneira funcional vinculado ao valor de troca.

Buscando superar a visão fragmentada do território e, na tentativa de não perpetuar a visão hegemônica da economia sobre as outras dimensões, Haesbaert (2007) ressalta que, além do território não ser neutro, ele se posiciona, sendo o resultado da arte de processos de interação entre seres bióticos e abióticos, em constante reordenamento territorial onde as questões ambientais, o papel do estado e as demandas emergentes da sociedade se conectam por um complexo *continuum* de ideias, entre funcionalidades e simbolismo de relações físico-materiais e sócio-históricas, em um constante processo de territorialização e desterritorialização de jogos de poder (HAESBAERT, 2007).

Pecqueur (2005) comenta que existem duas apropriações principais: o território dado e o território construído. O primeiro se refere aos territórios institucionalmente delimitados e o segundo às relações de pertencimento e fruto de jogos de atores. Segundo o autor, é necessário valorizar o potencial de um território de modo a transformar recursos em ativos específicos, através de um processo de mobilização e arranjo dos atores.

---

<sup>6</sup> Definição apresentada por Escobar (2005) como uma unidade de análise da ecologia política onde o espaço é construído a partir de práticas cotidianas culturais, ecológicas e econômicas a partir de dinâmicas ecoculturais complexas.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento territorial deve ser realizado com um processo efetivo de participação política: o poder precisa ser redimensionado para a construção da autonomia decisória com responsabilidade social e ambiental, configurando os territórios de existência, vida, luta e resistência, conforme as necessidades e anseios dos grupos e classes sociais através de práticas de territorialização.

Esta transformação deve acontecer de maneira dialógica e continuada por meio da participação e cooperação efetiva, “lutando para preservar e valorizar culturalmente o patrimônio histórico vinculado ao desenvolvimento territorial” (SAQUET, 2013, p. 62), compreendendo o homem como um ser histórico-social, criador e transformador que “ao refletir sobre sua prática, pode filosofar crítica e conscientemente (...), transformação que depende de uma formação política continua. Para o homem mudar o mundo é preciso transformar-se na *práxis*, portanto, precisa ser criativa, consciente e reflexiva” (SAQUET, 2013 p. 50).

O termo desenvolvimento territorial se dá pela necessidade de pensar o desenvolvimento local de uma forma mais ampla, se tratando de uma configuração espacial a partir de uma identificação coletiva com uma cultura e um território, sendo construído por meio de mobilização dos atores que criam estratégias de adaptação aos limites externos (PECQUEUR, 2005).

Desta maneira, o desenvolvimento territorial sustentável, a partir da perspectiva crítica do ecodesenvolvimento, busca:

oferecer respostas aos problemas mais pungentes e às aspirações de cada comunidade, superando os gargalos que obstruem a utilização de recursos potenciais e ociosos e liberando as energias sociais e a imaginação. Para tanto, deve garantir a participação de todos os atores envolvidos (os trabalhadores, os empregadores, os agentes governamentais e a sociedade civil organizada) no processo de desenvolvimento” (SACHS, 2004, p.61).

O ecodesenvolvimento se fortalece a partir da adaptação às características das regiões, na preferência e fortalecimento de iniciativas locais. Que segundo Sachs (1986) são denominadas como ecorregiões que passam a utilizar diferentes ecotécnicas, “levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas a longo prazo” (SACHS, 1986 p. 18), sem negar a importância dos intercâmbios.

Para o autor (SACHS, 1986 p. 15-18), existe cinco dimensões do ecodesenvolvimento, que são a sustentabilidade: social; econômica; ecológica; espacial; e cultural. De forma transversal, estas dimensões se baseiam em características como:

- ✓ A valorização de recursos e culturas específicos de cada ecorregião para a satisfação das necessidades fundamentais da população em matéria de alimentação, habitação, saúde e educação;
- ✓ A implementação de um ecossistema social considerado satisfatório, onde haja uma simetria entre a contribuição da ecologia e da antropologia social para o planejamento;
- ✓ A sustentabilidade dos recursos, envolvendo a solidariedade diacrônica com as gerações futuras, impulsionando a transição e eficiência no uso de recursos renováveis e, enquanto não estiver disponível a mudança, fazer a utilização racional do recurso e a mitigação dos impactos ambientais;
- ✓ A utilização de fontes locais de energia e meios de transporte coletivos reduzindo o consumo de hidrocarbonetos;
- ✓ O desenvolvimento de ecotécnicas baseadas no aproveitamento de recursos e saberes locais que compatibilizam adequadamente objetivos diversos, econômicos, sociais e ecológicos, (não somente vinculado a um novo estilo tecnológico, mas promotor de um novo tipo de organização social e um novo sistema de educação);
- ✓ A participação através de estruturas horizontais de decisão, capazes de superar particularismos setoriais, preocupadas com todas as facetas do desenvolvimento. É imprescindível que sejam valorizados locais onde as estruturas comunitárias estejam vivas, existentes principalmente em locais onde foi realizado a reforma agrária.
- ✓ A educação como meio para sensibilizar as pessoas quanto à dimensão do ambiente e aos aspectos ecológicos do desenvolvimento. A internalização desta dimensão é fundamental para a pertinência das estruturas participativas e de gestão não cederem a atitudes de dominação da natureza ou a pressões do mercado internacional.

Entre as premissas fundamentais das estratégias de transição para o ecodesenvolvimento, segundo Sachs (2004), é necessário considerar: 1) um período de várias décadas (processo de longo prazo); 2) os países industrializados deverão assumir uma fatia mais do que proporcional dos custos de transição e do ajuste tecnológico; 3) as estratégias eficientes de transição dependerão da ousadia das mudanças institucionais, da habilidade de se projetar pacotes de políticas multidimensionais e da capacidade de se redirecionar o progresso tecnológico, tendo como foco a necessidade de planejamento; e, 4) as estratégias de transição devem modular a demanda por meio de mudanças nos estilos de vida, nos padrões de consumo e nas funções produtivas, mediante a incorporação de técnicas ambientalmente adequadas e fazendo as escolhas locacionais corretas.

Há também a possibilidade do intercâmbio a partir da inspiração em outras experiências (históricas e atuais) nas áreas como alimentação, habitação, energia, industrialização dos recursos renováveis, conservação dos recursos naturais e serviços sociais. Segundo Dallabrida (2006), a inovação territorial, que surge a partir de aprendizagens coletivas e a organização socioterritorial, como ferramentas fundamentais para o alcance do desenvolvimento territorial sustentável.

Somam-se a estas perspectivas, as contribuições trazidas por Bebbington (2005) a respeito dos modos de vida rural sustentáveis acerca do capital social, enfocando a importância da reciprocidade, antes considerada uma relíquia das sociedades primitivas e que apresenta indícios de sua presença nas sociedades ocidentais contemporâneas (com maior ou menor grau de força nas relações sociais).

O modo de vida rural sustentável (BEBBINGTON, 2005), está associado a melhorias substanciais no bem-estar dos indivíduos e famílias que a praticam (através da ajuda mútua, o fluxo de bens e serviços). Segundo o autor, considerando esta característica no meio rural, o intercâmbio social se dá por relações de confiança, sendo que o desenvolvimento fomentado pelas agências externas deve compreender três linhas inter-relacionadas de ação: fortalecer o vínculo pessoal nas relações entre os agentes e as comunidades; fortalecer as instituições comunitárias; e fomentar o diálogo e estabelecimento entre capacidades existentes e novas.

Conceitos como pós-desenvolvimento, desenvolvimento territorial sustentável, território, ecodesenvolvimento e modos de vida rural sustentável, mostram-se



basilares para desenvolver um pensar acerca dos territórios, partindo da perspectiva assuntiva proposta por Zea (1978), que estabelece como ponto de partida a própria realidade, assumindo sua história, conhecimento e experiência para possibilitar a reconstrução dela.

Tendo estas concepções como horizonte, a discussão que segue tem o objetivo de apresentar a configuração socioambiental do litoral do Paraná, região que passou a ser compreendida recentemente como um território, em outubro de 2014, pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Cedraf)<sup>7</sup>, buscando trazer elementos sobre a caracterização desta região e como os projetos desenvolvimentistas influenciaram a configuração deste mosaico territorial.

### 2.3 Desenvolvimento e litoral do Paraná

O litoral do Paraná faz parte do maior remanescente contínuo de Mata Atlântica do Brasil, apresenta um mosaico altamente diverso e complexo de fitofisionomias: mata atlântica de baixada, restingas, dunas, praias arenosas e lodosas, manguezais, bem como campos naturais, brejos, banhados e sistemas lagunares litorâneos (BIGARELLA 1978). Dada a relevância ecológica, cerca de 80% do seu território é coberto por unidades de conservação; no entanto, a região também representa uma área de grande vulnerabilidade socioambiental (DENARDIN, LOUREIRO, SULZBACH, 2008; FERREIRA, 2010, TIEPOLO, 2015).

A utilização de dispositivos de proteção de recursos naturais remonta o período colonial, uma vez que o primeiro regimento a respeito data de 1605, específico para a exploração do pau-brasil. Estes instrumentos visavam controlar a exploração de recursos estratégicos para a Coroa Portuguesa, impondo sua soberania sobre a região e seus recursos (MEDEIROS, 2006). Já a proteção de parcelas do território, como unidades de conservação no Brasil, foi constituída a partir de um ideário protecionista, que se iniciou no período republicano, a partir da incorporação de uma tendência internacional ambientalista, neste período o país estava em franco processo de transição para a industrialização e urbanização (MEDEIROS, IRVING, GARAY, 2004).

---

<sup>7</sup> Informação apresentada no trabalho de Schneider, 2015.

A concepção de criação destas áreas foi inspirada no modelo americano, sendo o marco histórico a criação do Parque nacional de Yellowstone nos Estados Unidos em 1872 (MEDEIROS 2006). Este ideário preservacionista foi expresso na constituição republicana brasileira de 1934, cabendo à União a responsabilidade de “proteger belezas naturais e monumentos de valor histórico e artístico” (MEDEIROS, IRVING, GARAY, 2004 p. 84). Estas concepções se fundaram na ideia de um “paraíso terrestre” que deveria ser protegido da ocupação humana, onde “a criação dos parques obedeceu a uma visão antropocêntrica, na medida em que beneficiava as populações urbanas e valorizava principalmente as motivações estéticas, religiosas e culturais dos humanos” (DIEGUES, 1994 p.29), negando a relação socializada entre homem-natureza das populações locais, gerando com isso inúmeros problemas de ordem política, econômica e social (DIEGUES, 1994; VIANA, 2008).

No litoral do Paraná, estas políticas se instalaram a partir de 1980, onde se constituiu uma série de unidades de conservação de diferentes tipologias e níveis de restrição (parques nacionais, estação ecológicas, área de proteção ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural), apresentando um total de 33 unidades de áreas protegidas, distribuídos em unidades federais (8), estaduais (14) e privadas (11). Onde o território se entremeia em um mosaico de áreas de conservação que cobrem parte significativa do território, cerca de 82,46% do litoral do Paraná. Destas 75,52% são classificadas como UCs destinadas ao uso sustentável dos recursos, em sua maioria com mecanismos inexistentes ou desatualizados de planos de manejo (TIEPOLO, 2015; DENARDIN, LOUREIRO, SULZBACH, 2008).

Ferreira (2010) aborda que o avanço da criação das Unidades de Conservação no Paraná na década de 90, deu-se em grande parte nos gabinetes, sem diálogo com as comunidades locais, e foram fortemente estimuladas por pressões de ONGs ambientalistas por conta da realização da ECO 92 na cidade do Rio de Janeiro. O estabelecimento destas políticas de proteção ambiental sem o reconhecimento dos territórios e povos locais, impuseram restrições no uso do solo concebidas “de cima para baixo” (ou do gabinete para os que vivem da terra).

Como aponta Ferreira (2010) e Ferreira, Negrelle e Zanatta, (2011) estas restrições culminaram na marginalização das práticas tradicionais, centrado na fiscalização e na força policial e, somados a escassez de recursos humanos e

materiais para estabelecer os instrumentos mínimos necessários para que se efetivasse as disposições de conservação do território, culminaram no que Tiepolo (2015) vem a chamar de política do abandono, da exclusão e da invisibilidade social.

Scherl et al (2006), destaque que se por um lado as medidas preservacionistas cercaram as reservas naturais de certo modo as protegendo, de outro, contribuíram, para o aumento da pobreza no seu entorno.

Ao caracterizar o litoral do Paraná, muitos autores reforçam suas belezas naturais, valor paisagístico e importância para conservação por abrigar os últimos remanescentes da cobertura vegetal original do estado (LEAL, 2000). No entanto, este território se encontra entre um complexo cenário de riqueza natural e pobreza social. Estades, Souza e Kim (2006) comentam que:

Quando se caracteriza o litoral paranaense, a literatura fala de um lugar com grande heterogeneidade ambiental e socioeconômica, e com fortes paradoxos. Os principais elementos que fazem a heterogeneidade são a grande variedade de ecossistemas, a diversidade de atividades econômicas com graus distintos de desenvolvimento, a variedade cultural de populações de origem e trajetórias históricas diferentes e as fortes desigualdades sociais. Quanto aos paradoxos, coloca-se que se trata de uma região com valiosos remanescentes naturais, objeto de uma ampla bateria de disposições legais para protegê-los, mas com crescentes níveis de degradação; que existe grande potencial econômico e atividades em expansão, mas, no conjunto, a região permanece subdesenvolvida; e que, sendo uma das regiões mais pobres do estado, tem se constituído na última fronteira de ocupação, onde chegam grandes contingentes de imigrantes, na esperança de melhorar sua vida (ESTADES; SOUZA; KIM, 2006, p. 26).

Os crescentes níveis de degradação, comentados pelos autores, se deve, em grande medida, aos apadrinhamentos empresariais e uma postura de negligência quando se trata de interesses de grandes grupos privados (TIEPOLO, 2015).

Denardin, Loureiro, Sulzbach (2008) destacam, por exemplo, que a limitação das práticas tradicionais, ocasionaram, conseqüentemente, em um aumento no uso de agroquímicos elevando o custo de produção e a poluição ambiental por restringirem as práticas de pousio<sup>8</sup>. Sem contar o crescente e generalizado o uso de herbicidas na região<sup>9</sup>, o impacto do estabelecimento das monoculturas com a pulverização de

---

<sup>8</sup> Técnica ancestral de deixar o solo sob repouso para que recupere sua fertilidade, geralmente envolve a queima da vegetação que auxilia na recomposição de nutrientes no solo.

<sup>9</sup> Chaimsohn (pesquisador do IAPAR), informação pessoal.

venenos por aviões, como nos monocultivos de banana, que contamina o ambiente ou dos venenos aplicados nos cultivos de arroz (TIEPOLO, 2015).

No âmbito das políticas que buscam reconhecer economicamente os territórios que abrigam UCs que é criado, no estado do Paraná em 1991, o ICMS Ecológico, que se caracteriza em um repasse financeiro para os municípios com duas funções principais: a compensatória, oriunda da restrição do uso de áreas em virtude da delimitação de unidades de conservação de uso restrito; e a incentivadora, que se refere a manutenção da qualidade de conservação ou a ampliação de novas áreas (BERSUSAN, 2008).

Se, de um lado as UCs limitam as atividades produtivas, por outro, o ICMS Ecológico gerou um importante aporte de recursos para os municípios “em termos globais, os sete municípios do litoral receberam no período 1994-2006 o montante de R\$ 82.420.174,76” (DENARDIN, LOUREIRO, SULZBACH, 2008 p. 193), entretanto, não há informações que tais recursos, tenha beneficiado a população local, principalmente para as pessoas e comunidades diretamente afetados pelas políticas ambientais.

Os estudos realizados por Ferreira (2010), na Unidade de Conservação da APA de Guaratuba, demonstraram que, por mais que o município de Guaratuba teve o retorno do ICMS Ecológico pela grande área de cobertura, estes recursos não chegam às unidades familiares que colaboram com a conservação, ou seja, não há retorno por meio de políticas locais ou pagamentos por serviços ambientais para a população afetada pela criação das unidades.

Embora seja reconhecido como um território, o litoral do Paraná é diverso, apresentando diferentes “vocações” de acordo com suas características. Segundo Estades (2003), os sete municípios que compõem o litoral podem ser reunidos em três grupos de acordo com a atividade econômica mais marcante: os portuários (Paranaguá e Antonina), os rurais (Morretes e Guaraqueçaba) e os praiano-turísticos (Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba).

Lourenço et al (2012), apresentam um agrupamento um pouco diferente, considerando que Antonina também tem vocação para atividades de agricultura e turismo histórico, junto com os municípios de Morretes e Guaraqueçaba, e que Guaratuba, além da vocação praiana-turística, apresenta vocação para agricultura. Estades (2003) e Lourenço et al (2012), concordam na vocação de Paranaguá como

sendo a atividade portuária, pois este porto é um dos maiores do Brasil e o maior exportador de grãos da América do Sul. Sendo necessário destacar, conforme aponta Signorelli, 2011<sup>10</sup>, que o porto acaba,

gerando expressiva quantidade de riquezas, entretanto para muito poucos. 20% dos parnanguaras vivem abaixo da linha da pobreza, em condições miseráveis. Nesse ambiente de contrastes, ascendem sérios problemas, tais como prostituição infantil, tráfico de drogas, contrabando, violências, proliferação e doenças, com enormes prejuízos ambientais (SIGNORELLI, 2011, apud SCHNEIDER, 2015).

O litoral do Paraná passou a ser compreendido como um território pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF) em outubro de 2014 (SCHNEIDER, 2015). Tal delimitação territorial foi orientada por políticas de investimento da secretaria de desenvolvimento territorial (SDT), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>11</sup>, que foi criada em 2003 (FAVARETO, 2010) e tem o objetivo geral de “promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que objetivem o incremento sustentável dos níveis de qualidade de vida da população rural” (BRASIL, 2005 p.7).

Não obstante, esta definição é fundamentada a partir da coesão de processos participativos dos atores que envolvem este território, ou seja, desde o reconhecimento é necessário que as instâncias participativas estejam ativas e coesas. A notícia publicada no site da EMATER, em 2014, deixa claro que o reconhecimento só pode ser realizado a partir do fortalecimento das instâncias participativas, sendo os processos de desarticulação, fatores chaves para o atraso desta definição:

Com o processo de organização territorial em franca consolidação, o Cordrap, passa a partir de 2008, a buscar o reconhecimento como território. Isso não se realiza. Em 2010, a situação gera desgastes e o processo de organização social entra em declínio. Os conselhos municipais de Antonina, Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná deixam de se reunir e se esvaziam. Em consequência, a Coordenação Executiva do Cordrap também sofre baixas, reduzindo a cinco ou seis participantes. Assim, o Cordrap deixa de realizar suas assembleias semestrais e fica sem renovar sua diretoria. Com a realização da audiência pública para debate e socialização da

---

<sup>10</sup> SIGNORELLI, M. C. Mudaram as estações...nada mudou: profissionais do Sistema Único de Saúde e mulheres vítimas de violência doméstica no litoral paranaense. 194f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de São Paulo, 2011

<sup>11</sup> Este ministério foi extinto em maio de 2015 a partir da medida provisória 726/16 expedida pelo presidente Michel Temer. Algumas das atribuições deste órgão passam a ser incorporados em um novo ministério denominado ministério do desenvolvimento social e agrário.

proposta da Lei Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural, em 2012, o reconhecimento da região como território volta a ser considerado uma possibilidade. Novas expectativas são criadas, possibilitando a reorganização e reestruturação dos colegiados territoriais. Assim, se dá início a recomposição dos conselhos municipais e, com a realização da Conferência Intermunicipal de DRSS, em 18 de julho de 2013, a região se conscientiza da necessidade de resgatar as ações de desenvolvimento sob a ótica do desenvolvimento territorial. Fruto deste resgate se tem a recomposição e reestruturação dos CMDS de Matinhos, Pontal do Paraná e de Guaratuba, e em agosto de 2014, o Cordrap realiza sua assembleia recompondo sua Coordenação Executiva e elegendo” nova diretoria para o biênio 2014 – 2016. Com isso, se abriu nova possibilidade de solicitação de reconhecimento do litoral como território (SILVA, 2014).

A notícia complementa que a próxima etapa é pelo reconhecimento como território junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Condraf).

Segundo a publicação intitulada: Marco referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais (BRASIL, 2005), a abordagem territorial foi adotada como estratégia de apoio ao desenvolvimento rural por cinco motivos principais: a compreensão que o rural não se resume ao agrícola; a compreensão de que o município é uma escala muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento; o reconhecimento de especificidades locais para orientar estratégias; o reconhecimento do movimento de descentralização de políticas públicas; e, por fim, o reconhecimento de que o “território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento” (BRASIL, 2005 não p.).

Sabourin (2015) alerta que, embora esta política tenha trazido uma proposta inovadora, fruto de debates e ideários acadêmicos e de experiências estrangeiras, sua implementação, sem o fortalecimento das organizações de base, foi marcada pelo surgimento de um “neocorporativismo” entre ONGs, militantes e serviços de ATER. Nos casos analisados nos territórios de Águas Emendadas no estado de Goiás, da Borborema na Paraíba e portal da Amazônia no Mato Grosso o estabelecimento desta política não refletiu nos resultados esperados.

Cabe destacar que o reconhecimento do litoral como um território é recente, sendo, portanto, os estudos que se seguem a partir da segunda década deste

século os primeiros a elencar elementos empíricos da implementação de políticas orientadas por este viés no território em questão.

Para uma aproximação da realidade social do litoral apresentaremos dados sintetizados pelo IDH, consideramos, como aborda Acosta (2016), que esses números invisibilizam as cosmoviões dos povos, fragmentam a realidade e cerceiam ideias inovadoras, por exemplo. No entanto, dentro da perspectiva assuntiva, utilizaremos este indicador por ser amplamente utilizado e, ao contrário do PIB, “sem deixar de fora tudo o que não sejam rendimento e bens” (PNUD, 2010 p. 6), sintetizando no cálculo a expectativa de vida ao nascer, escolaridade da população adulta, fluxo escolar da população jovem e renda per capita, para apresentar informações sobre os municípios do litoral do Paraná.

De acordo com as informações disponíveis pelo PNUD, IPEA e FJP (2013), o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) médio do litoral do Paraná passou de 0,442 em 1991, considerado muito baixo, para 0,701 em 2010, considerado alto. Nestes 19 anos permaneceu a posição do município de Paranaguá com valores mais altos de IDHM (média de 0,635 no período) e o município de Guaraqueçaba com os valores mais baixos da região (média de 0,446 no período). Apresenta-se no quadro 1 dados e estimativas sobre a população e IDH dos municípios do litoral para o ano de 2016, a partir do censo de 2010 do IBGE.

QUADRO 1 - DADOS CENSITÁRIOS E ESTIMATIVAS DO IBGE E PNUD DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ

Índice/Município	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná
População estimada 2016	19.418	7.944	35.588	33.024	16.488	151.829	24.878
População 2010	18.891	7.871	32.095	29.428	15.718	140.469	20.920
Área da unidade territorial 2015 (km <sup>2</sup> )	882,317	2.020,09	1.326,79	117,743	684,58	826,674	199,847
Densidade demográfica 2010 (hab/km <sup>2</sup> )	21,41	3,9	24,19	249,93	22,96	169,92	104,67
IDHM 1991	0,438	0,323	0,446	0,522	0,450	0,512	0,409
IDHM 2000	0,582	0,430	0,613	0,635	0,573	0,645	0,622
IDHM 2010	0,687	0,587	0,717	0,743	0,686	0,750	0,738

Fonte: Elaborada pela autora (2017) com base nos dados do IBGE (2016).

A cidade de Antonina é uma das mais antigas do Paraná, fundada em setembro de 1714 (FERREIRA, 2006), na qual foram encontrados os primeiros vestígios da ocupação humana na região (BIGARELLA, 2009). Possui 98,47% de sua área composta por UCs (DENARDIN, LOUREIRO, SULZBACH, 2008).

Guaraqueçaba, foi fundada em 1852 (FERREIRA, 2006), é o município que apresenta menor contingente populacional, em contraposição é o maior município do litoral em extensão, com área de 2.020 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2016), e com o menor IDHM da região, segundo dados do PNUD (2010), tem 98,76% de seu território coberto por UCs (DENARDIN, LOUREIRO, SULZBACH, 2008).

Guaratuba é um dos cinco municípios que foram fundados no regime colonial, neste caso em 1765 (FERREIRA, 2006). É o segundo município mais populoso da região e com maior cobertura de UCs, cobrindo cerca de 98,47% de sua área (DENARDIN, LOUREIRO, SULZBACH, 2008, FERREIRA, 2010). É o único município que reúne as vocações para agricultura, praiana-turística e turismo histórico.

Matinhos, o menor município do litoral, com área de 117 Km<sup>2</sup>, com registros de colonização desde 1771. Esteve jurisdicionado a Guaratuba e, posteriormente, a Paranaguá, sendo considerado município independente apenas em 1968 (FERREIRA, 2006). Possui 27,46% do município coberto por UCs (DENARDIN, LOUREIRO, SULZBACH, 2008).

Morretes, município fundado em 1721 (FERREIRA, 2006), com a segunda menor taxa de habitantes do litoral, tem 52,88% do município coberto por UCs (DENARDIN, LOUREIRO, SULZBACH, 2008).

Paranaguá foi o primeiro município criado no Paraná, em 1648, sendo, a partir do mesmo, desmembradas outras unidades municipais que compõem a região litorânea do estado (FERREIRA, 2006), e é o município mais populoso.

Pontal do Paraná é o município mais jovem do litoral do Paraná, desmembrado do município de Paranaguá em 1995 (FERREIRA, 2006), com a menor porcentagem de cobertura por UCs da região, correspondendo a 10,48% (DENARDIN, LOUREIRO, SULZBACH, 2008).

Conforme abordamos, o litoral do Paraná apresentou uma significativa melhora no IDH entre o período de 1991 e 2010, passando de 0,442 para 0,701. No entanto, vários autores (ESTADES; SOUZA; KIM, 2006; FERREIRA, 2010; TIEPOLO, 2015; SCHNEIDER, 2015), denunciam a situação de conflitos existentes no território, que ainda são latentes.



### 2.3.1 Políticas públicas de desenvolvimento territorial sustentável

Destacamos como políticas públicas para sociobiodiversidade, um conjunto de políticas que compõe a Secretaria de Desenvolvimento Territorial criada em 2003, segue as orientações propostas no referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais (BRASIL, 2005). Existem programas como: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com financiamento de projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que favorece a aquisição direta de produtos de agricultores familiares pelo governo; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que se refere a alimentos para merenda escolar.

Estes e outros programas representam avanços no investimento e políticas públicas nas áreas rurais, no entanto, para serem eficazes, além de criar novas institucionalidades os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável PTDRS, que incorpora ações do PRONAF, segundo Sabourin (2015), carecem de inovação evidenciando que se tornaram (considerando a análise dos territórios de Águas Emendadas no estado de Goiás, da Borborema na Paraíba e portal da Amazônia no Mato Grosso) instrumentos de planejamento padronizados com diagnósticos repetitivos, que ficaram à mercê de consultores “de fora” os quais deixaram os territórios tão logo se esgotaram os recursos.

Sabourin (2015) ainda destaca que a execução desta política transversal representou um avanço nos primeiros dois anos de estabelecimento da política, promovendo o interconhecimento, aprendizagem individual e coletiva e renovação e qualificação das lideranças de representação da agricultura familiar. Apesar dos avanços, durante o processo houve, desmotivação frente a intensa burocracia para a efetivação dos investimentos; desvios das propostas iniciais e empecilhos criados entre partidos de oposição envolvidos no processo. Além disso, durante o percurso, os trinta territórios de identidade passaram a ser, da noite para o dia, territórios da cidadania, resultando na remodelação dos agentes envolvidos e fragilizando ainda mais o processo em curso. A análise crítica destas políticas torna-se imprescindível para que não ocorram velhos valores e práticas sob novas roupagens.

O Litoral do Paraná apresenta um cenário problemático, no que tange o acesso destas políticas pelas populações rurais, por vários motivos, conforme aponta

Ferreira (2010), essas comunidades sofrem com a falta de conhecimento sobre a existência das políticas (acrescido à taxa de analfabetismo ente os adultos), que não oportuniza o acesso às informações, além da situação de vulnerabilidade pela falta do título da terra, assim como a falta de diálogo entre os atores públicos e as comunidades de forma a conhecer suas realidades e demandas.

Ferreira (2010) destaca ainda, que nos municípios do litoral, há falta de recursos financeiros, estrutura e pessoal técnico capacitado para promover o desenvolvimento rural (fato destacado pelos atores municipais entrevistados no estudo), e a conseqüente falta levantamento de demandas para as populações rurais, efetuados pelos municípios para os outros níveis de governo da federação.

Ferreira (2010) e Tiepolo (2015) também apontam que o Estado é um ente de relações dúbias, ora cria instrumentos para assegurar o modo de vida dos povos tradicionais e, “ora age como intermediário facilitador de processos geradores de impacto para benefício de grandes corporações; cria mecanismos para alterar marcos regulatórios” (TIEPOLO, 2015 p. 107).

No que tange a exploração do fruto da palmeira juçara, destaca-se a dificuldade do pequeno produtor conseguir construir uma Agroindústria Rural de Pequeno Porte – ARPP. Segundo Pupo (2007) e Farias (2009), a implementação de uma ARPP envolve um valor muito elevado para o pequeno agricultor, chegando a custar mais de 90 mil reais. Segundo Farias (2009), além do alto valor de investimento, a organização de toda a cadeia de valor precisa estar estruturada, envolvendo uma grande área manejada, segundo seus cálculos, para recuperar o investimento de construção de uma ARPP em um ano e meio, foi necessário manejar cerca de 15 hectares agroflorestais com *E. edulis*, para suprir a demanda de 64 toneladas de frutos em cinco meses de atividade da ARPP.

Desta forma, observa-se os desafios e a falta de acessos dos agricultores à recursos e projetos adequados a sua realidade, que considere sua especificidade, seus potenciais e fragilidades. Este desconhecimento, corrobora com a invisibilidade das áreas rurais e dificulta que as instituições formulem políticas públicas eficientes que estimulem novas práticas em relação a palmeira juçara; as quais possam de fato romper a visão sobre o uso do palmito e viabilizar o uso do fruto.

#### 2.4 Conhecimento científico: aspectos botânicos e ecológicos da palmeira *Euterpe edulis* Martius

A espécie *Euterpe edulis* Martius pertencente à família Arecaceae (Palmae), é uma palmeira não estolonífera, de estipe único e suas folhas são pinadas, com cerca de 2 a 2,5 metros de comprimento (REIS, 2012), caule com altura média de 10 a 20 metros e meristema apical de 8 a 20 cm de diâmetro, regularmente anelado, localizado na ponta ou extremidade do caule, destacando-se por ser lisa e apresentar coloração verde escura, parte na qual encontra-se o palmito (REIS et al, 2000).

Apresenta raízes superficiais de coloração vermelha. Os frutos são arredondados e apresentam cor arroxeada quando maduros e estão inseridos em cachos. Normalmente apresentam, em média, 3 a 4 cachos por palmeira (SÃO PAULO, 2008). Os cachos são formados por centenas de frutos que medem de 10 a 15 milímetros de diâmetro (SAAVEDRA, 2008). Os frutos apresentam uma “drupa esférica com casca pouco espessa, lisa na parte externa. O mesocarpo é apreciadíssimo pelos pássaros e quando ainda imatura apresenta endosperma mole e comestível” (MOSIMANN; REIS, 1975 p.40).

FIGURA 1 - PALMEIRA JUÇARA (*Euterpe edulis* Martius)

FONTE: Garbin (2011).

LEGENDA: (A) – Aspecto da copa; (B) – Raízes; (C) – Inflorescência;  
 (D) – Frutos em duas fases de maturação; (E) – Frutos maduros;  
 (F) – Sementes de *Euterpe edulis* Martius após despolpa.

Segundo Bovi e Cardoso (1975), em condições normais as sementes germinam lenta e esporadicamente. O período de dormência pode durar mais de um ano e as plântulas se desenvolvem mais rapidamente, no verão, com o aumento da temperatura. Bovi e Cardoso (1975) observam que:

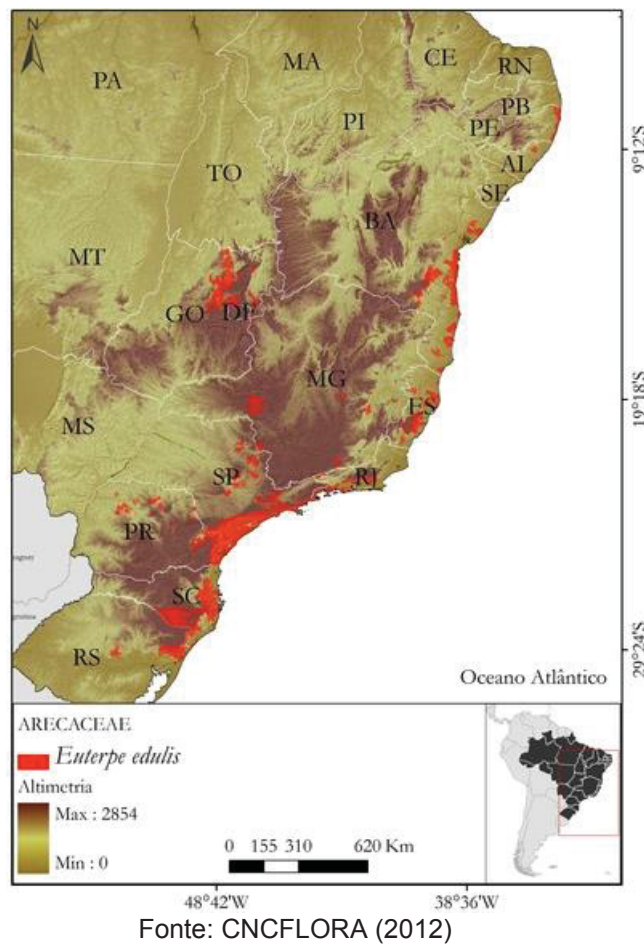
a polpa oleaginosa, que é mantida em torno do endocarpo fibroso da semente, contribui para baixar a porcentagem de germinação nas condições normais, constituindo-se em rico substrato para o desenvolvimento de microrganismos prejudiciais à viabilidade da germinação. Considerando as sementes que são comidas e destruídas por animais e insetos, apenas uma porção bastante reduzida consegue germinar e atingir a idade de um ano. Essa lenta e desuniforme germinação do palmitero é reconhecida como um sério problema prático para o estabelecimento de plantios racionais dessa cultura (BOVI; CARDOSO, 1975 p. 19).

Bovi (1990) complementa que além da polpa, o fruto apresenta um opérculo seroso que dificulta a penetração da água no interior da semente, fatores que contribuem para a lenta germinação da semente. No entanto, segundo a autora, a quebra da dormência é superada pelo despulpamento da semente, os testes com frutos inteiros apresentaram germinação de 44 a 69% e nos frutos despolpados a germinação foi de 72 a 97% superando significativamente a quantidade de sementes germinadas e também duração média de emergência da planta, variando de cerca de 132 a 253 dias para frutos inteiros e de 97 a 126 dias para os despolpados.

Pupo (2007), ao analisar o manejo de frutos da palmeira juçara para obtenção de polpa e sementes, indica cuidados na estocagem da semente, segundo o autor os testes de germinação realizado em sementes que foram estocadas a sombra e coberta com lona plástica para evitar a perda de umidade, por um período de 30 a 60 dias, resultou em taxas de germinação de sementes despolpadas superiores a 90%, no entanto em outro teste dois lotes de sementes foram armazenadas ao sol por vários dias resultando na inviabilidade de venda dos mesmos por apresentarem muitos embriões mortos.

Por apresentar ganhos significativos pela quebra da dormência, vários autores têm destacado a importância da despulpa do fruto desta palmeira como alternativa de renda e conservação da espécie, já que este processo envolve aumentam o potencial germinativo da semente (MAC FADDEN, 2005; PUPO, 2007, ZANATTA et al., 2009; BARROSO et al., 2010; CORSO, 2003).

A palmeira juçara é uma palmeira nativa, que ocorre de forma contínua ao longo de toda a Mata Atlântica, sendo encontrada principalmente na Floresta Ombrófila Densa e também em parte do Cerrado (HENDERSON, 2000; CNCFLORA, 2012). Distribui-se principalmente na área litorânea do sul e sudeste do país, sendo encontrada também nos estados da Bahia e Goiás. Segundo Henderson (2000), também é encontrada no nordeste da Argentina e Sudeste do Paraguai, em florestas tropicais entre o nível do mar e até 1.000 metros de altitude (Figura 2):

FIGURA 2 - MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DA PALMEIRA JUÇARA (*Euterpe edulis* Martius)

Fonte: CNCFLORA (2012)

A espécie *E. edulis* ocupa o estrato médio da floresta, sendo dominante no mesmo (REIS et al, 2000; MOSIMANN; REIS, 1975). É uma planta tolerante à sombra e a produção de frutos apresenta grande variação de ano para ano, sendo fator relacionado à dinâmica da população da espécie em cada ambiente.

É considerada uma das espécies chave para a conservação da Mata Atlântica por sua importante contribuição como alimento para um grande número de aves, mamíferos e insetos (BARROSO, 2009). Segundo Silva (2011), a palmeira *E. edulis* “é uma espécie que se destaca entre as demais por apresentar muitas relações interespecíficas (...), principalmente pelo uso de seus frutos pela fauna, inclusive, destacando-se como item de grande importância na dieta de animais que correm risco de extinção” (SILVA, 2011 p. 257).

## 2.5 Características nutricionais do fruto da palmeira juçara

Uma das principais características nutricionais dos frutos da juçara é a presença de antocianinas (SAAVEDRA, 2008; FERREIRA, 2013, SILVA, 2013), sendo expressivamente superior à quantidade presente nos frutos do açazeiro (*E. oleracea* Mart.), (FERREIRA, 2013).

A coloração roxa ou violácea dos frutos, quando maduros, se deve a forte presença de antocianinas, que são poderosos antioxidantes que atuam no organismo inibindo ou diminuindo os efeitos desencadeados pelos radicais livres (SILVA, 2013).

As antocianinas, segundo Rogez (2000), protegem o organismo contra o acúmulo de placas de depósitos de lipídios, tem potencial de bloquear uma enzima ligada ao desenvolvimento de determinadas células cancerígenas, retardam o envelhecimento, prolongam a vida das células, aumentam as defesas imunitárias, propiciam uma melhor circulação sanguínea e protegem o organismo contra o acúmulo de lipídeos nas artérias. Além disso, possuem a capacidade de adiar as perdas de visão, memória e coordenação motora, diminuindo os efeitos do Alzheimer.

Saavedra (2008) encontrou treze tipos antocianinas e doze outros compostos, entre ácidos fenólicos e outros flavonoides nos frutos da juçara. A polpa integral<sup>12</sup> de juçara mostrou ser uma rica fonte de substâncias polifenólicas, apresentando maior poder antioxidante que o já conhecido para o açaí.

Segundo Silva (2013), além de rica em antocianina e em ácidos graxos, a polpa da juçara é ótima fonte energética, dada a elevada quantidade de lipídios (3,17%) e carboidratos totais (6,75%). O fruto processado da juçara apresenta três vezes mais potássio que a banana (1150 mg em 100g do produto), dez vezes mais ferro (6,9 mg 100 g<sup>-1</sup>) que o açaí (*E. oleracea*), assemelhando-se ao encontrado no feijão preto, considerado rica fonte deste mineral que é indispensável ao combate à anemia. Também apresenta boa fonte de cobalto (172,50 mg), precursor da

---

<sup>12</sup> Para a obtenção da polpa integral fresca da juçara a autora utilizou de acordo com cada tipo de análise empregada no estudo solventes laboratoriais.

cobalamina conhecida como vitamina B12, sendo uma fonte importante deste mineral para pessoas com dietas livres de produtos de origem animal (SILVA, 2013).

Seus frutos estão entre os dez mais ricos em energia dentre os cinquenta tipos de frutos pesquisados na Mata Atlântica por Galetti & Aleixo (1998). Segundo Silva (2013), “uma porção de 200 g de polpa de juçara apresenta quantidades de minerais (magnésio, cobre, zinco, ferro, manganês e molibdênio) superiores às recomendadas para suprir as necessidades diárias de adultos ou crianças de sete a dez anos, de acordo com a Ingestão Diária Recomendada (IDR) de Minerais” (SILVA, 2013 p. 41). A juçara equipara-se a castanha do Pará e a semente de linhaça na quantidade de cobre, tendo participação importante em outros minerais como zinco, magnésio (SILVA, 2013).

Dados sobre a informação nutricional do fruto da palmeira juçara comparado ao fruto do açazeiro são sintetizados na cartilha da Rede juçara (2014), apresentados no quadro 2. É possível notar que alguns resultados diferem daqueles obtidos no trabalho de Silva (2013), podendo se referir aos parâmetros de análise ou diferenças entre frutos da mesma espécie.



QUADRO 2 - INFORMAÇÃO NUTRICIONAL COMPARATIVA ENTRE FRUTO DA JUÇARA E FRUTO DO AÇAIZEIRO

Informação Nutricional				
Para cada 100ml	Juçara		Açaí	
		VD*		VD*
Valores energéticos	63,8 Kcal	3,44	51,4 Kcal	2,55
Carboidratos totais	5,7 g	1,9	4,3 g	1,4
Proteínas	0,67 g	0,9	0,77 g	1,03
Lípidios (Gorduras totais)	3,5 g	6,4	1,3 g	0,24
Gorduras saturadas	0 g		0	
Gorduras trans	0 g		0	
Fibra alimentar	3,23 g	12,9	2,2 g	0,88
Antocianinas	61,85 mg		17,50 mg	
Fósforo	12,85 mg		42,82 mg	
Potássio	101,07 mg		77,08 mg	
Cálcio	33,96 mg		28,26 mg	
Magnésio	9,42 mg		10,27 mg	
Enxofre	11,14 mg		11,14 mg	
Ferro	0,59 mg		0,39 mg	
Manganês	0,31 mg		0,92 mg	
Cobre	0,12 mg		0,25 mg	
Zinco	0,23 mg		0,21 mg	
Sódio	3,51 mg		2,44 mg	
Boro	0,08 mg		0,02 mg	
Cobalto	1,525 mg		0,007 mg	

\* Valores diários de referência com base em uma dieta de 2000 Kcal ou 8400 Kj. Seus valores diários podem ser maiores ou menores dependendo de suas necessidades.

Fonte: Rede Juçara (2014)

Bicudo (2014) avaliou frutos da juçara coletados na safra de 2011 na Estação Experimental do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) em Morretes e observou que a quantidade de antocianina é favorecida quando a fase de maturação ocorre em temperaturas amenas. A autora avaliou a viabilidade nutracêutica de microcápsulas de juçara e concluiu que, pelo teor de antioxidante natural, as microcápsulas podem substituir total ou parcialmente antioxidantes sintéticos no desenvolvimento de novos produtos atuando na redução e/ou tratamento de enfermidades, podendo ainda ser utilizados “corantes naturais pelo alto teor de antocianina. (BICUDO, 2014 p. 69).

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 Delineamento da pesquisa

O arcabouço metodológico principal que orienta este estudo é a pesquisa exploratória. Dentro da pesquisa social de abordagem qualitativa (MINAYO, 1992). Segundo contribuição de Piovesan & Temporini (1995), as pesquisas exploratórias visam proporcionar uma visão geral de um determinado fato, do tipo aproximativo e se referem ao:

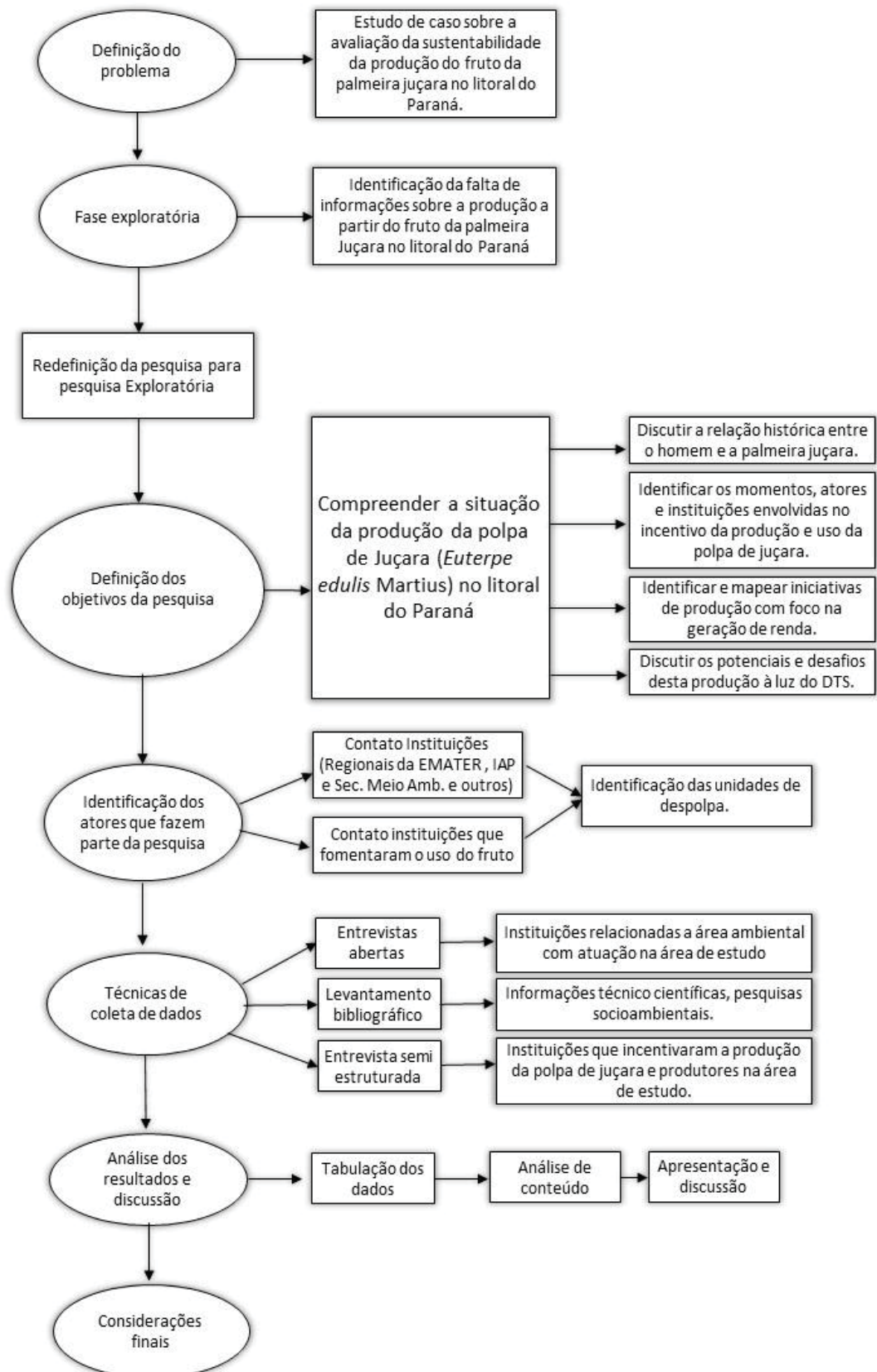
estudo preliminar realizado com a finalidade de melhor adequar o instrumento de medida à realidade que se pretende conhecer. Em outras palavras, a pesquisa exploratória, ou estudo exploratório, tem por objetivo conhecer a variável de estudo tal como se apresenta, seu significado e o contexto onde ela se insere (PIOVESAN & TEMPORINI, 1995 p.321).

De acordo com Gil (2008), as pesquisas exploratórias são relevantes quando não há conhecimentos preliminares sistematizados sobre determinado tema. Assim, baseia-se no contato com especialistas, revisão da literatura e outros procedimentos que culminem num problema mais esclarecido (GIL, 2008). Fornecendo subsídios para que outras investigações aconteçam a partir de procedimentos mais sistematizados. As pesquisas exploratórias juntamente com as descritivas, são realizadas “por pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática” (GIL, 2008 p. 28).

Segundo Babbie (1986 apud PIOVESAN & TEMPORINI, 1995), por este motivo as pesquisas exploratórias são realizadas a partir da contribuição de pessoas que tiveram, ou têm, experiências práticas com o problema pesquisado e o estudo envolve a análise de exemplos que estimulem a compreensão de determinado tema que ainda não foi estudado.

Cabe destacar que a pesquisa foi iniciada pela *fase exploratória*, conforme proposta de Minayo (2011). Os diálogos que se seguiram, juntamente com o levantamento bibliográfico, demonstraram que a produção, manejo e venda da polpa do fruto da palmeira juçara ainda não haviam sido pesquisados no território do litoral do Paraná reconfigurando a pesquisa exploratória como metodologia principal do estudo. A figura 3 resume o perfil esquemático de construção desta pesquisa.

FIGURA 3 - PERFIL DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA “DO CAULE AOS FRUTOS: DIAGNÓSTICO DA PRODUÇÃO E USO DA POLPA DE JUÇARA (*Euterpe edulis* Martius), NO LITORAL DO PARANÁ.



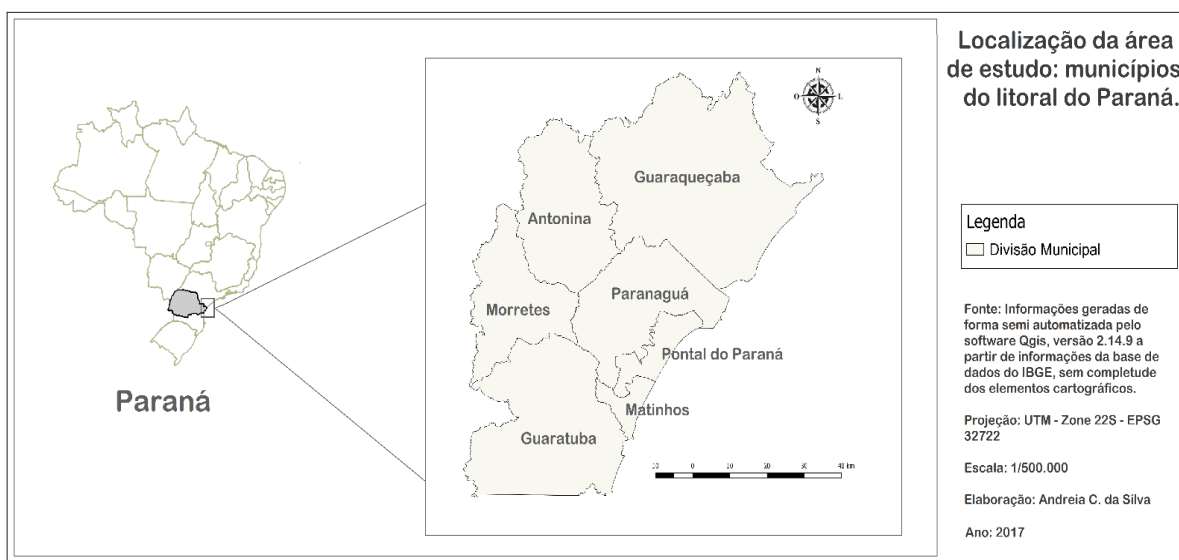
Fonte: A autora (2017)

As etapas descritas no esquema indicam as técnicas utilizadas para corresponder aos diferentes objetivos elencados, assim como as fases de execução; no entanto, essas etapas não foram subsequentes. A partir do diálogo com os pesquisadores e profissionais da área de meio ambiente, foram elencadas novas pistas sobre produtores que trabalharam com o fruto da palmeira juçara, indicando a necessidade de retomar o contato, a partir de entrevistas abertas, visando localizar esses produtores e posteriormente realizar as entrevistas a partir do roteiro semiestruturado.

### 3.2 Local de Estudo

A área de estudo se localiza na região do sul do Brasil, na planície litorânea do Paraná, e sua área corresponde a aproximadamente 3% da área total do estado (LEAL, 2000, ESTADES, 2003). O litoral do Paraná é composto por sete municípios (figura 4): Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná. Possui uma área física de 6.058 km<sup>2</sup>, localizada entre o oceano Atlântico e a Serra do Mar (DENARDIN, LOUREIRO, SULZBACH, 2008). Limita-se ao norte com o estado de São Paulo, onde se localiza a Vila de Ararapira, ao sul com o estado de Santa Catarina no curso do rio Sahi-Guaçu, a leste com o oceano Atlântico e a oeste com a Serra do Mar (LEAL, 2000).

FIGURA 4 - LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Esta região foi escolhida para a realização do estudo exploratório por não haver, até o momento, estudos que consolidem o conhecimento sobre os esforços para o estabelecimento da produção da polpa de juçara compreendendo o território do litoral paranaense. Por representar um potencial de produção socioambiental o estudo exploratório busca subsidiar o aprofundamento de estudos subsequentes nessa temática.

### 3.3 Participantes da pesquisa

Para a delimitação do público alvo foi estabelecido a etapa diagnóstica, que envolveu o contato com 30 profissionais vinculados a instituições da área ambiental em todos os municípios da área de estudo.

O objetivo desta etapa foi levantar informações sobre os atores que incentivaram o uso do fruto de juçara, bem como sobre o conhecimento acerca das iniciativas de produção. Relaciona-se no quadro 3 os atores e as instituições contatadas para a etapa diagnóstica.

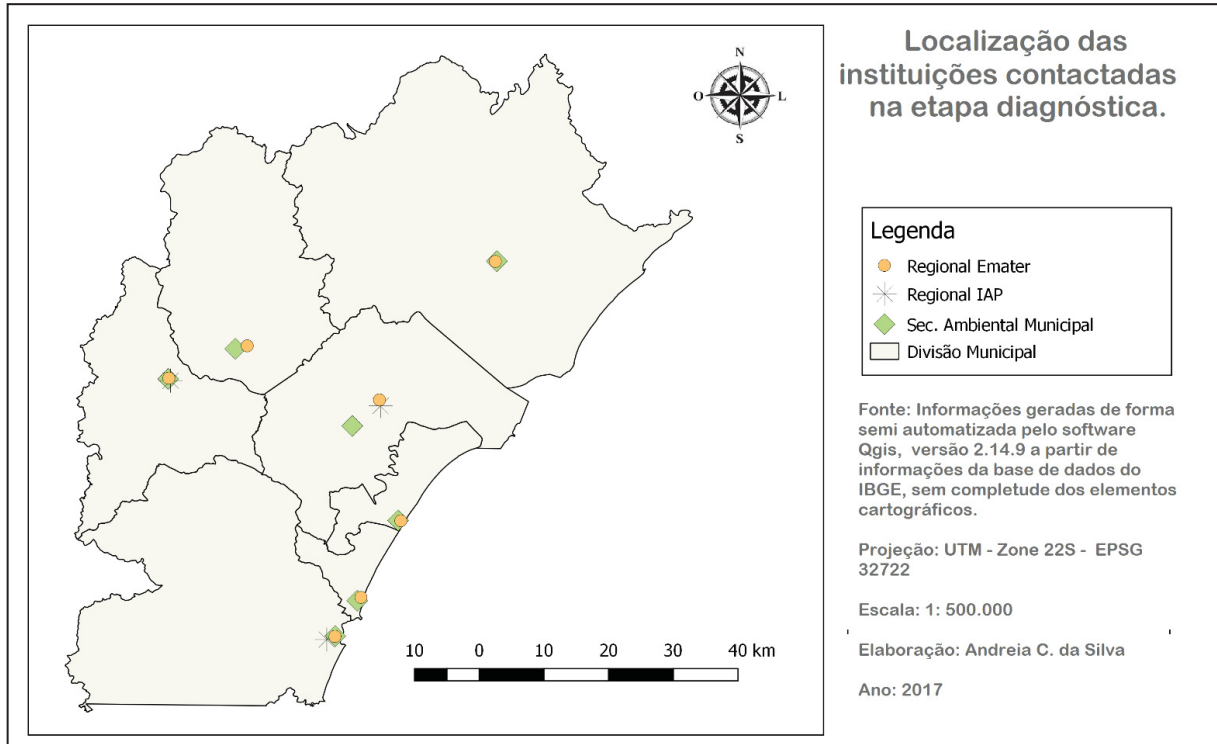
QUADRO 3 - INSTITUIÇÕES E ATORES QUE PARTICIPARAM DA ETAPA DIAGNÓSTICA

<b>Instituição</b>	<b>Atuação</b>	<b>Sede ou regional</b>
EMATER	A EMATER é o instituto paranaense de assistência técnica e extensão rural com a função de operar as políticas públicas junto a população do meio rural que objetivem o desenvolvimento rural sustentável e a melhoria da qualidade de vida, além de orientar agricultores em sistemas de produção e articular e coordenar o Plano Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural	Regionais presentes nos 7 municípios do litoral, além de duas distritais no município de Guaratuba e Guaraqueçaba
IAP	O Instituto Ambiental do Paraná é uma autarquia vinculada a Secretaria do Estado de Meio Ambiente do Paraná que tem entre outras atribuições fiscalizar o cumprimento da legislação ambiental no estado.	Regionais presentes no município de Paranaguá; Morretes e Guaratuba
Secretarias municipais de meio ambiente	Instituições componentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente como órgãos ou entidades municipais responsáveis pelo controle e fiscalização de atividades respeitando suas respectivas jurisdições	Presente nos sete municípios como secretaria específica ou ligada a outras secretarias
Outros	Técnicos do Parque Nacional Saint-Hilaire Lange; Colaboradores da Motirô Sociedade cooperativa; Docentes da UFPR Setor Litoral; Técnicos da Coperafloresta; Gestora Ambiental.	Contatos com sede no município de Matinhos. Excetuando-se os contatos dos técnicos da cooperafloresta com atuação em Morretes.

Fonte: A autora (2017), com base em informações do portal eletrônico das instituições.

Indica-se na figura 5 a localização das instituições públicas de meio ambiente e extensão rural contactadas para a etapa diagnóstica.

FIGURA 5 - LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES CONTACTADAS DURANTE ETAPA DIAGNÓSTICA



FONTE: a autora (2017)

A partir do diagnóstico e de publicações técnico científicas foi possível consolidar o conjunto de atores (quadro 4) que incentivaram o uso do fruto da palmeira juçara no litoral do Paraná.

QUADRO 4: ATORES QUE INCENTIVARAM O USO DO FRUTO DA PALMEIRA JUÇARA NO LITORAL DO PARANÁ

Instituição/ coletivo	Descrição	Instituições envolvidas	Localização da sede ou regional	Entrevistado(s)
Festa do Açai em Antonina	Festa que acontecia no município de Antonina, PR, organizada por uma migrante paraense de Curitiba, moradores e membros da Associação de Produtores Rurais Artesanais de Antonina (ASPRAN).	ASPRAN	Antonina	<b>Rosana Osaki</b> - Diretora da ASPRAN
IAPAR e UEPG	O Instituto agrônômico do Paraná (IAPAR) é vinculado à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), sendo o órgão de pesquisa que dá embasamento tecnológico as políticas públicas de desenvolvimento rural do Estado do Paraná. Atua desde 2009 em parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com projetos ligados à produção e processamento de frutos da juçara e transferência de tecnologia.	ASPRAN; SETI; SEBRAE; EMATER - Antonina; Fundação Araucária; Fundação Grupo Boticário	Morretes e Ponta Grossa	<b>Francisco Paulo Chaimsohn</b> - Engo Agrônomo, pesquisador do IAPAR; <b>Ademir Juarez Keik</b> - Auxiliar técnico do IAPAR; <b>Nelci Chiqueto</b> - docente UEPG
Embrapa Florestas	A Empresa brasileira de pesquisa agropecuária (EMBRAPA) é vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e busca viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira. Em 2009 iniciou o projeto juçara 2 com o objetivo de realizar atividades de extensão de extração da polpa de juçara na APA de Guaraqueçaba.	SETI; EMATER; SPVS; UFPR	Colombo	<b>Carlos E. Seoane</b> - Pesquisador da Embrapa Florestas
IA-RBMA	O Instituto de Amigos da Reserva da biosfera da mata atlântica é uma Organização Social de Interesse Público (OSCIP), com finalidades ambientais, científicas, educativas e sócio-culturais na área correspondente a rede. Desenvolveu atividades em Guaraqueçaba nos anos de 2012 a 2014 para a construção dos indicadores de sustentabilidade das cadeias produtivas e desenvolvimento de modelos de sistemas agroflorestais para a conservação da palmeira juçara.	TFCA; FUNBIO; SOLABIA; Instituto Mater Natura	São Paulo	<b>Marcelo Mendes do Amaral</b> - Coordenador do Programa Mercado Mata Atlântica da RBMA
Coletivo Juçara	Coletivo formado por graduandos de diferentes cursos da UFPR Setor litoral que organizaram as festas da Juçara no município de Matinhos entre os anos de 2012 a 2014.	UFPR; Motirô Sociedade Cooperativa	Matinhos	<b>Raphael Serafim</b> - Agroecólogo UFPR; <b>Renan Zanatta</b> - Gestor Ambiental; <b>Gilson Dhamer</b> docente UFPR.

FONTE: A autora (2017).

Os produtores entrevistados foram indicados em dois momentos, durante o diagnóstico e também pelos articuladores de ações. Observou-se que a atividade de despolpa do fruto da palmeira juçara acontece, em geral, de forma coletiva; dessa maneira cada iniciativa de despolpa foi denominada, neste trabalho, como unidade de despolpa (UD) e o universo de pesquisa se caracterizou em um esforço de senso das UD's do litoral do Paraná.

Dez unidades de despolpa foram identificadas e nomeadas de acordo com sua localização (nome do sítio, chácara, estrada), presentes em cinco municípios do litoral, excetuando-se apenas o município de Guaratuba e Pontal do Paraná. Relaciona-se no quadro 5 os produtores entrevistados nas UD's.

QUADRO 5 - UNIDADES DE DESPOLPA IDENTIFICADAS E PRODUTORES ENTREVISTADOS

Município	Entrevistado	Profissão	Unidade de despolpa
Antonina	Rosana Osaki	Agricultora	ASPRAN
	Maria E. da Cruz	Cozinheira	Chácara Bairro Alto
	Jonas Souza	Agricultor	Assentamento Lutzenberguer
Guaraqueçaba	Gilson C. Anastácio	Artesão e produtor rural artesanal	Chácara Rio Verde
Matinhos	Billidhol de O. Mateus	Gestor de projetos	Área Urbana Matinhos
Morretes	Rosana R. Cagni	Produtora Rural e empresária	Conservas Rosana
	Vitor Paolinetti	Produtor rural	Capitva Agroflorestral
	Eliane Schonrock	Assessora política aposentada	Estrada do Saquarema
	Gustavo Najjar	Produtor rural	Sítio Recanto do Surucuá
Paranaguá	Ines A. Nunes	Agricultora	Sítio Sol Nascente

FONTE: A autora (2017)

### 3.4 Técnicas de coleta de dados

As técnicas de coletas de dados foram escolhidas de acordo com cada objetivo de pesquisa, sendo as principais: o levantamento bibliográfico, as entrevistas abertas e semiestruturadas e o caderno de campo. A coleta de dados primários foi realizada durante o período de maio a novembro de 2016. A matriz de amarração da pesquisa (quadro 6) identifica as bases nas quais se construiu os objetivos de pesquisa, bem como a correspondência entre as técnicas de coleta e análise de dados.



QUADRO 6 - MATRIZ DE AMARRAÇÃO DA PESQUISA: “DO CAULE AOS FRUTOS: DIAGNÓSTICO DA PRODUÇÃO DA POLPA DE JUÇARA (*Euterpe edulis* Martius), NO LITORAL DO PARANÁ

<b>Pesquisa</b>	Do caule aos frutos: Diagnóstico da produção e uso da polpa de juçara ( <i>Euterpe edulis</i> Martius) no litoral do Paraná.			
<b>Unidade de análise</b>	Produtores, Instituições e/ou articuladores que fomentaram a produção e uso do fruto da palmeira juçara no litoral do Paraná.			
<b>Objetivo Geral</b>	Compreender a situação da produção da polpa de juçara ( <i>Euterpe edulis</i> Martius) no litoral do Paraná.			
<b>Questões norteadoras</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Qual é o contexto sócio-histórico de uso da palmeira juçara pelos habitantes da Mata Atlântica?</li> <li>2. Quais instituições fomentaram a produção a partir do fruto da palmeira juçara, no litoral do Paraná?</li> <li>3. Quem são, onde estão os produtores que despalam o fruto da juçara com objetivo de gerar renda?</li> <li>4. De onde colhem, de que forma despalam e como comercializam?</li> <li>5. Quais são os potenciais e desafios da produção e comercialização?</li> </ol>			
<b>Método</b>	Pesquisa exploratória			
<b>Objetivos Específicos</b>	<b>Fonte de informação</b>	<b>Etapas</b>	<b>Técnica de coleta de dados</b>	<b>Elementos da análise de dados</b>
Discutir a relação histórica entre o homem e a palmeira juçara	Dados secundários	Referencial teórico	Levantamento bibliográfico	Análise de conteúdo através das unidades de registro: palmeira; palmito; juçara e euterpe edulis.
Identificar os momentos e atores que incentivaram uso do fruto da palmeira juçara no litoral do Paraná	Dados primários	Diagnóstico	Entrevistas abertas com instituições da área ambiental dos municípios da área de estudo.	Lista de indicações e contato
		Campo	Entrevista semiestruturada com instituições e articuladores de ações	Análise de conteúdo através de unidades de registro temáticas
	Dados secundários	Referencial teórico/prático	Documentação técnico científica	Análise de conteúdo através das unidades de registro: açaí and litoral do Paraná; fruto euterpe edulis and litoral do Paraná.
Identificar as iniciativas de produção da polpa de juçara no litoral do Paraná, com foco na geração de renda.	Dados primários	Diagnóstico	Entrevistas abertas com instituições da área ambiental dos municípios da área de estudo.	Lista de indicações e contato
		Campo	Entrevista semiestruturada com produtores	Análise de conteúdo através de unidades de registro temáticas
	Dados secundários	Referencial teórico/prático	Documentação técnico científica	Análise de conteúdo através das unidades de registro: açaí and litoral do Paraná; fruto euterpe edulis and litoral do Paraná.
Mapear as iniciativas de produção da polpa de juçara no litoral do Paraná, com foco na geração de renda.	Dados primários	Campo	Localização dos produtores	Coordenadas geográficas através do software Google Earth e gerar mapa a partir da base de dados do IBGE utilizando o software livre Qgis.
Discutir as potencialidades e desafios da produção a partir do fruto da palmeira juçara no litoral do Paraná	Dados primários	Campo	Entrevista semiestruturada com instituições e produtores	Análise de conteúdo através de unidades de registro temáticas
	Dados secundários	Referencial teórico/prático	Documentação técnico científica	Análise de conteúdo documentação técnico científica e referencial teórico. Discussão a partir da perspectiva decolonial e do ecodesenvolvimento e implementação de políticas públicas no contexto macro e micro.

Fonte: A autora (2017), baseado em Vallin (2016).

### 3.4.1 Levantamento bibliográfico

O levantamento bibliográfico envolveu a busca por informações nas seguintes bases de dados: SciELO; plataforma CAPES; Google Scholar; Portal da biblioteca digital brasileira de teses e dissertações (BDBTD), Domínio Público, nos portais eletrônicos oficiais da Câmara dos Deputados, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Ministério do Meio Ambiente, e no acervo do sistema de bibliotecas da UFPR, durante o período de junho de 2015 até março de 2017.

Para a discussão histórica entre o homem e a palmeira juçara foi realizada a busca em publicações na área de: ciência ambiental; antropologia e documentos históricos, nas bases de dados acima descritas, a partir das unidades de registro: palmeira; palmito; *Euterpe edulis*; palmitreiro e juçara.

O levantamento de teses e dissertações sobre a espécie *Euterpe edulis* Martius foi realizado principalmente no portal da BDBTD, no qual se encontrou 86 teses e dissertações indexadas até novembro de 2016, e a seleção foi feita a partir dos elementos presentes no título e no resumo resultando em uma triagem inicial de três áreas de concentração, sendo elas, ecologia, engenharia dos alimentos e estudos socioambientais. Foram selecionadas para leitura e discussão as teses e dissertações sobre a espécie *E. edulis* na área de estudos socioambientais.

Adicionalmente foi consultada a documentação técnico-científica conforme destacado na matriz de amarração (quadro 6), que se refere aos documentos, projetos, memórias de encontros, folders e cartilhas relacionados ao tema de estudo indicadas pelos participantes da pesquisa ou disponíveis na rede mundial de computadores (*Web*).

### 3.4.2 Entrevistas

Em termos gerais, Minayo (2011) caracteriza a entrevista como uma conversa a dois com propósitos bem definidos, servindo como meio de coleta de informações sobre um determinado tema científico. Segundo a autora, as entrevistas abertas se tratam daquelas onde o informante aborda livremente o tema proposto.

As entrevistas abertas foram utilizadas na etapa diagnóstica e tiveram como objetivo levantar informações sobre articuladores de ações e o conhecimento sobre as atividades de despolpa do fruto da palmeira juçara no litoral do Paraná. Este

contato foi realizado pessoalmente no caso dos atores locais do município de Matinhos e por telefone nos demais.

As entrevistas semi-estruturadas, mesclam perguntas previamente formuladas, assim como, espaços onde o informante pode abordar livremente sobre o tema (MINAYO, 2011) estas entrevistas foram efetuadas na etapa de campo, com dois grupos de participantes: os atores que incentivaram o processamento do fruto da palmeira juçara no litoral do Paraná e os produtores.

Foram elaborados roteiros diferentes para cada grupo de participantes. Para os atores que incentivaram o uso alimentar do fruto da palmeira juçara (apêndice 1), o pré-teste foi aplicado no dia 03/05/2016 e as entrevistas aconteceram principalmente por skype, telefone e e-mail, a critério da escolha e disponibilidade do participante. O termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), (apêndice 2) foi enviado por e-mail, não sendo recolhido assinatura.

Para os produtores todas as entrevistas (apêndice 3), foram realizadas pessoalmente, sendo que as respostas foram anotadas em caderno de campo, o pré-teste foi realizado no dia 11/07/2016, e todos os entrevistados assinaram o TCLE (apêndice 4), e autorizaram a utilização dos seus nomes verdadeiros, uma vez que a análise se baseia nas percepções, histórias, saberes e experiências, não havendo, nas informações prestadas para esta pesquisa, motivos ou impedimentos éticos que se fizesse necessário a adoção de nomes fictícios.

### 3.4.3 Caderno de campo

O caderno de campo, segundo Magnani (1997), pode ser usado como instrumento de pesquisa na medida em que registra os relatos da viagem, o contexto em que os dados foram obtidos e permitem auxiliar a compreensão do tema, possibilitando o registro de informações que não são transmitidas por outros meios. Nesta pesquisa foram utilizados dois cadernos de campo que reúnem informações sobre as entrevistas abertas e semi-estruturadas, os endereços e contatos dos participantes, notas de reuniões de orientação sobre a pesquisa, registro de observações iniciais e apontamentos de discussão.

#### 3.4.4 Análise e interpretação dos resultados

A técnica de análise de dados foi a análise de conteúdo, que buscou favorecer a discussão dos resultados, uma vez que esse tipo de pesquisa pode gerar “um grande acervo de dados, o que torna esta fase de difícil equacionamento” (PIOVESAN & TEMPORINI, 1995, p.323). De acordo com Bardin (2002), a análise de conteúdo corresponde a um conjunto de técnicas de análise das comunicações adaptáveis ao domínio e aos objetivos pretendidos.

As respostas foram organizadas em tabelas, em uma matriz de análise, a partir das informações do roteiro de entrevistas e demais informações fornecidas. Na matriz, cada linha representa um entrevistado e cada coluna uma pergunta. A primeira aproximação foi realizada a partir da leitura flutuante. De acordo com Bardin (2002), a leitura flutuante consiste na primeira atividade de contato com o texto e conhecimento do contexto das respostas. Posteriormente foi realizada a classificação temática das informações a partir de categorias/palavras chave, com o objetivo de estabelecer um fio condutor sobre as dimensões de cada resposta e os aspectos mais destacados entre os participantes, definidas por Bardin (2002) como unidades de registro temáticas do tipo semânticas. A partir dessas unidades se estabeleceu a análise frequencial ou quantitativa simples definindo a organização de informações para as discussões da pesquisa.

Para a interpretação, optou-se pela proposta de análise qualitativa e dialética, segundo Minayo (1992) que considera que as pesquisas em ciências sociais constituem-se sempre numa aproximação da realidade social, que não podem ser reduzidas a nenhum dado de pesquisa. Neste trabalho, a contextualização para a interpretação dos dados e informações acerca da produção da polpa de juçara no litoral do Paraná, principalmente, no que tange a discussão dos potenciais e desafios desta produção, foram baseados na epistemologia acerca do território, com a abordagem decolonial e do ecodesenvolvimento, a fim de apresentar resultados provisórios e aproximados acerca do que encontramos em campo, assim como, a indicação da necessidade de novas pesquisas acerca do tema.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos elementos teóricos apresentados na revisão da literatura e considerando a condição de colonialidade da América Latina, a perspectiva assuntiva, proposta por Zea (2015) destaca a importância de conhecer como se deram as apropriações históricas que, neste caso é na relação entre o homem e a palmeira juçara, possibilitando caminhos de uma apropriação coletiva deste histórico no qual se possa inventar o futuro.

Desta maneira as subseções que se seguem apresentam o resgate histórico da relação entre o homem e a palmeira juçara, os registros e informações acerca das técnicas de despolpa. Posteriormente destacam-se os aspectos relacionados ao diagnóstico da produção, com o perfil das atividades produtivas, formas de coleta, produção e venda, culminando na discussão dos potenciais e desafios da cadeia de valor da juçara. Além de reflexões sobre como a organização desta produção permite apontar caminhos para o desenvolvimento territorial sustentável.

### 4.1 Homem e a palmeira juçara: da pré-história ao Brasil na atualidade

A vida é constituída de relações e o território é o palco onde se configuram as transformações materiais e simbólicas. Conforme, Saquet (2007):

Na natureza o homem vive relações. Na sociedade o homem vive relações. Em ambas, o homem vive relações construindo um mundo objetivo e subjetivo, material e imaterial. O homem vive relações sociais, construção do território, interações e relações de poder; diferentes atividades cotidianas, que se revelam na construção de malhas, nós e redes, constituindo o território. A territorialidade efetiva-se em distintas escalas espaciais e varia no tempo, através das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, entre outras relações sociais realizadas entre sujeitos e entre estes com seu lugar de vida, tanto econômica quanto política e culturalmente (SAQUET, 2007 p.87).

A ligação entre o uso e a identidade acerca das palmeiras remontam relações ancestrais dos povos originários. Houve, durante milênios, diferentes apropriações e conhecimentos sobre os usos das plantas desta família, porém, pouco se sabe sobre os hábitos do homem pré-histórico. Os primeiros habitantes do continente Americano surgiram há cerca de 11.000 anos, no final do Pleistoceno, período em que o nível do mar estava 150m abaixo do atual.

Segundo Bigarella, “os remanescentes culturais indicam que os grupos ou bandos de caçadores-coletores possuíam uma tecnologia simples, adaptada a coleta de moluscos e a pesca. Outros vestígios de sua atividade desapareceram pela degradação do material (madeira, fibras vegetais, entre outros)” (BIGARELLA, 2009 p. 40). No entanto, existem evidências da coleta de frutos de jerivá (*Syagrus romanzoffiana* (Cham.) Glassman), cujos restos calcinados se encontram nos sambaquis, indicando que deveriam ter feito uso de outras palmáceas como jerivá, tucum (*Bactris glaucescens*) e palmito<sup>13</sup>.

Os vestígios indicam que a construção dos sambaquis no litoral do Paraná foi iniciada a cerca de 5.500 anos AP<sup>14</sup> (BIGARELLA, 2009). O sambaqui mais recente no Paraná (Ilha dos Ratos, Baía de Guaratuba) data de 1540 anos AP (BECK, 1978<sup>15</sup> *apud* BIGARELLA, 2009).

O território que hoje chamamos de Brasil originalmente foi identificado pela etnia tupi-guarani por Pindorama, que significa a *terra das palmeiras* (MOONEN, 1983; CASCUDO, 2012). Vários registros apontam para a forte relação entre esta família de plantas e os povos originários, das quais os índios utilizavam toda a planta: a madeira para construir as ocas; as folhas para cobertura de habitação e outras construções; como alimento através dos frutos e palmito; fabricavam sal através da cinza das palmeiras<sup>16</sup>; remédio (para dor de cabeça, estomago e cicatrizante); extraíam óleo para cozinhar; e o espinho de algumas espécies era utilizado como agulha para costurar (MELATTI, 2007; MELO, 1971; LADEIRA, 2007, STADEN, 2011).

A ocupação indígena do litoral do Paraná é associada à etnia Guarani Mbya, que corresponde ao território entre os países Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil, mais especificamente entre a região de aldeias do leste do Paraguai, norte da Argentina e Uruguai até o interior dos estados do sul e sudeste do Brasil (Rio grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo), com

---

<sup>13</sup> Termo utilizado por Bigarella em referência a palmeira *Euterpe edulis* Martius.

<sup>14</sup> AP = antes do presente

<sup>15</sup> BECK, A. Sambaquis; tecnologia e subsistência, in; **Anais do Museu de Antropologia da UFSC**, VOL. 10, N. 11, 1978. p.124-138

<sup>16</sup> Através da queima obtinham cloreto de potássio que não é um substituto adequado para cloreto de sódio, indicando que esta ingestão poderia ser retirada de outras fontes (MELATTI, 2007). Este processo também é descrito nos relatos históricos da viagem de Hans Staden ao Brasil (STADEN, 2011)

agrupamentos notados também em outros estados do nordeste junto a Mata Atlântica (LADEIRA, 2007).

O município de Paranaguá denominado *Iparavãpy* “a origem do mundo” é considerado o território de onde se originaram os primeiros filhos concebidos pelas divindades. Esta etnia identificava como *pindovy* ou *pindo etei*, uma palmeira que tem um “palmito doce bom para se comer e de suas folhas são feitas as coberturas das casas. Seus frutos quando maduros são alimento e seu óleo é usado como alimento e para cozinhar. Das suas fibras são feitas cordas e cordões para adornos” (LADEIRA, 2007 p. 82)

As palmeiras ocupavam lugar de destaque para os Mbya; “além de vinculada à subsistência, esta palmeira, cuja espécie é encontrada em todas as regiões do território Guarani, tem sua importância também na configuração espacial do “mundo Mbya” (LADEIRA, 1997 p.17). O prefixo “*pindo*” se refere à palmeira sagrada sendo a origem do mundo quando Nhanderu Guaxu “trouxo a terra e a colocou em cima e no meio do oceano (*yy ee*). Em seguida gerou as árvores entre elas a primeira, a palmeira eterna (*pindovy* ou *pindo etei*)” (LADEIRA, 2007 p. 105). Áreas com abundância de palmeiras eram indicativo de lugares propícios para formação de aldeias.

Segundo Dean (1996), no momento da chegada dos portugueses, um dos primeiros atos, quando alcançaram a costa do continente sul-americano, foi derrubar uma árvore e deste tronco fizeram uma cruz rústica da qual se tornou símbolo do território que inicialmente chamaram de Terra de Vera Cruz. Pero Vaz de Caminha relata na carta endereçada ao rei de Portugal D. Manuel I, em 1500, que durante esta viagem “andamos por aí vendo a ribeira, a qual é de muita água e muito boa. Ao longo dela há muitas palmas, não muito altas, em que há muito bons palmitos. Colhemos e comemos deles muitos” (CAMINHA, 1500, não p.). Segundo Cascudo (2011), foram os únicos “frutos” que Caminha saboreou no Brasil; não teve curiosidade ou audácia de comer nenhum outro.

Dean (1996) destaca que a busca dos portugueses por palmeiras comestíveis foi premeditada, pois as viagens para a colonização do continente africano no século XIV oportunizaram o contato com às espécies de ambiente tropical. Podemos destacar como exemplo de palmeira africana a espécie *Phoenix dactylifera* Linneo, conhecida popularmente como tamareira. Esta palmeira é cultivada há milênios

(mais de cinco mil anos), sendo seu fruto já consumido pelos antigos egípcios, babilônios e assírios e também possui palmito comestível (RIVAS; BARBIERI; MAIA, 2012), evidenciando indícios deste hábito alimentar.

Gabriel Soares de Souza, em seu tratado descritivo do Brasil (1587), relata: “como há tanta diversidade de palmeiras que dão fruto na terra da Bahia” (SOUZA, 1587 p. 197), e faz referência a várias palmeiras das quais o gentio tira palmito (pindobas, anajá-mirim, japeraçaba, pati, buri, piçadós, ururucuri, patioba), cita os usos da madeira para construção de casas e choupanas e o uso das folhas para o telhado, do azeite, do uso como remédio e também o artesanato feito a partir das folhas secas da palmeira conhecida por patioba. Segundo o autor:

Do olho destas palmeiras se tiram palmitos façanhosos de cinco a seis palmos de comprido, e tão grossos como a perna de um homem. De junto do olho destas palmeiras tira o gentio três e quatro folhas cerradas, que se depois abrem a mão, com as quais cobrem as casas, a que chamam pindobuçu, com o que fica uma casa por dentro, depois de coberta, muito formosa; a qual palma no verão é fria, e no inverno quente; e se não fora o perigo do fogo, é muito melhor e mais sadia cobertura que a da telha. (SOUZA, 1587 p. 197)

A colonização europeia no território brasileiro trouxe uma visão etnocêntrica de valorização da cultura estrangeira como superior e “civilizada” e a dos povos autóctones tida como “selvagem” (ZEA, 2015). Segundo Ribeiro (1995), este período foi caracterizado pelo saqueio e evangelização, entre outras mazelas, para os povos da América que:

estabeleceram, assim, os fundamentos do primeiro sistema econômico mundial, interrompendo o desenvolvimento autônomo das grandes civilizações americanas. Exterminaram, simultaneamente, milhares de povos que antes viviam em prosperidade e alegria, espalhados por toda a terra com suas línguas e com suas culturas originais (RIBEIRO, 1995 p. 65).

Neste período, a visão científica já tinha um papel central no pensamento europeu, sendo a forma de conhecimento legitimada pelo colonizador (OLIVEIRA & LEWIN, 2014; SANTOS, 2006). Conforme abordado por Zea (2015), a dominação, a partir da perpetuação do *logos* do dominador, se mostrou como a forma de dominação mais eficaz. Desta maneira, o novo mundo passou a ser conhecido através dos relatos dos naturalistas, antropólogos, zoólogos e botânicos que vinham fazer expedições científicas no Brasil.



Embora nestes relatos sejam descritos as características e uso das palmeiras, não é possível identificar a quais espécies se referem. Sobre a palmeira em estudo, até hoje permanece a utilização de vários nomes populares como: içara, ensarova, ripeira, ripa, juçara, palmito, palmito-doce (MOSIMANN; REIS, 1975), ou jiçara como é conhecida no município de Guaraqueçaba (ESTEVES; HOFFMANN-HOROCHOVSKI; CAMARGO, 2016).

Os nomes populares mais utilizados nos municípios do litoral do Paraná são palmito e juçara. Este último vocábulo tem origem tupi-guarani *y'uçara* e não há um consenso na literatura sobre seu significado. Melo (1971) diz que significa espinhos ligados, agulha, tipo de palmeira que fornecia espinhos para os índios costurarem. Já para Figueiredo (1899), *yuçá* ou melhor *iuçá*, que é sinônimo de *y'uçara*, significa comichão, cócegas; frieira. Para Ramanush (2000), significa coceira sendo *y'uçara* uma composição do *yú* que significa espinho com *çara* = coceira. Segundo o autor, o nome se refere à uma palmeira cujos espinhos causam coceira. Para Chaimsohn; Chiqueto (2013), “juçara” provém do tupi *yu'sara*, que significa palmito ou palmito.

O nome científico da palmeira como *Euterpe edulis* Martius foi dada pelo botânico alemão, Karl Friedrich Philipp von Martius, que viajou ao Brasil em 1817 e durante três anos sistematizou muitas espécies da flora brasileira, documentando mais de 22 mil espécies de plantas, destacando-se os estudos com as palmeiras na publicação da obra *Historia naturalis palmarum* (SOMMER, 1953). Martius (s/d) relata que “servindo-lhes de legume, eles comem, e isto é geral entre os brasileiros, a parte macia da fibra não desenvolvida (palmito) de muitas palmeiras, especialmente a juçara (*E. edulis* Mart.)” (Martius, s/d apud CASCUDO, 2011).

As plantas da família *arecaceae*, até o momento, não tinham sido tão sistematicamente estudadas. Entre outras dificuldades, estavam as limitações para armazenar este grupo de plantas em herbários. Devido à importância científica da obra de Martius, ele foi reconhecido como “o pai das palmeiras” (SOMMER, 1953) e, Alexandre Von Humboldt escreveu que “enquanto se fale de palmeiras e se conheçam as palmeiras, o nome de Martius será mencionado com honores” (DIENER & COSTA, 2012, p.112).

Segundo Gonçalves (2002), *Euterpe* é a musa grega da música e *edulis* vem do latim e quer dizer comestível; ainda segundo o autor “do caule se obtém suco que

faz estancar de imediato hemorragias ocasionadas por cortes ou golpes, produzindo a cicatrização da ferida em poucas horas (embora provoque forte ardor)” (GONÇALVES, 2002 p. 85).

O primeiro relato sobre a venda de palmito e também sobre a preocupação ambiental, destacando a pressão sobre a espécie em virtude desta opção alimentar, é feita pelo pintor Jean-Baptiste Debret em 1825, quando retrata na gravura “Vendedores de palmito e de samburás” (figura 6) a exploração da planta e dos escravos. No relato do pintor consta:

o palmito é servido em todas as mesas do Rio de Janeiro e desde o mês de abril até os fins de junho oferecem nas ruas os maços de doze a quinze palmitos por uma a duas patacas. Os índios comem o coração do palmito cru ou cozido na água. Apreciam principalmente, e muito, o broto semi-enterrado de uma palmeira nanica, que contem maior quantidade dessa substancia nutritiva (...). Pelos fragmentos do palmito cortado que esta prancha representa, o leitor compreenderá que cada um deles custa a vida de uma árvore. Suas palmas, entretanto, não se perdem, e são aproveitadas de preferência na alimentação dos burros, durante as viagens através das florestas virgens (DEBRET, 1978 p.176).

FIGURA 6 - GRAVURA JEAN-BAPTISTE DEBRET – PRANCHA 17 “VENDEDORES DE PALMITO E DE SAMBURÁS”



FONTE: Debret (1978).

Vale ressaltar que, nesses onze mil anos da presença humana nos territórios da América do Sul, a constituição da formação florestal foi marcada pela relação homem-natureza, onde o ambiente natural se constitui através de processos de interação ao longo do tempo que se configuram em florestas culturais (FURLAN, 2006).

A partir da colonização houve a miscigenação entres europeus e índios (de maneira principal e em menor grau com africanos) no litoral sul e sudeste do Brasil, entre o Rio de Janeiro até Santa Catarina, processo que contribuiu para a formação de uma morfologia social com um modo de vida ligado às atividades de pesca, coleta em ambientes aquáticos e agricultura de subsistência baseada na mandioca (DIEGUES et al, 1999).

A população originada a partir desta mescla etno-cultural passou a ser identificada pelos cientistas<sup>17</sup> como caiçara, termo que vem do vocábulo tupi-guarani caá-içara<sup>18</sup> “que era utilizado para denominar as estacas colocadas em torno das tabas ou aldeias, e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe. Com o passar do tempo, passou a ser o nome dado às palhoças construídas nas praias para abrigar as canoas e os apetrechos dos pescadores” (SOS MATA ATLÂNTICA, 1992<sup>19</sup> apud ADAMS, 2000 p. 146).

Vários itens da cultura indígena foram incorporados ao dia-a-dia caiçara, como o tipiti (cesto flexível de cipó timbopeva, utilizado para espremer a mandioca ralada), ervas entorpecentes usadas para atordoar os peixes (timbó), o moquém (processo de conservação do peixe através do fogo), a canoa escavada no tronco, entre outras contribuições (ADAMS, 2000) entre elas os usos palmeira juçara como alimento, artesanatos como esteiras de palha, redes, escoras, coberturas de casas, pequenos objetos como adorno, alimento e outras construções (ROSETTI, 1988).

No município de Morretes ainda é possível visitar construções centenárias feitas com ripas de juçara. A figura 7 mostra o telhado do Engenho Gnata, construído em 1891 com a madeira de juçara. As ripas estão na disposição

---

<sup>17</sup> Conforme aponta Adams (2002) desde 1960 os pesquisadores que estudavam esta população não fazem referência sobre como eles se auto-identificavam. O estudo de Setti (1985, apud ADAMS, 2002) traz elementos que eles se autodenominavam como: praianos, ubatubanos ou barrigas verdes pela importância da banana verde em sua dieta.

<sup>18</sup> Segundo Zanatta (comunicação pessoal, 2016), o termo tupi poderia significar casas de içara. Elemento identitário por ser a madeira utilizada na construção de habitações.

<sup>19</sup> FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA 1992 Dossiê Mata Atlântica 1992, São Paulo

horizontal e o caule na vertical, sustentando o telhado. Luiz Paulo Gnata (comunicação pessoal, 2016), relata que, segundo seu avô se não houver infiltração de água pelo telhado a madeira dura a vida toda. Observa-se que os troncos mais claros observados na figura, são troncos que posteriormente tiveram que ser substituídos em virtude de algum vazamento.

FIGURA 7 – TELHADO DO ENGENHO GNATA MUNICÍPIO DE MORRETES, CONSTRUIDO EM 1891, COM RIPAS E CAULES DA PALMEIRA JUÇARA



FONTE: A autora (2016).

Gnata (comunicação pessoal, 2016), relata que na extração do palmito sobrava um tecido foliar mole e com brilho laminado, que antigamente se aproveitava para exercitar a escrita; seus avós comentavam que usavam como se fosse um caderno. No município de Guaratuba o uso popular da madeira de juçara era para a construção de remos.

É principalmente durante o interstício dos ciclos econômicos do período colonial, quando as atividades ligadas a exportação entraram em declínio, que os caiçaras se voltaram para atividades de subsistência ligadas a terra e o mar, incorporando sua base alimentar constituída pelo plantio do milho, mandioca, abóbora, feijões, amendoim, batata-doce, cará, e pela coleta de inúmeras frutas nativas como o maracujá, pitanga, goiaba, bananas, caju, mamão entre outras e extração do palmito, complementando com a caça e pesca, que se fortaleceu a cultura caiçara (DIEGUES, et al. 1999).

Segundo Rosetti (1988) no manejo tradicional da juçara espécies são deixadas como porta sementes e “este procedimento é adotado por inúmeros habitantes nativos da região, dada a identificação cultural do homem com seu meio”

(ROSETTI,1988 p. 10), a autora ainda destaca que em quase todos os quintais percebe-se a presença da palmeira *E. edulis*.

Aproximadamente cem anos mais tarde do relato do Debret, o impacto da exploração do palmito se intensificou com grande magnitude, especificamente na região do litoral do Paraná, a partir de 1927, quando, segundo Mac Fadden (2005), os imigrantes franceses estabeleceram uma pequena fábrica de palmito e camarões enlatados na área que hoje faz parte do município de Garuva/SC, divisa com município de Guaratuba/PR (MAC FADDEN, 2005).

A atividade comercial do palmito, que durante a década de 30 e 40 era realizado em feiras, passou a se intensificar com a implantação de várias indústrias de conserva a partir da década de 50, que estimulou e intensificou a comercialização para polos centralizadores, principalmente para o mercado consumidor de São Paulo (CORSO, 2003; MOURÃO, 1971).

O extrativismo do palmito passou a ser um dos mais importantes produtos explorados na Mata Atlântica. No município de Guaraqueçaba, assim como em várias regiões do litoral, a extração do palmito juçara para as indústrias “tornou-se uma das principais fontes de renda de muitos moradores, essa atividade foi, durante as décadas seguintes, uma das principais atividades econômicas do município, sendo um produto muito importante na economia local” (ROCHA, 2015 p. 50).

O estado do Paraná foi o único produtor nacional de palmito entre os anos de 1949 a 1959, tendo sua participação decaída a níveis irrisórios a partir de 1980, evidenciando o extrativismo extremo. Neste período todo o parque industrial de conservas de palmito se localizava neste estado (ROSETTI,1988). Os dados oficiais de produção de palmito no Brasil (IBGE) apresentam variações bruscas, tais como, de 204 mil toneladas em 1976 para 35 mil em 1977, e de 202 mil toneladas em 1989 para 27 mil em 1990 (CORSO, 2003).

Adams (2000) comenta que, quando o palmito e a caxeta passaram a ter mercado, o caiçara deixou de realizar suas práticas tradicionais, intensificando a exploração destas atividades, conforme constatado por Mourão (1971), o que contribuiu para um desequilíbrio ambiental na região.

A relação entre o homem e a palmeira juçara não é hegemônica nas comunidades tradicionais. Destaca-se que a principal pressão que intensificou o extrativismo se deu pela presença de fábricas de conservas, cuja produção foi

impulsionada pelos grandes centros consumidores. O casal de etnógrafos Alvar & Alvar (1979), retratou o processo de extrativismo de palmito e o trabalho nas fábricas de conserva, como observamos na figura 8.

FIGURA 8 - EXTRATIVISMO DE PALMITO E TRABALHO NA FÁBRICA DE CONSERVA NO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA NA DÉCADA DE 1970.



FONTE: Alvar & Alvar (1979).

Segundo Amadeu (s/data) na redação de seu livro “Minha história, minha vida” (no prelo)<sup>20</sup>, quando as fábricas se estabeleceram, “os nativos deixaram suas roças e se embrenharam nas matas atrás de um ganho que parecia mais imediato; mas para se obter 40 centímetros de miolo, era necessário abater uma árvore inteira (palmeira) de mais ou menos 15 metros de altura (...) este processo gerou muitos acidentes, como cortes, fraturas e até mortes” (AMADEU, no prelo, não p.).

<sup>20</sup> AMADEU, J. Minha história, minha vida. No prelo.

A população local é explorada e conforme podemos observar na moda de fandango<sup>21</sup>, reconhece a assimetria econômica entre os atores presentes na cadeia produtiva do palmito:

*Quando eu pego na viola  
Eu já sei por quem pergunto  
Como fica tão bonito  
Dois amigos cantar junto  
Essa compra de palmito  
Tá pior que cativo  
Quem tira não ganha nada  
Quem compra ganha dinheiro  
Essa compra de palmito  
Não dá nada pra ninguém  
Quem tira não ganha nada  
Quem compra dinheiro tem  
Essa compra de palmito  
É melhor se acabar  
Que o povo se desengana  
Na lavoura vai cuidar...*  
Compra de palmito (tradicional).

Fonte: “Museu Vivo do Fandango” (CD1 – São Paulo, faixa 20)

A moda de fandango apresenta representações simbólicas sobre o impacto do sistema capitalista desigual na exploração do palmito e sobre o modo de vida caiçara. Primeiro, na transformação da natureza em mercadoria, que figura um valor de uso a partir da utilidade de uma “coisa”, conforme aponta Marx “o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias” (MARX, 1985, p. 45).

A música evidencia ainda outro elemento que é a transformação do lucro daquele que se apropria da força de trabalho da pessoa livre. Esta relação de compra da força de trabalho é assimétrica entre o lucro obtido oriundo da venda da mercadoria e o valor dado para a força de trabalho. No sistema capitalista o valor da força de trabalho é dado para a manutenção do indivíduo vivo, que precisa de “certa soma de meios de subsistência (...) a soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal” (MARX, 1985, p. 141).

---

<sup>21</sup> Estilo musical tradicional caiçara. Canção de domínio público, transmitida na tradição oral e presente na faixa 20 CD 1 do “Museu vivo do Fandango” (2006).

A denúncia sobre os níveis de poder econômico fica evidente na estrofe “quem tira não ganha nada, quem compra dinheiro tem” indicando o capital daqueles que se apropriam da força de trabalho do homem caiçara e da cadeia de exploração que se fixa nessa relação, sendo “essa compra de palmito; é melhor se acabar; que o povo se desengana; na lavoura vai cuidar”, que propõe uma volta para as práticas tradicionais de subsistência onde o homem utiliza para si e sua família sua força de trabalho em uma relação mais simétrica que a economia capitalista.

A relação de perda de liberdade e o conseqüente afastamento dos meios tradicionais de subsistência do caiçara pela pressão frente a venda de sua força de trabalho, também é relatada por Sebastião de Almeida, da Comunidade de São Joãozinho no município de Guaratuba, onde lembra que:

antes a gente preparava o material para a pesca e fazia a roça que a gente queria. Aqui todo mundo trabalhava liberto, as famílias em 1940 até 1960, era muito livre. A pessoa trabalhava à vontade. Plantava seu arroz, plantava seu aipim, tinha cana de açúcar, farinha e pescava para comer. Agora é tudo diferente, nem farinha para a gente por no prato tem (ALMEIDA citado em, FERREIRA, NEGRELLE e ZANATTA, 2011).

Conforme apontado por Diegues, et al (1999) e por Adams (2002), ao longo dos séculos, os caiçaras foram submetidos aos interesses dos detentores de poder político-econômico muitas vezes coercitivos, primeiro os bandeirantes, depois senhores de engenho, empresários da classe média urbana e, por fim, o Estado ocupando suas terras, culminando em um longo histórico de invisibilidade destas populações, junto com os quilombolas, índios e atualmente as comunidades rurais informais.

A intensificação da exploração do palmito pelas comunidades, em função da demanda do mercado, culminou na fiscalização de seu corte em 1970 pela polícia federal (ISA, 2010). Inicialmente o objetivo das regulamentações era de vincular às fabricas a obrigatoriedade de reposição da espécie através do plantio, realizado geralmente por meio de projetos que recebiam incentivos fiscais. No entanto, o plantio não foi capaz de corresponder a pressão sobre o recurso (RESENDE, 2002).

Em alguns municípios, na década de 70, já começava a existir a proibição do corte, como é o caso do município de Cananéia, no estado São Paulo, e rota de escoamento do palmito vindo de Guaraqueçaba. Este fato, dentre outros, motivou a



migração da população (MOURÃO, 1971). Entretanto, a restrição nacional só aconteceu em 1990 com o decreto federal 9.9547/90, que proíbe o corte e exploração de espécies nativas da Mata Atlântica (BRASIL, 1990).

A vegetação nativa da Mata Atlântica teve sua exploração proibida pelo decreto federal 99.547 de 25 de setembro de 1990, (BRASIL, 1990), posteriormente pela lei da Mata Atlântica nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica (BRASIL, 2006) bem como pelo decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008, que regulamenta os dispositivos da lei da Mata Atlântica (BRASIL, 2008).

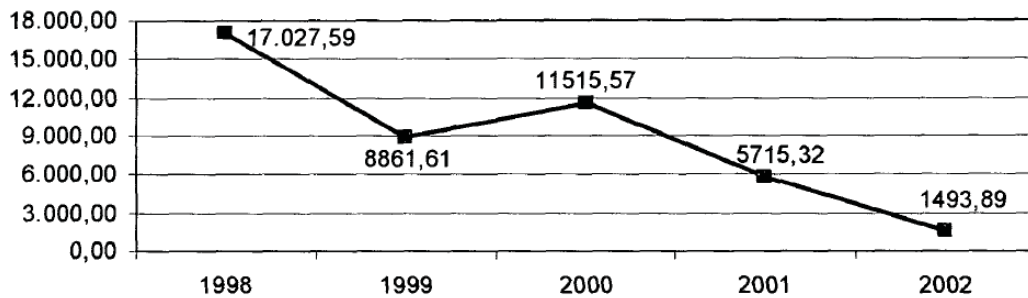
Desde 2008 a palmeira juçara consta na lista de espécies ameaçadas de extinção, de acordo com a instrução normativa do MMA nº 6, de 23/09/2008 (BRASIL, 2008).

No estado do Paraná a resolução conjunta IBAMA/SEMA - PR Nº 001/2005, determina que a exploração de *Euterpe edulis*, para fabricação de palmito no estado, somente será permitida sob a forma de corte seletivo mediante manejo florestal sustentável (PARANÁ, 2005, não p.). A resolução indica o IAP (Instituto Ambiental do Paraná) como órgão emissor de autorizações licenciador e fiscalizador para o corte do palmito plantado.

Posteriormente a resolução nº 19 de 2010 (PARANÁ, 2010), da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do estado do Paraná estabelece normas e procedimentos para a proteção e utilização do palmito de *Euterpe edulis*, segundo a resolução a mesma considera a importância da atividade de exploração do palmito no estado do Paraná, na composição da renda da agricultura familiar, bem como os vários boletins de ocorrência de furto de palmito (*Euterpe edulis*) nas áreas protegidas. Esta resolução estabelece uma série condicionantes para a autorização do corte do palmito fruto de plantio ou enriquecimento ecológico.

Provavelmente em função da legislação restritiva, além de burocracias, Corso (2003) verificou uma tendência de drástica redução das áreas autorizadas para o corte de palmito entre os anos de 1998 à 2002.

FIGURA 9 - EVOLUÇÃO DA ÁREA AUTORIZADA (ha/ano) PARA CORTE DE *Euterpe edulis* Martius, NO PARANÁ PELO IAP ENTRE 1998 – 2002



Fonte: Corso, 2003

Mesmo com a queda no número de áreas autorizadas para exploração do palmito, de acordo com Corso (2003), no estado do Paraná “atualmente a juçara continua sendo explorada, porém quase que exclusivamente no litoral” (CORSO, 2003 p.09), existindo a menção em vários trabalhos sobre a exploração clandestina do palmito, permanecendo como uma das principais ameaças à espécie, além da fragmentação de habitats (MAC FADDEN, 2005; CORSO, 2003; COATI, 2013; BIASSIO, 2011; CLEMENTS, 2000; SEOANE, 2007).

Em 2014 a portaria nº 443 do MMA (BRASIL, ministério do meio ambiente, 2014) atualizou a lista de espécies ameaçadas de extinção, onde a juçara foi classificada como vulnerável, sendo considerada com elevado risco de extinção na natureza.

Este cenário leva à marginalização do extrativismo do palmito, configurando muitas vezes em um confronto armado que incide de maneira mais violenta e opressora no extrativista do que entre aqueles que se apropriam de sua força de trabalho. O extrativismo clandestino do palmito juçara figura como “um dos principais motivos de conflito na gestão das áreas naturais, não sendo raros os confrontos armados entre extrativistas, agentes de vigilância e seguranças de propriedades” (FANELLI, et al, 2012 p. 52).

Cabe destacar que, ao contrário da visão romântica que prega a “harmonia dos caiçaras com a natureza” angariada pelos antropocentristas a partir da década de 1980, o que se nota é um grande processo de exclusão e dominação dos povos da floresta pelos detentores de poder político-econômico ao longo do tempo (ADAMS, 2002, FERREIRA, 2010).

Processos como esses impulsionam secularmente a invisibilidade e marginalização destes povos e, especialmente nos últimos anos, o que se nota é que não foi alcançado o mote propagado pelas unidades de conservação de uso sustentável; pelo contrário, houve a intensificação das tensões territoriais e o estabelecimento de vários processos e regulações que contribuem para a perda da identidade da população rural e seus vínculos com a terra em favor de práticas clientelistas e danosas para o ambiente e para as populações locais (FERREIRA, 2010; TIEPOLO, 2015).

Dentro deste contexto, a população local que insiste em permanecer em seu território, é submetida a restrição em seus modos de produção tradicional, promovendo novas práticas que geram um novo ciclo de marginalização (FERREIRA, NEGRELLE e ZANATTA, 2011). Este processo não reconhece os saberes de populações ligadas ao ciclo da terra e impulsiona o distanciamento de práticas de manejo tradicional, em virtude das restrições do Estado e da pressão mercadológica de exploração de seus recursos.

Em 2009 Barroso, realizou um estudo etnobotânico e etnoecológico associado à palmeira juçara com de moradores de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira e, segundo a autora, através do etnoconhecimento, foi possível identificar mais de 50 espécies de animais que se alimentam de diferentes partes da planta, confirmando a importância estratégica e fundamental para a fauna e flora locais, além de múltiplos usos dentre os quais se ressalta:

- A utilização da madeira (estipe) em construção de casas de pau-a-pique na forma de esteios. Atualmente usado principalmente na estrutura dos telhados, como ripa, caibro, na fabricação de alguns móveis como prateleira, estrado de cama e utensílios domésticos, como moenda de cana e mundéu (armadilha de caça).
- As folhas, trançadas ou não, são utilizadas para a cobertura de barracos (acampamentos na mata), nas capovas (pequenas casas de pau-a-pique, tradicionais entre os quilombolas, nas quais, são armazenadas as colheitas das roças), coberturas e galinheiros, canteiros de horta e viveiros de mudas, também na confecção de colchões e trançados para caçar peixe. Além disso, também são utilizadas como alimento para burros e cavalos.

- As sementes são usadas na produção de mudas, em repovoamento por semeadura a lanço e na confecção de artesanato.

O uso mais diferenciado mencionado foi o uso medicinal da seiva do palmito jovem; 52% dos entrevistados já utilizaram ou viram alguém da família utilizar a seiva de forma medicinal para desinfecção, anestésico ou para a coagulação do sangue em regiões do corpo de cães ou seres humanos que foram afetados por cortes ou picadas de cobra na mata.

Segundo Adams (2002), cabe acrescentar ao debate a crítica que exalta apenas o direito das populações tradicionais, mesmo que os motivos sejam garantir direitos a uma população invisibilizada pelas políticas públicas, ao promoverem a identificação da relação isenta de jogos de poder e harmoniosa, o movimento antropocentrismo gerou um novo tipo de invisibilidade: o das comunidades não-tradicionais. A questão deve se expandir para o direito humano de acesso à terra e de como essas populações foram e são historicamente marginalizados.

Desta maneira, a construção da identidade passa por ressaltar a importância destas populações na construção da paisagem “natural”, envolvendo tanto a história escrita quanto a memória cultural dos caiçaras (ethnohistória).

#### 4.2 Palmeira juçara do caule ao uso do fruto

O primeiro registro de resgate da despulpa de frutos de palmeira juçara no sul do país, data de 1870, época em que a família do engenheiro paraense Joaquim Vieira Ferreira se estabeleceu no sul de Santa Catarina com a missão de fundar as colônias italiana de Azambuja e Urussanga e nesta terra se estabeleceu por um período de dois anos. Segundo registros históricos, tem-se o relato que:

(...) mais agradável era a Juçara preparada pela parda maranhense Luiza Amália, com a casca do côco do palmito doce. Era uma emulsão que se tomava como refresco, diluída convenientemente, e não como o assai paraense, que engrossam a maneira de um chocolate oleoso, anunciado nas ruas de Belém com uma bandeirinha vermelha, a porta da casa em que se vendia. Bebida análoga se faz com outros côcos no Amazonas, como o patuá, o buriti e a bacaba, para só citar os que conheço. Mas o refresco feito com esses não é tinto como o assai, ou a juçara, mas amarelo ou cor de café com leite (FERREIRA, 2001, p.72).

No entanto é a partir do século XXI que o uso alimentar do fruto da palmeira juçara começa a ganhar destaque como alternativa de renda e uso na alimentação. Neste período surgem diversos estudos sobre o assunto em instituições do Sul e Sudeste do país (CALLEGARI, 2003; MAC FADDEN, 2005; MARINHO, 2006; PUPO, 2007; FARIAS, 2009; BARROSO, 2009; MEDAGLIA, 2010; COATI, 2013; MOREIRA, 2013; SILVA, 2011).

Assim como o açaí do norte do país, a bebida oriunda do fruto da palmeira juçara é obtida pelo atrito dos frutos e a adição de água e a classificação do açaí é avaliada em função quantidade de água adicionada em relação a proporção de fruto (ROGEZ, 2000).

O processo tradicional de despolpa realizado em Guaraqueçaba, foi descrito por Esteves, Hoffmann-Horochovski e Camargo (2016) e se inicia na coleta do fruto maduro da juçara (nome popular no município), posteriormente selecionando os grãos (por apresentarem frutos com diferentes graus de maturação no mesmo cacho) e realizando a lavagem. Os frutos selecionados são colocados de molho a uma temperatura de 40 graus por até uma hora (entre 40 minutos a uma hora). Após este processo as sementes são colocadas em um saco de algodão alvejado<sup>22</sup> (figura 10) e o com o atrito ou sova a polpa vai se soltando do caroço e se insere água na medida de um para um, onde se obtém uma polpa concentrada que, neste momento, é ensacada para que ela não perca suas características (cor, sabor, propriedades nutritivas) decorrentes da oxidação rápida do fruto.

---

<sup>22</sup> Semelhante a despolpa tradicional do Norte descrito por Rogez (2000), nesta etapa é costume utilizar uma peneira.

FIGURA 10 - DESPOLPA ARTESANAL CASEIRA DO FRUTO DA PALMEIRA *Euterpe edulis* Martius

Fonte: Camargo (2015) in: Esteves, Hoffmann-Horochovski e Camargo (2016).

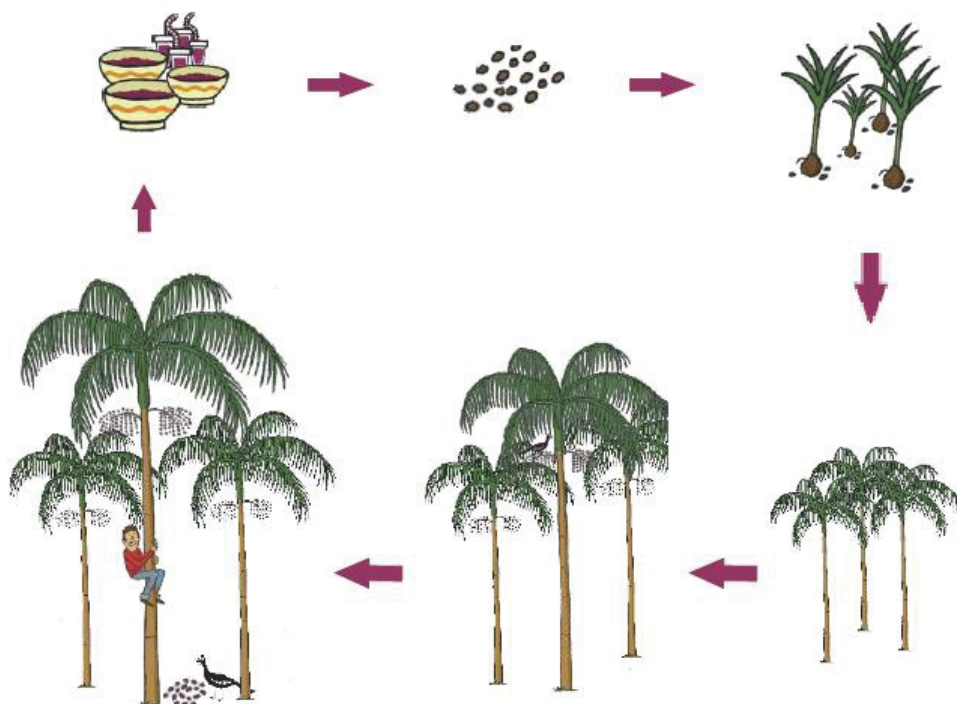
O processo artesanal também é descrito no folder da Embrapa Florestas, de autoria de Mac Fadden et al. (2008), no qual inclui-se, ao processo descrito anteriormente, as informações técnico sanitárias da despulpa caseira: estender uma lona de 2 por 2 metros, na qual o cacho deverá cair e que deve ser exclusiva para este uso; o transporte do cacho deve ser efetuado na própria lona ou em baldes exclusivos para este fim; na seleção dos frutos, descartar os frutos verdes, vermelhos, danificados, doentes ou já secos; a lavagem dos frutos deve ser realizada com água de boa qualidade ou corrente em uma bacia, trocando três vezes a água; os frutos devem permanecer de molho até a polpa soltar facilmente da semente; deve-se descartar a água do molho; usando luvas, envolver o fruto em pano de prato, amassar em uma bacia e jogar água potável aos poucos para que a polpa possa ser separada totalmente da semente; a quantidade de água adicionada neste processo vai determinar o tipo de produto resultante (grosso, médio ou fino); por fim colocar o produto em embalagem higienizada e destaca-se que pode ser adicionado suco de limão (20 ml/litro) para melhor conservar, mesmo que o produto seja encaminhado para o congelamento, reforçando que as sementes resultantes deste processo são ótimas para o plantio.

Conforme apontado por Mac Fadden (2005), a produção comercial dos frutos da palmeira juçara utiliza despulpadeira elétrica. Este processo de despulpa, normalmente, é realizado como descrito por Rogez (2000), por meio de

equipamentos “de forma cilíndrica, de aço inoxidável, e permitem produzir de forma contínua açai numa escala maior, a produção diária podendo atingir 100 a 200 litros. O eixo interno é acionado a uma velocidade fluando de 240 a 380 rpm” (ROGEZ, 2000 p. 98), seguindo os mesmos princípios de atrito e adição de água da despolpa manual, tendo as frações de água e tempo de batida variável entre os modelos do equipamento. Após o desligamento do motor “os caroços e a borra (resíduo de despulpamento constituído pelo epicarpo) são evacuados por um orifício lateral e a máquina deve ser enxaguada antes da próxima batida” (ROGEZ, 2000 p. 99).

Simplificadamente, o ciclo de produção da polpa de juçara é descrito na cartilha da Rede Juçara (2011), e representado na figura 11, observa-se que esta produção promove um tipo de relação mais positiva, se comparado a exploração do palmito.

FIGURA 11 - CICLO LÓGICO DA PRODUÇÃO DE POLPA DE JUÇARA



Fonte: (REJU, 2014)

No sul e sudeste a produção de polpa de juçara comercial começa a ganhar destaque a partir de diversas ações realizadas através de parcerias entre

organizações governamentais e não governamentais, que fomentam o uso alimentar dos frutos da palmeira juçara, dos quais destacamos:

- Em Santa Catarina, a partir de 1998, a UFSC e a EPAGRI começaram a difundir para agricultores familiares conhecimento sobre práticas de despolpa (MAC FADDEN, 2005; FARIAS, 2009),
- Em São Paulo, a partir de 2006, o IPEMA e posteriormente a COOPERAFLORESTA iniciaram projetos e práticas articulando usos da juçara e replantio em SAFs (MOREIRA, 2013);
- No Rio Grande do Sul, a partir de 2008, as instituições: ANAMA, DESMA e FEPAGRO elaboraram um projeto piloto para práticas manejo sustentável do fruto da palmeira juçara (MEDAGLIA, 2010),
- No estado do Paraná, a partir de 2009, o IAPAR e a Embrapa Florestas iniciam projetos para divulgação da despolpa e difusão de tecnologias de produção (CHAIMSOHN et al. 2009; SEONANE, comunicação pessoal).

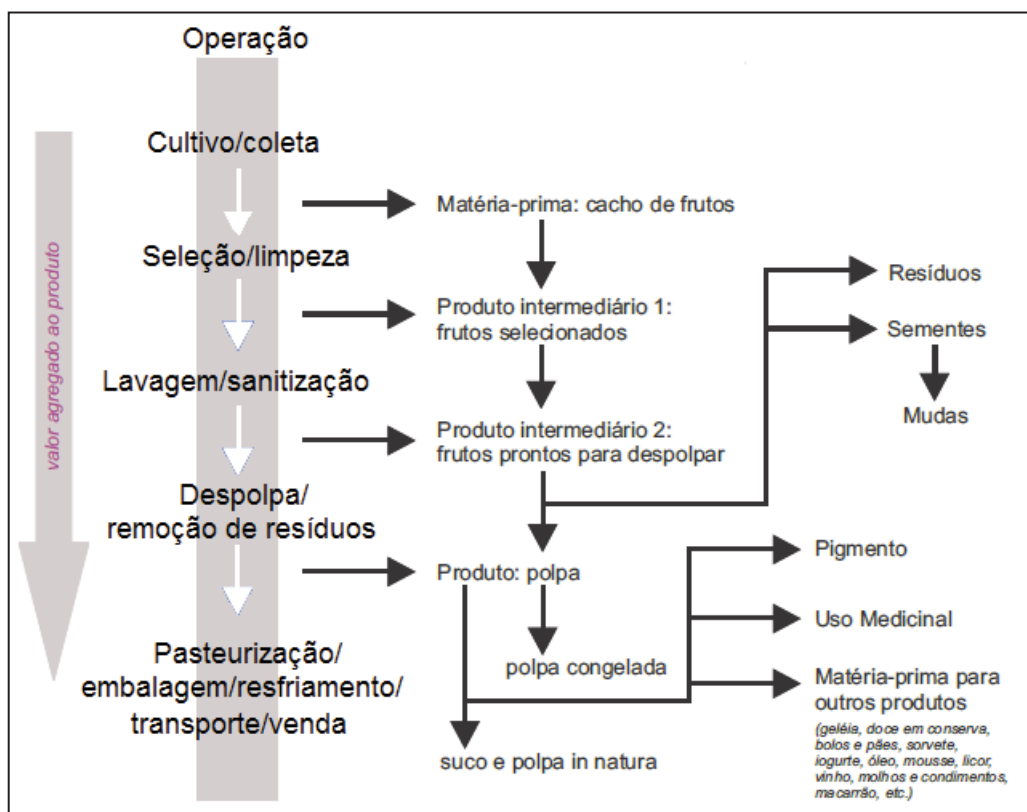
Nacionalmente, se destaca uma articulação de organizações não governamentais e governamentais e produtores que trabalham com o uso sustentável da palmeira juçara (*Euterpe edulis* Martius), denominada Rede Juçara que envolve mais de 20 instituições dos estados do RS, SC, PR, SP, RJ, MG e ES, com o objetivo de desenvolver as “cadeias produtivas da polpa dos frutos e das sementes, aliadas à conservação da espécie, tendo como principais protagonistas agricultores familiares e comunidades tradicionais na Mata Atlântica” (REJU, 2011, não p.).

As articulações, promovidas pela rede juçara e, sintetizados em sua cartilha (REJU, 2014), mencionam relações simbólicas entre a juçara e as comunidades rurais, como o valor espiritual e cultural, o aspecto paisagístico da planta, contribuindo com a identidade socioambiental. No tocante a produção da polpa de juçara, destacam a sustentabilidade ambiental relacionada a recuperação da espécie na Mata Atlântica pelo incremento das sementes residuais deste processo produtivo, proporcionando alimentação para fauna silvestre e atração da polinização de abelhas nativas podendo ser um manejo associado a produção de mel, o cultivo estratégico por meio de SAFs e produtos agroecológicos, a sustentabilidade social por meio da inclusão, protagonismo, geração de renda e incremento alimentar.



O resultado do processamento do fruto da palmeira juçara pode gerar além da polpa (congelada ou in natura) e sucos, diversos produtos e subprodutos derivados na representação da cadeia de valor (figura 12) como demonstrado pela Reju (2014). O termo cadeia de valor, conforme Relvas (1996), é resultado de atividades geradoras de valor, englobando desde a matéria prima, processamento e entrega ao consumidor, através de uma rede de relações e interações envolvendo agentes internos e externos na transformação de produtos.

FIGURA 12 - DIAGRAMA DA CADEIA DE VALOR POLPA DE JUÇARA



Fonte: Resultado do workshop cadeia de valor, elaborado por Krucken, apresentado em Reju (2014)

Os arranjos produtivos do fruto da palmeira juçara, pode ser considerada um produto da sociobiodiversidade conforme a portaria interministerial 239 de 21 de julho de 2009 (BRASIL, 2009), que instituiu o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. Segundo a portaria, compreende-se por sociobiodiversidade a “inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais” (BRASIL, 2009, não p.) e os produtos da sociobiodiversidade são:

bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem (BRASIL, 2009, não p.).

Adicionalmente a Cadeia Produtiva da Sociobiodiversidade se refere a:

um sistema integrado, constituído por atores interdependentes e por uma sucessão de processos de educação, pesquisa, manejo, produção, beneficiamento, distribuição, comercialização e consumo de produto e serviços da sociobiodiversidade, com identidade cultural e incorporação de valores e saberes locais dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e que asseguram a distribuição justa e equitativa dos seus benefícios (BRASIL, 2009, s/p).

O plano se trata da união entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério do Meio Ambiente. Em 2011 o Ministério do Meio Ambiente, através da chamada 11 de apoio a projetos demonstrativos, reconheceu três produtos da sociobiodiversidade prioritários para conservação da Mata Atlântica e teve o objetivo de incentivar a promoção de diretrizes de manejo sustentável e a cadeia de valor do fruto da palmeira juçara, do pinhão e da erva mate.

A chamada 11 (MMA, 2011) reconhece a importância da articulação da Rede Juçara, a falta de diretrizes oficiais nacionais que orientem o uso sustentável do fruto da juçara, justificando seu apoio a projetos de construção de diretrizes para o manejo sustentável desse fruto, além de “sistematizar informações, identificar, priorizar arranjos produtivos e elaborar planos de melhoria para orientar promoção da cadeia de valor” (BRASIL, 2011 p. 18). Um dos resultados deste investimento foi a redação e edição da cartilha da juçara (REJU, 2014).

#### 4.2.1 Legislação sobre o uso do fruto da palmeira juçara

A exploração do fruto da palmeira juçara, é livre, mesmo se tratando de uma espécie nativa da Mata Atlântica e com risco de extinção, pois, se trata de um subproduto florestal ou produto florestal não madeireiro, de acordo com o disposto em: lei da Mata Atlântica nº 11.428/2006, artigo 18 (BRASIL, 2006); o decreto nº

6.660, de 21 de novembro de 2008, capítulo VII artigo 28 (BRASIL, 2008); e a portaria 443 do MMA de 2014, parágrafo terceiro (BRASIL, ministério do meio ambiente, 2014); e na Resolução Conjunta Ibama/Sema/IAP nº 19, de 26/03/2010, capítulo IV, artigos 15 e 16 (PARANÁ, 2010). Todos estes artigos mencionam que a coleta do fruto é livre e destacam a necessidade de técnicas de manejo que não coloquem em risco a sobrevivência da espécie ou as funções relevantes na alimentação, reprodução e abrigo da flora e fauna silvestre, e que sejam respeitados os volumes de coletas fixados em regulamentos específicos, quando houver.

O estado do Paraná não dispõe de regulamentação específica para o manejo dos frutos e conforme informação técnica do departamento socioambiental do IAP 13/2017 (Anexo 1), desta maneira, o manejo que se observa nas unidades de despolpa no litoral do Paraná é livre de acordo com a legislação vigente. A informação técnica ainda destaca a importância de que se efetive a construção participativa de um conjunto de boas práticas de manejo reconhecido pelos órgãos ambientais competentes, afim de diminuir a insegurança jurídica sobre a produção e possibilitar regras justas ao alcance dos agricultores familiares e comunidades tradicionais.

Conforme mencionado na seção 4.2, o plano interministerial da chamada 11 do MMA teve o objetivo de apoiar a promoção de diretrizes de manejo sustentável e a cadeia de valor do fruto da palmeira juçara. A elaboração da cartilha com boas práticas de manejo, viabilizada por este apoio (REJU, 2014), não tem caráter normativo, no entanto, representa um avanço por ser elaborada com base na articulação de vários atores envolvidos na busca pelo manejo sustentável da juçara.

Não há legislação nacional em vigor até o momento, acerca das diretrizes de manejo sustentável dos frutos da juçara. Destaca-se neste sentido a tramitação do projeto de lei nº 3.567/2015, na câmara dos deputados chamado de PNPalmáceas (BRASIL, 2015). Este projeto de lei pretende instituir a política nacional para o manejo sustentável e plantio das palmeiras do açaí, da juçara e das demais espécies de interesse econômico integrantes da família das palmáceas, estimulando o mercado vinculado aos produtos e subprodutos de sua cadeia de valor, estabelecendo entre outros a designação de dotação orçamentária da união para elaboração da política nacional para o manejo sustentável e plantio destas palmeiras.

Alguns estados, a exemplo do estado de São Paulo através da resolução SMA Nº 14, de 25 de fevereiro de 2014 (SÃO PAULO, 2014), estabelece os critérios e procedimentos para plantio, coleta e exploração sustentáveis de espécies nativas do Bioma Mata Atlântica no estado dentre eles do fruto da palmeira juçara. Esta norma prevê que os Planos de Manejo Florestal Sustentável (PFMS), no caso de, pequenos produtores ou populações tradicionais podem ser redigidos de maneira mais acessível, sem a obrigatoriedade de descrições técnico científicas.

#### 4.2.2 Legislação sobre a polpa de juçara

No Brasil ainda não está em vigor legislação específica para polpa de juçara. Em função disto, as atividades formais, conforme apontado por Pupo (2007) e Mac Fadden (2005) tomam como referência o estabelecido na instrução normativa nº 01 (BRASIL, 2000), emitida pelo Ministério de Agricultura e do Abastecimento do Brasil, que fixa os padrões de identidade e qualidade para polpa do açazeiro (*Euterpe oleracea* Martius).

Segundo esta norma, “polpa de fruta é o produto não fermentado, não concentrado, não diluído, obtido de frutos polposos, através de processo tecnológico adequado, com um teor mínimo de sólidos totais, proveniente da parte comestível do fruto” (BRASIL 2000, não p.).

A norma determina que polpa de açai é o produto extraído da parte comestível do fruto do açazeiro (*E. oleracea*) após amolecimento através de processos tecnológicos adequados. Os frutos, a serem processados devem ser frescos, são, maduros, atendendo às respectivas especificações, desprovidas de terra, sujidade, parasitas e microrganismos que possam tornar o produto impróprio para o consumo.

No caso do açai, de acordo com a quantidade de água adicionada, o produto será classificado em:

Polpa de açai é a polpa extraída do açai sem adição de água, por meios mecânicos e sem filtração, podendo ser submetido a processo físico de conservação.

Açai grosso ou especial (tipo A) é a polpa extraída com adição de água e filtração, apresentando acima de 14% de sólidos totais e uma aparência muito densa.

Açai médio ou regular (tipo B) é a polpa extraída com adição de água e filtração, apresentando acima de 11 a 14% de sólidos totais e uma aparência densa.

Açaí fino ou popular (tipo C) é a polpa extraída com adição de água e filtração, apresentando de 8 à 11% de sólidos totais e uma aparência pouco densa (BRASIL, 2000).

Segundo esta norma o termo polpa se refere apenas ao produto extraído sem adição de água, no entanto, os procedimentos usuais com auxílio de despulpadeira elétrica e também artesanais necessitam de adição do líquido, sendo comum, conforme relatado anteriormente, a utilização do termo polpa para se referir ao fruto de juçara processado.

A legislação específica para a polpa da juçara encontra-se em processo de regularização, conforme a portaria 58/2016, publicado no Diário oficial da união seção 01 nº 169, no dia 01 de setembro de 2016, que abriu o projeto de instrução normativa para consulta pública acerca dos padrões de identidade e qualidade para polpa de frutas (BRASIL, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, 2016).

Esta regularização representa um avanço para a formalização da exploração do fruto, no entanto, destaca-se que o prazo fixado para recebimento de sugestões foi de 60 dias, que por si só já representa um período curto para que técnicos, pesquisadores e produtores possam tomar ciência e participar com sugestões, além disso, o portal digital de acesso a informação do MAPA torna este documento público apenas um mês após findo o prazo da possível participação da sociedade civil, no dia 02 de dezembro de 2016.

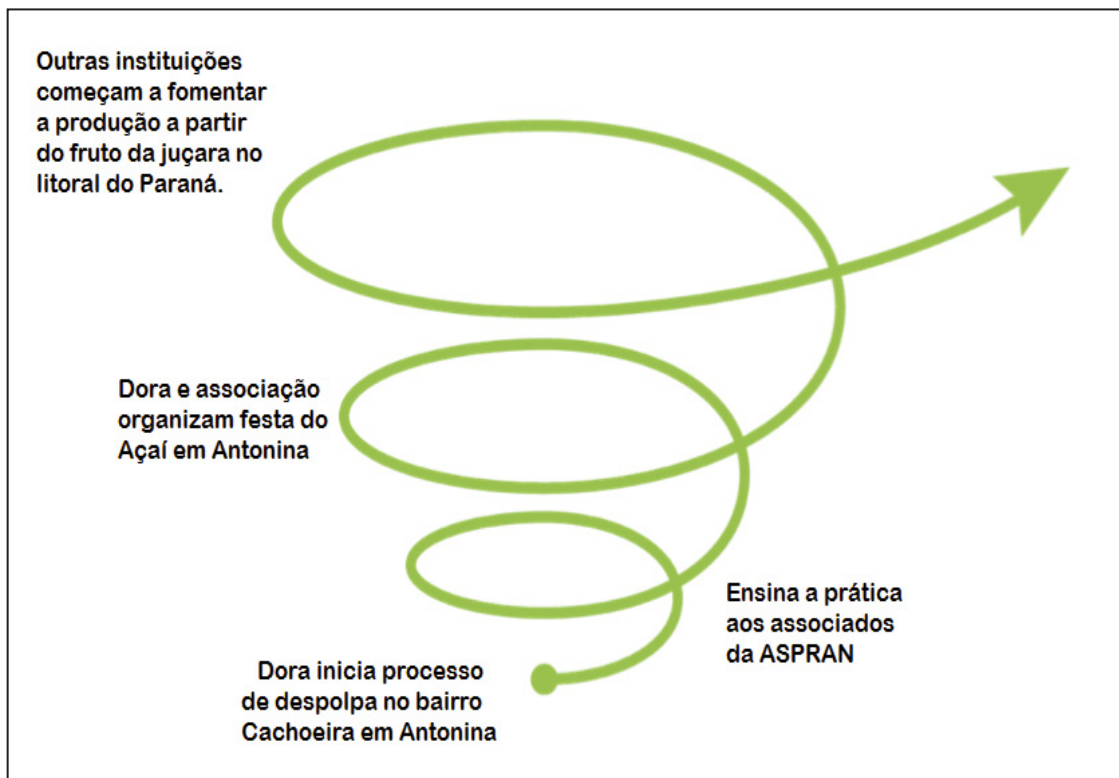
#### 4.3 Ações de incentivo ao uso do fruto da palmeira juçara no litoral do Paraná: Diálogos e trocas de saberes em espaços formais e informais

O início da despolpa no litoral do Paraná ocorreu em 2002, após as orientações e incentivos de uma senhora de origem paraense (conhecida por Dora) que tinha parentes na comunidade do rio Cachoeira (Antonina, PR) e ensinou a técnica de despolpa para associados(as) da ASPRAN (Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Artesanais de Antonina). Além das orientações, Dora comercializava o açaí de juçara em feiras de Curitiba.

A ASPRAN tinha aproximadamente um ano de formação quando seus associados aprenderam a técnica de despolpa (Figura 13). Inicialmente a despolpa era realizada artesanalmente com despulpadeira manual de madeira, que

mandaram trazer do Pará. Segundo Rosane Osaki (associada e diretora da ASPRAN), a Dora também foi uma das grandes incentivadoras da festa do açaí, que ocorreu na comunidade do rio Cachoeira entre os anos de 2005 a 2009. Nestes eventos o açaí de juçara era processado na hora e servido em bebidas alcoólicas e não alcoólicas. A festa reunia muitas pessoas na comunidade, participavam principalmente migrantes paraenses que iam de ônibus vindos de Curitiba e região, e chegavam a vender cerca de uma tonelada de polpa. A festa deixou de acontecer quando a Dora ficou doente e não havia mais ninguém “pra puxar a festa”.

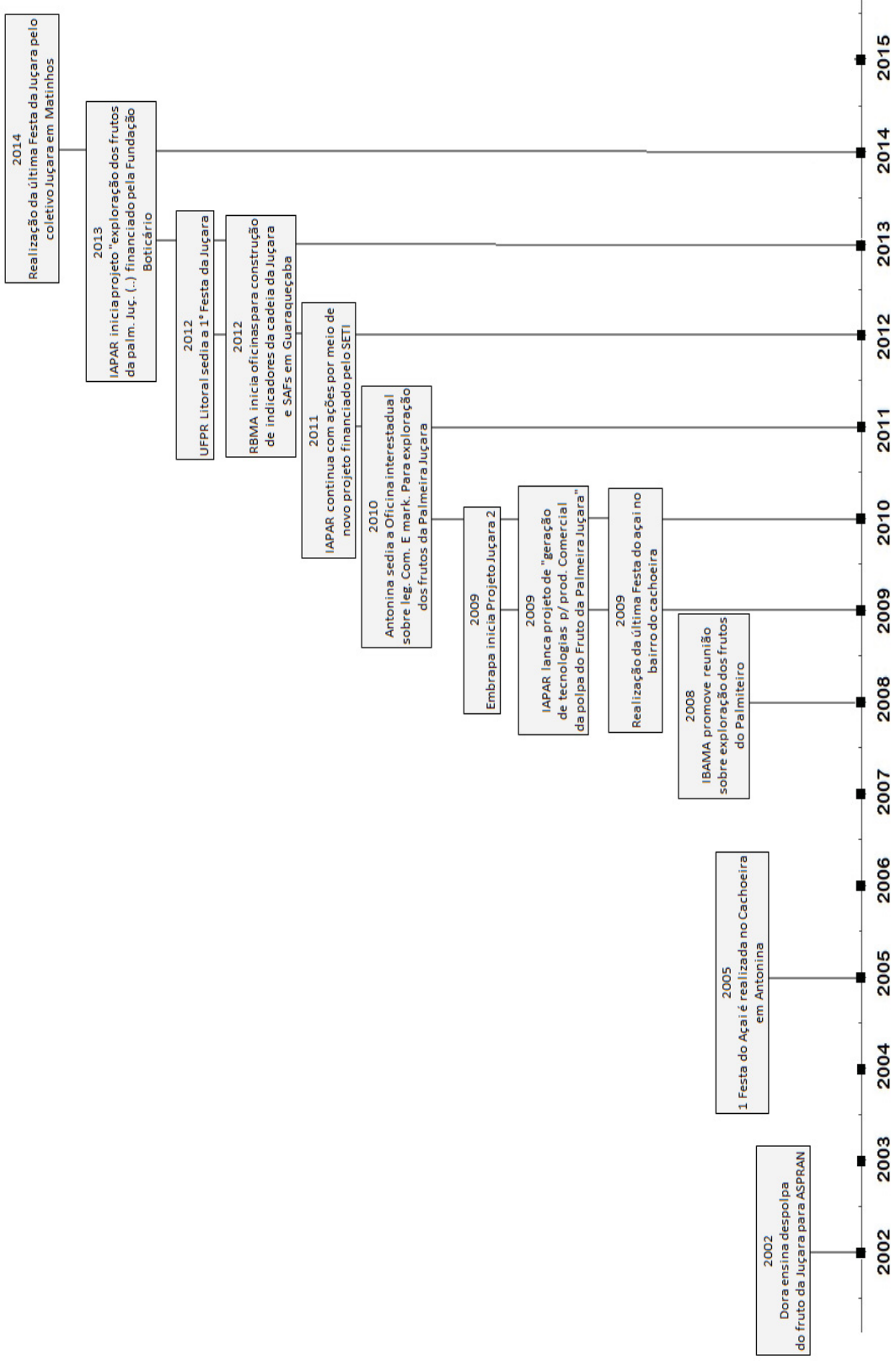
FIGURA 13 - RESGATE DA ATIVIDADE DE DESPOLPA DO FRUTO DA PALMEIRA JUÇARA NO LITORAL DO PARANÁ



FONTE: A autora (2017).

A partir 2008 foi possível identificar diversas trocas de saberes em diversos ambientes (institucionais e não institucionais) ao longo dos anos no litoral do Paraná. Estes eventos de articulação visavam estimular a despulpa da palmeira juçara e o conhecimento sobre o uso alimentar do fruto. A figura 14 representa uma síntese deste histórico de articulações que serão apresentados posteriormente.

FIGURA 14 - HISTÓRICO DE ARTICULAÇÕES DE INCENTIVO EM TORNO DA PRODUÇÃO DA POLPA DE JUÇARA NO LITORAL DO PARANÁ DE 2002 À 2014



FONTE: A autora (2017).

O IAPAR é a instituição que trabalha há mais tempo e de forma continuada com a pesquisa a divulgação do processamento e uso de frutos de juçara. Segundo o pesquisador Francisco P. Chaimsohn, a partir da chamada pública da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) em 2008 e vislumbrando-se o processamento dos frutos de juçara como alternativa de renda e estratégia de conservação da espécie *E. edulis*, buscou-se a parceria com a ASPRAN, em função da experiência da associação com a atividade.

Neste ano também ocorreu uma reunião técnica sobre a exploração do fruto do palmitero – *E. edulis*, que teve o objetivo de discutir os fundamentos para a regulamentação do extrativismo e a produção do açaí a partir do processamento dos frutos do palmitero na Mata Atlântica. Esta reunião contou com a apresentação de pesquisadores da UFSC, extensionistas e empresários de Santa Catarina e inspirado nestes diálogos o projeto juçara 2 da Embrapa Florestas começou a ser delineado.

A partir de 2009, o IAPAR começou a desenvolver atividades do projeto “Geração de tecnologias para produção comercial de polpa de frutos de juçara (*Euterpe edulis* Martius) no Litoral do PR”, com financiamento da SETI e aprovado como projeto estratégico da Secretaria. Foram desenvolvidas atividades de pesquisa e desenvolvimento, a partir da parceria entre IAPAR, ASPRAN, UEPG e SEBRAE. O projeto tinha três grandes linhas: a) produção de frutos (estudos de campo); b) processamento (características dos frutos e polpa, tecnologias de processamento e uso de produtos derivados do açaí de juçara); c) gerência, administração e marketing da produção e comercialização de açaí de juçara e produtos derivados.

Além dos trabalhos de pesquisa no campo e em laboratórios do Departamento de Engenharia de Alimentos da UEPG, o SEBRAE, através de consultores, efetuou um diagnóstico sobre a cadeia de produção de açaí e elaborou um plano de negócios para a produção de açaí de juçara para a ASPRAN. Também foram realizadas oficinas de boas práticas de processamento, coordenadas pela professora Nelci Catarina Chiquetto (UEPG).

Neste período a EMBRAPA Florestas também iniciou as atividades com o projeto “Extração da polpa de juçara (*Euterpe edulis* Martius) pela agricultura familiar como alternativa de uso sustentável em Áreas de Proteção Ambiental e de Reserva Legal do litoral Paranaense – Projeto juçara 2”, o qual também teve recursos da SETI e deu continuidade ao projeto “Produção de palmito juçara através de



enriquecimento florestal, sistemas agroflorestais e manejo de populações naturais – juçara 1”. O projeto juçara 2 teve como objetivo realizar atividades de extensão em extração da polpa de juçara em agroflorestas como alternativas de uso sustentável, pela agricultura familiar, em áreas da APA de Guaraqueçaba e em áreas de reserva legal em propriedades rurais do litoral Paranaense.

Este projeto realizou diversas oficinas (não havendo uma sistematização do número total delas até o momento) sobre a produção caseira sustentável da despolpa da juçara e buscou incentivar também o estabelecimento de agroflorestas na região. Segundo informações do coordenador do projeto, Carlos Eduardo Seoane atualmente as ações de despolpa da juçara que a instituição tem contato é realizada por agricultores familiares de Barra do Turvo (SP), os quais têm uma tradição mais antiga de juçarais plantados e ocorrência de áreas de regeneração natural.

Posteriormente, as ações de pesquisa e geração de tecnologia para a produção comercial da polpa do fruto da juçara entre o IAPAR, UEPG e ASPRAN, tiveram continuidade através do projeto “Produção e processamento de frutos de juçara (*Euterpe edulis* Martius) no Litoral do PR”, aprovado pelo edital 02/2011 do Programa Universidade Sem Fronteiras (SETI-PR). Além da finalização das pesquisas iniciadas no primeiro projeto, oportunizou-se: a continuação da pesquisa sobre a conservação dos frutos pós-colheita, no qual se analisou um período de seis dias para o armazenamento refrigerado dos frutos in natura, mantendo suas características, através do método de hidroconservação; a adequação da ASPRAN às normas exigidas pela legislação e vigilância sanitária; a divulgação, a partir de 2011 pelo IAPAR do “açaí de juçara” para os visitantes da tradicional Festa Feira de Morretes; e a continuação da divulgação científica através da participação no 11º CONEX - Encontro Conversando sobre Extensão da UEPG e no encontro internacional latino americano do IUFRO (International Union of Forest Research Organizations).

A parceria entre as IAPAR e UEPG permaneceram no ano de 2013, através da qual deram continuidade ao projeto intitulado “Exploração de frutos da palmeira juçara (*Euterpe edulis* Martius) como estratégia para conservação da espécie e alternativa de renda para agricultores familiares e comunidades tradicionais do Litoral do PR”, aprovado na Chamada Pública 09/2012 de apoio a projetos Fundação Araucária & Fundação Grupo Boticário. O projeto tem como objetivo geral

a geração e/ou adaptação e transferência de tecnologias apropriadas para exploração dos frutos de juçara para agricultores familiares do Litoral do Paraná.

O ambiente de troca de conhecimento e divulgação sobre a produção de açaí de juçara foram diversos, sendo estes espaços oficinas, minicursos, conferências, festas, vivências acadêmicas (ZANATTA *et al.*, 2009; CHAIMSOHN *et al.* 2009; CHIQUETTO, *et al.* 2013; OLIVEIRA & LEWIN 2014). Destaca-se, neste campo de trocas e diálogos, a realização da “Oficina interestadual sobre legislação, comercialização e marketing para exploração de frutos da palmeira juçara” realizada em Antonina no ano de 2010. Este evento contou com a presença de 164 pessoas, incluindo técnicos, pesquisadores, professores, membros da polícia ambiental, agricultores, gestores e estudantes de ciências agrárias e ambientais de várias cidades do Paraná e também dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia. Esta articulação aconteceu no estado do Paraná no mesmo mês que a primeira reunião nacional da Rede Juçara e teve o objetivo de:

contribuir para o desenvolvimento da exploração sustentável de frutos de juçara para produção de suco (“polpa”) e outros produtos, através da construção de um marco legal apropriado à atividade e de um processo de marketing que leve em conta a potencialidade do produto (“açaí”) e a questão socioambiental da produção (CHAIMSOHN; CHIQUETTO, 2013 p. 246).

Conforme relato dos pesquisadores, o evento foi coordenado pelo IAPAR e a UEPG e realizado em parceria com a ASPRAN, Prefeitura Municipal de Antonina, SEBRAE, UFPR, Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA-PP), IAP, EMBRAPA Florestas e Batalhão de Polícia Ambiental - Força Verde (CHAIMSOHN; CHIQUETTO, 2013).

Segundo Marcelo Amaral da RBMA, a região de Guaraqueçaba foi indicada como uma das áreas prioritárias para o manejo de frutos da palmeira juçara nas reuniões da Rede juçara. Neste contexto, a RBMA desenvolveu quatro oficinas no período de 2012 a 2014 na APA de Guaraqueçaba, que foram viabilizadas por meio de dois projetos: “Construção de indicadores de sustentabilidade das cadeias da sociobiodiversidade: pinhão, erva-mate, juçara e piaçava”, com financiamento do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), e “Desenvolvimento de modelos de Sistemas Agroflorestais para a conservação e uso sustentável da palmeira juçara como estratégia de conservação da Mata Atlântica e de desenvolvimento regional”, com financiamento da Empresa Solabia Biotecnologica Ltda. O objetivo destes

encontros foi a construção participativa de indicadores de sustentabilidade da cadeia da juçara na região.

Durante as oficinas, levantou-se o potencial de produção de frutos de juçara para processamento. Identificaram-se na comunidade do Tagaçaba, dezenove propriedades rurais com populações de palmeira juçara, totalizando 53.000 plantas, das quais 27.000 estavam frutificando, quinze agricultores manifestaram interesse na coleta e comercialização dos frutos, o que correspondia a 25.000 plantas frutificando, com potencial de coleta de 60 toneladas de frutos (RELATÓRIO DE OFICINA, 2013).

No ambiente acadêmico, entre os anos de 2012 a 2014 um coletivo de estudantes organizaram três festas da juçara no município de Matinhos. Estes estudantes se conheceram na UFPR setor Litoral e reuniram conhecimentos de outros espaços sobre a despolpa dos frutos de juçara (Associação Içara no Rio Grande do Sul, Parque das Neblinas em São Paulo, na Embrapa Floresta e no Encontro Nacional de Comunidades Alternativas - ENCA). Cabe destacar que a participação destes estudantes aconteceu de forma voluntária e os custos de organização foram divididos entre o grupo, com apoio de doação de frutos para a realização da degustação.

No primeiro ano da festa realizaram a despolpa artesanal e, nos dois anos seguintes, participantes do coletivo adquiriram duas despolpadeiras. Estes eventos tiveram como objetivo reconhecer e valorizar o potencial local e divulgação da polpa de juçara. Promoveram oficinas sobre o processo de despolpa, distribuição de suco de juçara (cerca de 300 a 400 litros de suco servidos em copos dos próprios estudantes), além de interação com música e espaço juçarinha para as crianças.

Segundo informações do relatório de encerramento (DA LUZ, 2013), foram obtidos 150 kg de sementes oriundas da despolpa para a festa, que foram doadas ao IAP para produção de mudas, além da implantação de uma faixa de juçara plantada entorno do parque nacional Saint-Hilaire/Lange.

FIGURA 15 - ORGANIZAÇÃO DE MUDAS DE JUÇARA PARA DISTRIBUIÇÃO NA FESTA; E OFICINA DE DESPOLA.



Fonte: Acervo pessoal de Gilson Dahmer (2012)

No ano de 2013, o coletivo teve o apoio da Motirô e, além das outras ações já mencionadas, promoveram a mesa redonda com o tema “Desafios e Perspectivas para o Uso do Fruto da Juçara” que contou com a presença de representante do ICM-Bio; pesquisadores do IAPAR e da EMBRAPA e do presidente da ASPRAN (PNSHL, 2013).

FIGURA 16 - MESA REDONDA SOBRE DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O USO DO FRUTO DA JUÇARA, E OFICINA DE DESPOLA



FONTE: Da Luz, (2013).

No ano de 2014, a festa aconteceu fora da universidade em um lugar conhecido como “pico”, ponto turístico da cidade de Matinhos. Na ocasião, um dos membros do coletivo Juçara estava trabalhando neste local e, por não conseguirem efetivar outros apoios da universidade para a realização da festa, decidiram mudar. Este foi o último ano em que a festa foi realizada uma vez que os estudantes deste coletivo se formaram e começaram a atuar em outros espaços.

Podemos observar que os conhecimentos e as trocas de informações sobre a despola do fruto da palmeira juçara, no litoral do Paraná, apresentam-se em diversos ambientes, sejam eles de associação de pequenos produtores, de ambientes acadêmicos, como do coletivo juçara, instituições de pesquisa e extensão, se configurando em processos dialógicos de movimento horizontal (entre coletivos de estudantes, comunidade, associações) e verticalizados (entre instituições para produtores), resultando em um conjunto de ações que foram realizados de maneira pontual ou em um processo continuado como no caso dos projetos realizados pelo IAPAR, UEPG e ASPRAN.

Sobre os financiadores, que viabilizaram boa parte destas práticas, constatamos a presença a nível de estado através da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) Paraná e Fundação Araucária. O financiamento nacional via Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) e o incentivo privado

via Empresa Solabia Biotecnologica Ltda e Fundação Grupo Boticário. Constatou-se também que, no território do litoral do Paraná, estas ações fomentaram o estabelecimento de unidades de despolpa que serão apresentados nas seções subsequentes.

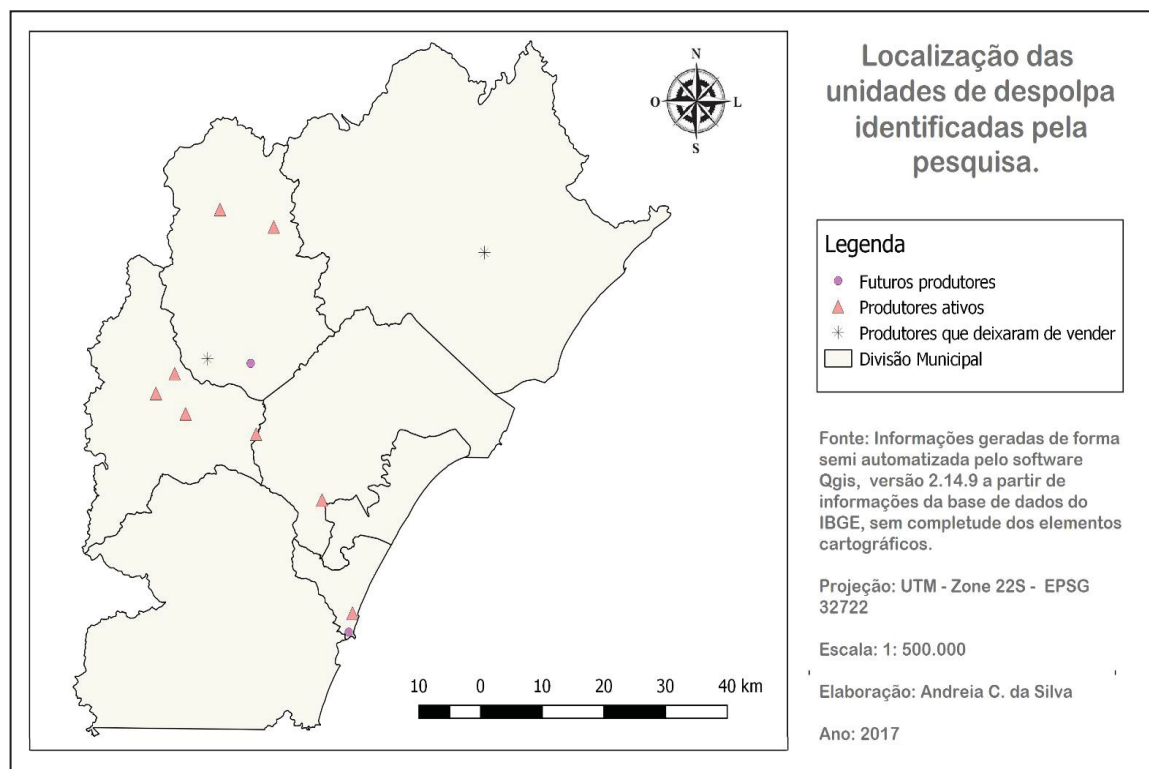
#### 4.4 Unidades de despolpa do fruto da palmeira juçara no litoral do Paraná

Foram identificadas um total de 12 unidades de despolpa (UDs) separadas pelas categorias:

- Produtores ativos (8): relacionada às unidades que produzem e vendem sua produção, incluindo também as unidades novas que iniciaram sua produção em 2016;
- Produtores que deixaram de vender (2): relacionado aos produtores que tiveram alguma experiência de venda, mas atualmente, produzem para a família sem intenção de venda;
- Futuros produtores (2): que compreende as articulações identificados no período de estudo que apresentaram intenção de trabalhar comercialmente com a polpa de juçara nos próximos anos.

O município onde foi encontrado o maior número de unidades de processamento foi Morretes (quatro unidades), seguido por Antonina (três unidades) e uma unidade de despolpa em cada um dos municípios de Matinhos, Guaraqueçaba e Paranaguá. As unidades que pretendem produzir e comercializar nos próximos anos, se localizam no município de Matinhos e Antonina. A futura UD de Matinhos atualmente se encontra na área urbana já realizaram testes de produção e tem perspectivas de se instalar no município de Morretes. A segunda em Antonina área rural, pretende trabalhar em parceria com outros produtores fornecendo a unidade de despolpa licenciada. A figura 17 apresenta a localização destas UD's:

FIGURA 17 - LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES DE DESPOLPA IDENTIFICADAS PELA PESQUISA

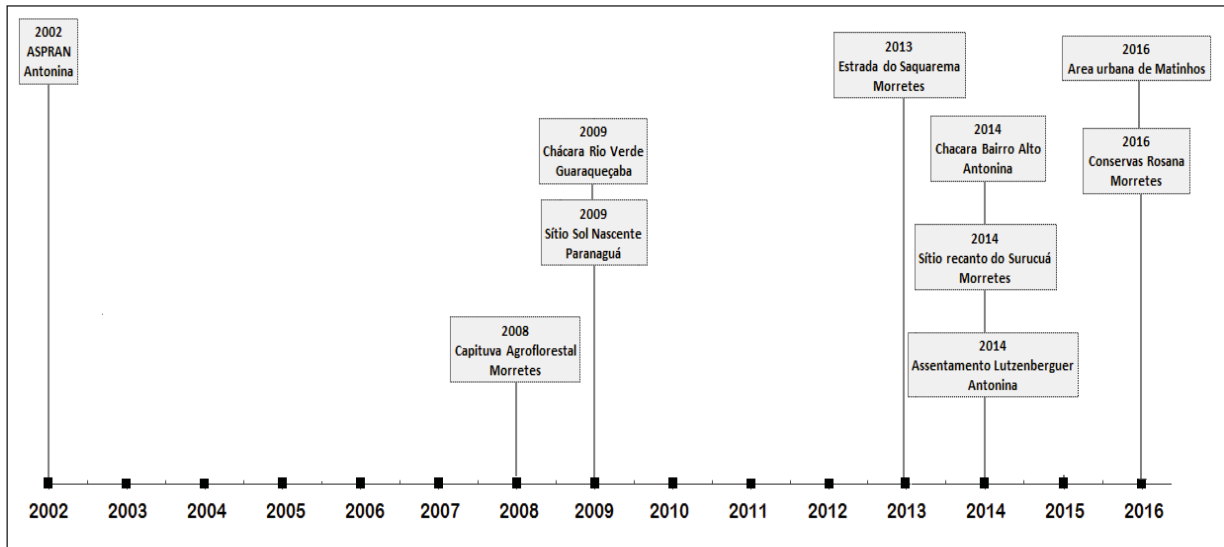


Fonte: A autora (2017)

Uma das unidades que deixaram de vender a produção está localizada em Guaraqueçaba é de propriedade do Sr. Anastácio, que desistiu da venda por priorizar o consumo familiar, tendo em vista a dificuldade e os altos preços de produtos nutritivos e orgânicos no mercado; outra unidade, localizada no município de Antonina, é de propriedade da Sra. Maria Elena da Cruz, que se aposentou em virtude de um acidente que comprometeu seu braço, deixando de exercer atividades profissionais.

Das oito unidades de despolpa ativas, duas tiveram sua primeira experiência de venda em 2016 (a UD da área urbana do município de Matinhos e a Conservas Rosana em Morretes), indicando que a produção e comercialização da polpa do fruto de juçara é muito recente no litoral do Paraná. Resume-se na figura 18 o histórico de início das atividades de despolpa na área de estudo.

FIGURA 18 - HISTÓRICO DAS ATIVIDADES COMERCIAIS DE DESPOLPA NO LITORAL DO PARANÁ

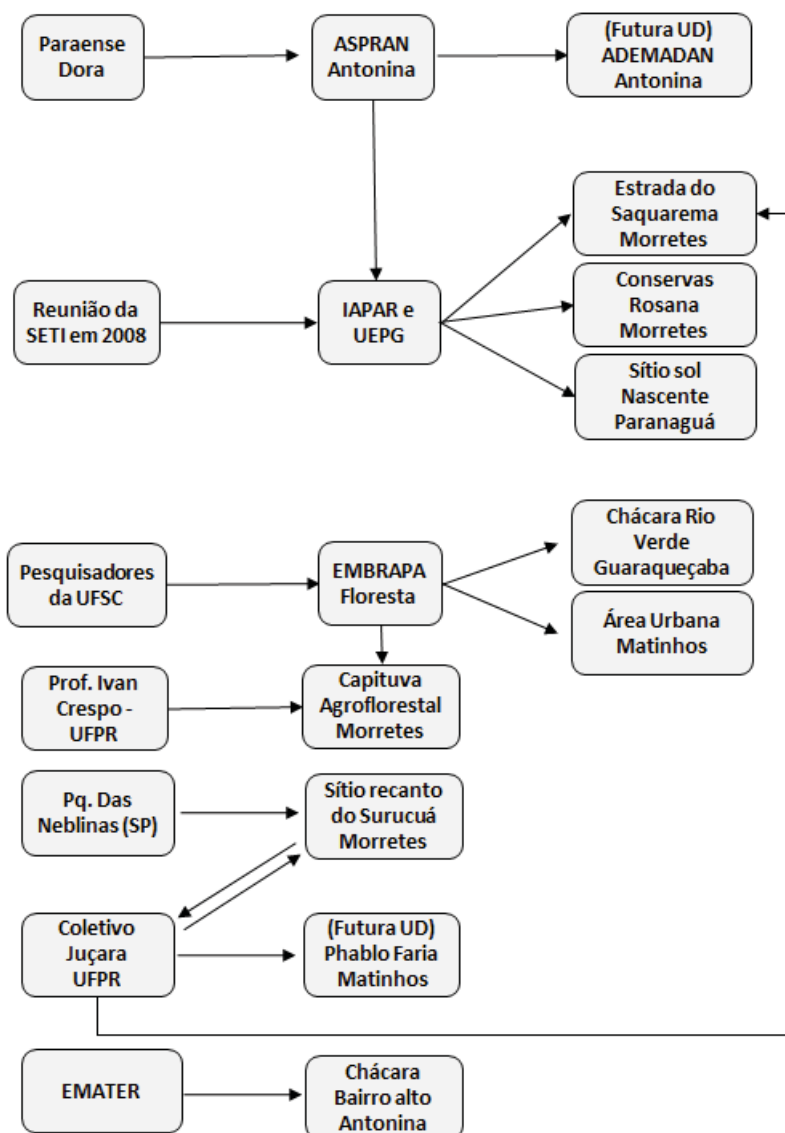


Fonte: A autora (2017)

A ASPRAN iniciou as atividades de despolpa em 2002, sendo a produção que acontece há mais tempo e de forma continuada no litoral do PR. A partir de 2008, começaram a surgir outras iniciativas, fruto, em grande parte, das atividades de divulgação e incentivo das instituições governamentais e não governamentais que atuam no litoral. Representa-se na figura 19 a rede simplificada de interações e ensinamentos que vincula as UDs identificadas às iniciativas de incentivo. Os primeiros nichos apresentados esquerda da figura, representam a pessoa ou instituição pelas quais as UDs conheceram a possibilidade de despolpa e as setas representam as demais conexões de interações de ensinamento.



FIGURA 19 - REDE SIMPLIFICADA DE INTERAÇÕES E ENSINAMENTOS SOBRE A DESPOLPA DO FRUTO DA PALMEIRA JUÇARA NO LITORAL DO PARANÁ



Fonte: A autora (2017)

A rede de interações simplificada, representada na figura 19, faz parte de uma teia de interações maior, pois, além de estar relacionada às experiências anteriores dos articuladores e produtores, são mais abrangentes que o território do litoral do Paraná e envolve também um conjunto maior de parcerias entre as iniciativas de fomento que não estão quantificadas neste momento.

No entanto, foi possível identificar que a Rede Juçara, não está conectada às unidades de despolpa do litoral, sendo ponto focal da rede neste território apenas o IAPAR, além de participações ocasionais de associados da ASPRAN em alguns eventos organizados pela Rede. A partir das figuras 18 e 19 podemos observar,

além da correspondência temporal, qual a relação entre cada UD e cada articulação no conhecimento desta possibilidade de produção.

#### 4.5 Perfil geral dos produtores

Esta seção tem o objetivo de apresentar quem são os produtores, quais suas relações com o litoral do Paraná (nativos ou migrantes) e o perfil das atividades profissionais que desempenham. A maioria das unidades de despolpa - UD (80%) se localiza em áreas rurais (sítios e chácaras), sendo encontrados também duas UDs em áreas urbanas no município de Matinhos e em Guaraqueçaba.

Das 10 UDs identificadas, metade dos informantes entrevistados foram mulheres e outra metade homens; entretanto, esta divisão proporcional aconteceu ao acaso, pois, o contato com cada unidade produtiva aconteceu através da indicação de outros atores de acordo com a etapa de diagnóstico.

As informações levantadas indicam que as mulheres participam da gestão das atividades de despolpa e/ou estão envolvidas na produção em oito das dez unidades identificadas no diagnóstico, além de estar presentes nas duas futuras unidades de processamento identificadas.

A idade dos entrevistados varia de 30 até 60 anos, 25% dos entrevistados são nativos do litoral do Paraná; dos migrantes 59% são do estado do Paraná e 16% de outros estados. O principal motivo de migração é a qualidade de vida (66% dos casos entre os migrantes). A categoria de síntese “qualidade de vida” foi dada a todas as respostas que indicavam um posicionamento positivo em contraposição ao local de origem, referindo-se ao maior contato com a natureza, segurança (em contraposição a violência dos centros urbanos de origem), relações de apoio e parentesco com a vizinhança.

A possibilidade de cursar o ensino superior na UFPR Litoral, localizada em Matinhos, motivou 33% dos imigrantes a virem para o litoral e que permaneceram na região por considerarem um bom local para moradia e desenvolvimento de suas atividades profissionais. Entre os nativos, também se observa a forte relação com o meio, sendo reforçada a vontade de continuar na região de origem.

Relaciona-se, no quadro 7, informações a respeito do local de origem dos produtores entrevistados, o tempo de permanência no litoral e o motivo de migração.

QUADRO 7 - LOCAL DE ORIGEM DOS PRODUTORES, TEMPO DE PERMANÊNCIA NO LITORAL E MOTIVO DE MIGRAÇÃO

Entrevistado	Local de origem	Tempo no litoral do PR (anos)	Atual cidade de residência	Nativo ou motivo de migração
Rosana R. Cagni	Moretes	47	Morretes	Nativo
Vitor Paolinetti	Curitiba - PR	10	Morretes	Qualidade de vida
Eliane Schonrock	Curitiba - PR	8	Morretes	Qualidade de vida
Gustavo Najjar	Mogi das Cruzes - SP	7	Morretes	Universidade
Rosana Osaki	Pato Branco - PR	14	Antonina	Qualidade de vida
Maria E. da Cruz	Antonina	50	Antonina	Nativo
Jonas Souza	Altonia - PR	37	Antonina	Migrou criança
Billidhol de O. Mateus	Colombo - PR	10	Matinhos	Universidade
Gilson C. Anastácio	Abatiá - PR	37	Guaraqueçaba	Qualidade de vida
Ines A. Nunes	Paranaguá	49	Paranaguá	Nativo
Eliane B. Boldrini	Laranjeiras do Sul - PR	25	Antonina	Qualidade de vida
Phablo B. de Faria	Triangulo Mineiro	7	Matinhos	Universidade

Fonte: A autora (2017)

Biassio (2011) aponta que tanto os agricultores locais quanto os migrantes de outras regiões contribuem para a cultura local e para a manutenção e diversidade da agrobiodiversidade, costumes e tradições locais. Conforme já mencionado, a atividade de despolpa do fruto da palmeira juçara é uma atividade recente no litoral do Paraná e a diversidade social e ecológica da região contribui para potencializar os saberes autóctones formados por estes indivíduos e fomentar novas relações com o meio.

O litoral do Paraná, assim como outros municípios da região Sul do Brasil, apresenta crescimento da população (DESCHAMPS; KLEINKE; MOURA, 2000), o que está relacionado, entre outros fatores, à emergência do “novo litoral”, habitado por profissionais liberais, aposentados e outros segmentos que buscam a qualidade de vida oferecida por tais áreas.

Observa-se este fenômeno social da multiplicidade de profissionais verificado por Deschamps; Kleinke; Moura (2000), também foi verificado entre os participantes da pesquisa (quadro 8), sendo várias profissões mencionadas pelos entrevistados: agricultor ou produtor rural (41,6%), cozinheira (8,33%), gestor de projetos (8,33%), assessora política aposentada (8,33%), artesão e produtor artesanal (8,33%). Todos os produtores realizam outras atividades produtivas ou profissionais (no caso de

prestadores de serviço), evidenciando a característica de pluriatividade entre os entrevistados.

QUADRO 8 – PROFISSÕES E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS ENTREVISTADOS

Entrevistado	Profissão	Atividade desenvolvida
Rosana R. Cagni	Produtora Rural e empresária	Mais de 40 tipos de produtos entre geléias, polpas e cristalizados
Vitor Paolinetti	Produtor rural	Venda de palmito pupunha e polpa de Juçara
Eliane Schonrock	Assessora política aposentada	Polpa de juçara e amora
Gustavo Najar	Produtor rural	polpa de juçara e verduras
Rosana Osaki	Agricultora	Polpas: Juçara, manacubio, maracujá, goiaba, araçá. Faz conservas e geléias em geral.
Maria E. da Cruz	Cozinheira	Aposentada
Jonas Souza	Agricultor	folhosas, hortaliças, tuberculos e frutas
Billidhol de O. Mateus	Gestor de projetos	Atua como gestor de projetos em uma cooperativa
Gilson C. Anastácio	Artesão e produtor rural artesanal	Artesanato, pão, polpa de juçara, banana desidratada, ervas medicinais (produtos da safra)
Ines A. Nunes	Agricultora	Venda de sucos: Amora, acerola, araçá, pera, banana com limão, goiaba com limão, abacaxi, abacaxi com hortelã, carambola.
Eliane B. Boldrini	Coordenadora Ademandan	Projetos socioambientais, incentivo ao cultivo agroecológico e projetos de gestão portuária.
Phablo B. de Faria	Artesão	artesanato

Fonte: A autora (2017)

Segundo Alano (2008), “o desenvolvimento de várias atividades na unidade familiar possibilita a diminuição dos riscos e o melhor aproveitamento da capacidade produtiva dos lotes, além de gerar um fluxo mais regular de renda da família” (ALANO, 2008 p.81). O estudo em questão; se refere ao empreendedorismo no espaço rural, no entanto, nota-se que a pluriatividade também ocorre nas áreas urbanas do litoral paranaense, na qual são desenvolvidas diferentes atividades econômicas em época de temporada, assim como no meio rural as atividades são regidas pelos períodos de safra das culturas.

Esta multifuncionalidade e pluriatividade corrobora uma característica da população do litoral constatada por Ferreira (2010), que, conforme mencionado, possibilita o aumento da resiliência dos modos de vida da população do litoral e também a diminuição na intensificação de um único tipo de exploração ou atividade. Este fato, segundo a autora, emerge “como um novo conceito para o desenvolvimento da agricultura e da floresta” (FERREIRA, 2010, p. 113), que, aliado a característica intercultural de contextos migratórios e diferentes relações com o

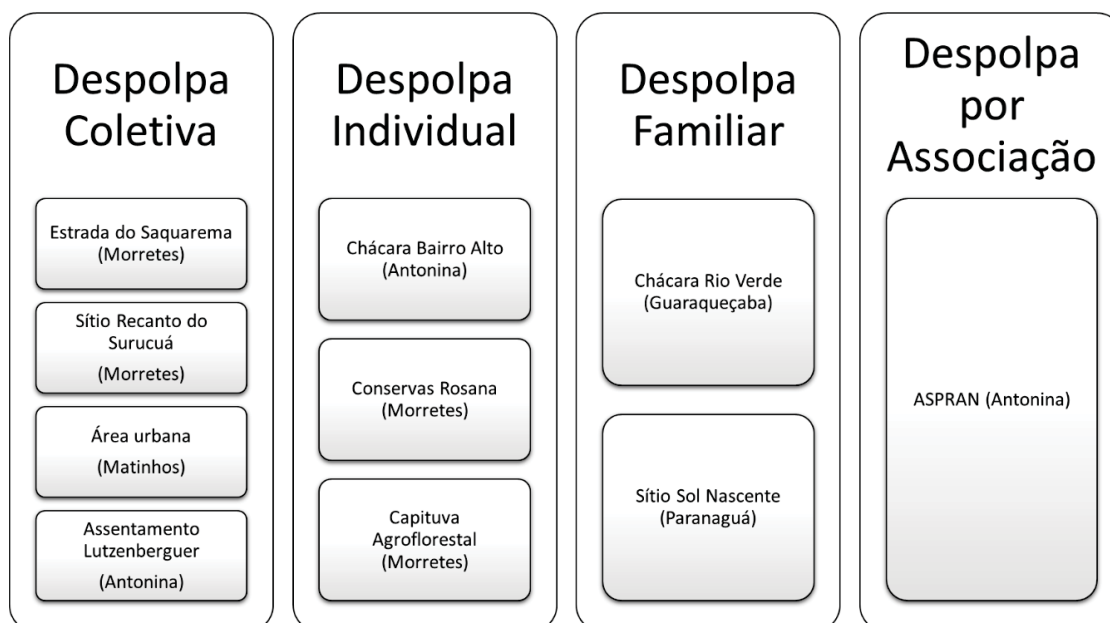
espaço entre os produtores, pode contribuir para a troca de saberes se esta articulação for fomentada para contribuir para o desenvolvimento do território.

#### 4.6 Perfil das atividades produtivas de despolpa do fruto da palmeira juçara no litoral do Paraná:

As atividades de despolpa no litoral do Paraná são realizadas a partir de diferentes estratégias, que se relacionam com a produção, a partir dos diferentes perfis dos produtores e o nível de organização produtiva. As categorias criadas para estas estratégias são descritas abaixo e representadas na figura 20:

- Despolda individual: que se refere aquela realizada por um único indivíduo ou que inclui outros atores que auxiliam apenas em parte do processo a partir do pagamento de diárias e não participam da divisão da produção;
- Despolda coletiva: realizada por um conjunto de atores que se unem para fazer a despolda e dividem a produção final.
- Despolda familiar: realizada apenas por membros da mesma família, a ela também cabendo os recursos oriundos da produção;
- Despolda por associação de produtores: caso em que envolve a formalização da organização produtiva coletiva, apresenta diferentes formas de participação na despolda (venda do fruto, colheita e processamento) e a remuneração é feita por cada tipo de atividade e o recurso final é gerido pela direção da associação a partir do acordo entre os associados.

FIGURA 20 - CLASSIFICAÇÃO DAS UNIDADES DE DESPOLPA DE ACORDO COM O TIPO DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA.



Fonte: A autora (2017)

Os futuros empreendedores de Antonina e Matinhos, que não estão apresentados na figura 20, têm a intenção de desenvolver a atividade de forma coletiva. A Ademadan (Antonina) pretende realizar a produção através de parcerias entre os produtores e a infraestrutura de processamento que está instalando. Em Matinhos, o Phablo Farias relatou que pretendem, inicialmente, se estabelecer no município de Morretes e já iniciou os diálogos para formar uma associação e, a partir de então, efetuar o planejamento, custos da cadeia de valor e execução das atividades de despolpa para comercialização. Destaca-se a experiência deste grupo que, em 2016, produziu cerca de uma tonelada de polpa e mix de juçara (polpa batida com outros frutos e congelada), que foram consumidos entre membros do grupo envolvido no processamento e seus amigos.

#### 4.7 Coleta, produção e venda

A forma de coleta do fruto nas UD's, normalmente é feita com podão<sup>23</sup> ou faca com auxílio de escada; dentre os entrevistados, a futura UD de Matinhos foi a única

<sup>23</sup> Ferramenta utilizada ou adaptada para coletar açaí utilizando um vergalhão de ferro ou madeira com uma faca na ponta (HOMMA, 2016).

que alegou fazer a colheita utilizando peconha<sup>24</sup>. Em 90% das UD's a coleta do fruto é feita pelos produtores a partir de extrativismo em quintais próprios ou de outras áreas vizinhas e em todos os casos as sementes são reaproveitadas para plantio de mudas.

Conforme dados da literatura, atualmente uma expressiva parte dos indivíduos de palmeira juçara se encontra em quintais agroflorestais (REIS, 2012; FILHO, 2005). Biassio (2011) ao avaliar a agrobiodiversidade de 20 sistemas produtivos nos municípios de Antonina e Morretes (PR), destaca que a planta é uma das seis espécies mais comuns, com ocorrência de mais de 45 mil indivíduos na área pesquisada representando 46% do total de indivíduos observados.

De acordo com os estudos de Belcher, Ruiz-Perez, Achdiawan (2005) sobre as tendências e características das estratégias econômicas em relação aos produtos florestais não maderáveis, o que encontramos neste estudo foi a estratégia coping, pois não é um produto com fluxo o ano inteiro, apresentando períodos específicos de safra e não há um manejo formal (em geral) desde o plantio até a colheita e, existe uma grande incidência de utilização da produção para consumo próprio. Além disso, as atividades comerciais dos PFM não representam a estratégia mais significativa para o rendimento familiar.

A ASPRAN é a única UD que realiza a compra do fruto, pagando um real por kg de fruto escolhido. A maior parte dos frutos vem do extrativismo em quatro propriedades da Rosane Osaki, com área que compreende 65 alqueires (somadas) e possui aproximadamente 50 mil pés de juçara, além de outras propriedades de vizinhos que permitem o extrativismo. Parte das sementes oriundas do processo de despolpa é vendida e a maioria é doada; já venderam 200 kg de sementes.

Considerando que a porcentagem de germinação de sementes oriundas do processo de despolpa é de 70 a 90%, teremos entre 560 a 1080 mudas, aproximadamente, para cada quilo de semente (CHAIMSOHN, comunicação pessoal, 2017), representando um potencial de recomposição florestal de 112.000 à 216.000 mudas apenas pelas sementes geradas por esta associação. Segundo a Rosane “hoje tem proprietário com 200 mil pés oriundos de sementes da ASPRAN”.

---

<sup>24</sup> Tipo de cinto trançado tipicamente utilizado no norte para subir até o cume da palmeira, geralmente feito a partir das folhas trançadas ou com fibras sintéticas (ROGEZ, 2000).

A estrutura das instalações utilizada pelas UD's para o processamento foram classificadas em dois tipos 1) cozinhas caseiras (no caso em que os produtores despulpam em suas residências) e se referem as UD's: Capituva agroflorestal; Sítio Recanto do Surucuá; Chácara Bairro Alto; Chácara Rio Verde; 2) agroindústrias de pequeno porte (no caso de instalação construída ou destinada para fins específicos de produção) e se referem as UD's: ASPRAN, Assentamento Lutzenberguer, Sítio recanto do Sol Nascente; Matinhos; Conservas Rosana e Estrada do Saquarema.

Em relação às agroindústrias de pequeno porte, nenhuma apresenta autorização para o processamento de polpa<sup>25</sup>; segundo os produtores, as exigências para se obter este registro são incompatíveis com a realidade da pequena produção. Os pontos destacados se referem a exigência de um técnico responsável que pode representar um custo mensal de mil e quinhentos reais para a agroindústria, ou readequação da altura da instalação, distância da propriedade ou exigência de equipamentos caros como refrigeradores industriais.

A dificuldade foi exemplificada pela produtora Rosana Cagni (UD Conservas Rosana, em Morretes), que relatou um projeto promovido pelo SEBRAE em 2011 que reuniu cerca de 25 pequenas agroindústrias no litoral do Paraná com o objetivo de adequar as unidades para o registro de exploração de polpas. Segundo a produtora, aos poucos os produtores foram deixando o projeto e, no segundo ano, sobraram apenas 16 produtores. As exigências para a adequação foram tão grandes que nenhum produtor conseguiu obter o registro.

Entretanto, em conversa realizada com o Sr. Elton Massarollo, do MAPA e chefe do serviço de produtos de origem vegetal do Paraná, as normas para o registro de polpa seguem as Instruções Normativas (IN) nº 32 de 2010 sobre o exercício da fiscalização de bebidas e correlatos e IN nº 17 de 2015 sobre os itens para registro de estabelecimento agroindustrial de pequeno porte. A vistoria segue a tabela do laudo de vistoria<sup>26</sup>, sendo utilizado uma tabela geral para todos os casos e níveis de produção do setor de bebidas, casos que se referem aos requisitos de

---

<sup>25</sup> Embora não se tenha parâmetro para a produção de polpa de juçara a instrução normativa nº 17 de 2015 estabelece que pode ser registrado produto sem padrão de identidade e qualidade específico, neste caso ficando sua concessão condicionada a análise prévia do MAPA (BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2015) que segundo Mac Fadden (2005) para polpa de *Euterpe edulis*, tem utilizado o parâmetro do Açai *Euterpe Oleracea*.

<sup>26</sup> Laudo anexo da Instrução Normativa nº 32 de 2010 (BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2010)



altura do teto são necessários apenas quando se trabalha com bebidas fermentadas ou gasosas, nos quais a altura do pé direito é estabelecida visando a segurança da agroindústria.

Segundo o servidor, as dificuldades em relação ao registro envolvem um grande “mito do senso comum” já que a lista é geral tanto para pequenas quanto para grandes agroindústrias, sendo o laudo avaliado de acordo com a realidade da produção e tipo de produto, parâmetros estes que são levados em consideração pelo técnico que realiza a vistoria. O servidor destaca que, para suprir o desafio do custo do técnico responsável, as unidades produtivas poderiam se associar e contratar coletivamente o mesmo profissional diminuindo o custo do serviço. Com relação aos equipamentos, não existe obrigação legal que exija, por exemplo, refrigeradores industriais; o que se observa são as etapas e equipamentos necessários para garantir o acondicionamento adequado, a higiene e não contaminação do produto, conforme orientações de boas práticas da Instrução normativa do MAPA nº 5 de 2000 (BRASIL, 2000).

O que se nota a este respeito é a grande reverberação deste “mito do senso comum”, pois a mesma ecoa também nas instituições, sendo potencialmente complexo para o produtor lidar com estas questões e buscar estratégias de solução. Embora os esclarecimentos do Sr. Elton Massarollo tragam novas perspectivas sobre esta questão, observa-se a necessidade da realização de estudos aprofundados a este respeito, pois a agregação de valor e acesso ao mercado formal de toda a produção de polpa de frutas e bebidas, feita pelos pequenos produtores depende fundamentalmente de sua regularização junto ao MAPA.

Em relação às técnicas de processamento do fruto, o mesmo é realizado com auxílio de equipamentos e máquinas em 80% das UDs, excetuando-se apenas UD Rio Verde, em Guaraqueçaba, e a UD Chácara Bairro Alto, em Antonina que realizam a despolpa manual. Nos demais casos são utilizadas despulpadoras elétricas semelhantes ao modelo de despulpadeira paraense comentado por Rogez (2000), descritos na seção 2.4.2 deste trabalho. No caso do Sítio Sol Nascente, em Paranaguá, é utilizado o auxílio de um liquidificador industrial da marca Poli. Segundo a produtora, o equipamento não destrói a semente porque tem a hélice mais alta em relação a base do liquidificador e não utiliza muito tempo para bater, terminando o processamento com a peneira.

Destaca-se a despoldadeira construída no município de Morretes (modelo 3 da figura 21), utilizada pela ASPRAN e Conservas Rosana para despoldar dos frutos, sugerindo a criação de ecotécnicas e inovação no litoral do Paraná (SACHS, 1986; DALLABRIDA, 2006; ABRAMOVAY, 2012).

FIGURA 21 – TIPOS DE EQUIPAMENTOS DE DESPOLPA ELÉTRICOS UTILIZADOS NO LITORAL DO PARANÁ



FONTE: A autora (2017)

LEGENDA - (1) Despoldadeira de açaí; (2) liquidificador industrial que auxilia no processo de despoldar (3) despoldadeira fabricada em Morretes.

Segundo informações do relatório de viabilidade financeira da ASPRAN (WEBER; MARIN; SANTOS, 2009), a tecnologia utilizada no processo de despoldar é “semi-artesanal, isto é, utiliza-se de equipamentos, porém, não de forma contínua, necessitando da interferência de recursos humanos para transporte e processamento das várias fases que compõe o processo de despoldamento” (WEBER; MARIN; SANTOS, 2009 p. 7). Ilustra-se na figura 22 o processo de despoldar da ASPRAN desde a recepção do fruto, higienização, despoldamento até o fechamento da embalagem.

FIGURA 22 – PROCESSO DE DESPOLPA DA ASPRAN NO MUNICÍPIO DE ANTONINA - PR



FONTE: Adaptado de Weber; Marin; Santos (2009)

LEGENDA - (1) Recepção do fruto; (2) seleção; (3) lavagem e higienização; (4) maceração e amolecimento; (5) despulpamento e peneiramento; (6) envasamento; (7) fechamento da embalagem.

Ao analisar o processo de produção da polpa, observa-se que a proposta da ASPRAN se mostra adequada na perspectiva do Ecodesenvolvimento, pois a produção “semi-artesanal” oportuniza a geração de postos de trabalho, assim com o desenvolvimento de ecotécnicas, a exemplo da utilização do equipamento para a despulpa fabricado em Morretes. Esses levantamentos do processo da produção apontam que diversas formas são possíveis para a despulpa: a) processo totalmente

artesanal b) uso do liquidificador industrial que não destrói a semente por ter a hélice mais alta (exemplo de adaptação a uma necessidade), c) fabricação de despoldadeira (tecnologia social) e d) despoldadeiras elétricas comerciais.

Constatou-se que a produtividade do fruto sofre grande interferências da variação climática. Conforme apontado por Amaral (2017), os episódios de chuvas e ventos fortes dificultam a polinização ou acarretam a queda das flores, além disso os produtores comentam que existe uma variação de produção de frutos na palmeira, com ano de boa produção seguido de ano de baixa produção. Conforme Chainsohn (informação pessoal) caracteriza uma produção bianual como no caso do café.

Em geral, nas UD's pesquisadas, não existe uma quantificação sistematizada sobre a quantidade de frutos processada ou de polpa produzida. Estes dados são estimados considerando a quantidade de baldes de fruto que colheram, capacidade de armazenamento do freezer, a quantidade de produtos embalados ou pela memória da produção em anos anteriores. Isso acontece em todas as UD's, mesmo no caso da ASPRAN, que tem maior estrutura e quantidade de pessoas envolvidas. Além disso, existe a utilização de parte da produção para autoconsumo e/ou doação para amigos, que dificulta ainda mais determinar as quantidades de frutos processadas e o rendimento da produção.

Esta prática de presentear amigos com a produção representa as relações de reciprocidade comentada por Bebbington (2005), se caracterizando pela relação de fluxo de bens, serviços e ajuda mútua que constituem o modo de vida rural sustentável, sendo um importante fator de capital social destas comunidades. Os entrevistados destacam que esta prática também ajuda a divulgar o produto.

Sintetiza-se no quadro 9 informações sobre o número de pessoas envolvidas diretamente com a atividade de despoldar, o local de coleta, tipo de beneficiamento e ganho estimado.

QUADRO 9 - ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO, QUANTIDADE DE SAFRAS, LOCAL DE COLETA E ESTIMATIVA DE VENDA DAS UDs DO LITORAL DO PARANÁ

Município	UD	Quant. de pessoas diretamente envolvidas	Local de coleta do fruto	Tipo de beneficiamento	Total de safras produzidas (anos) até 2016	Quant. Kg polpa produzido até 2016	Ganho estimado R\$
Antonina	ASPRAN	15	Juçarais de associados Extrativismo em áreas vizinhas Compra de fruto	Polpa	14	19.000	R\$251.750,00
	Chácara Bairro Alto	1	Juças do próprio quintal	Bolo, Rocambole, pão	2	20	R\$ 1.000,00
	Assentamento Lutzenberguer	8	Juças do assentamento e em quintais de vizinhos	Polpa	3	1.400	R\$ 25.200,00
Morretes	Capitua Agroflorestal	3	Extrativismo em quintais de vizinhos	Polpa	6	700	R\$ 10.500,00
	Conservas Rosana	3	Juças do próprio quintal	Sequinhos e geléia	1	10	R\$ 200,00
	Estrada do Saquarema	4	Próprio quintal Extrativismo em quintais de vizinhos	Polpa e doce de Juçara	3	200	R\$ 4.000,00
	Sítio Recanto do Surucuá	3	Extrativismo em quintais de vizinhos	Polpa	3	140	R\$ 5.870,00
Matinhos	Área urbana de Matinhos	2	Extrativismo quintais de municípios vizinhos	Polpa	1	30	R\$ 744,00
Guaraqueçaba	Chácara Rio Verde	2	Próprio quintal Extrativismo em quintais de vizinhos	Polpa	6	600	R\$ 6.000,00
Paranaguá	Sítio Sol Nascente	4	Juças do próprio quintal	Suco	7	800	R\$ 27.000,00

FONTE: A autora (2017).

É importante ressaltar que o ganho estimado é apenas um valor potencial, uma vez que o cálculo foi baseado na hipótese de venda total da quantidade produzida, considerando-se o volume médio de produção, o tipo de produto vendido e média de valores praticados por cada UD, envolvendo desde a primeira até a última experiência de venda.

Cabe destacar que à utilização da produção para consumo próprio e doação contribui para a segurança alimentar, o fortalecimento da reciprocidade, fatores que vão além da quantificação puramente econômica, além de outros potenciais que estão relacionadas aos ganhos ambientais oriundos da reposição das sementes no ambiente.

No que tange as estratégias de venda, observa-se que este fator está associado às experiências e as redes de contato de cada UD. Desta maneira, destacaremos cada estratégia e realidades de venda das unidades:

No início do processo de despolpa realizado pela ASPRAN, a comercialização foi feita na barraca da Amazônia, em Curitiba, e nas festas do açaí realizadas no bairro do Cachoeira. Já houve anos que tiveram dificuldades de vender a produção;

entretanto, em 2016 a associação conquistou três clientes dispostos a comprar o total de polpa produzido pela UD.

A UD Chácara Bairro Alto, parou a produção comercial por motivo de saúde e teve duas experiências de venda em 2014 e 2015, sendo a produção encomendada por um feirante que trabalha festa de Nossa Senhora do Pilar e no Festival de inverno de Antonina.

No assentamento Lutzenberguer houve três experiências de produção, iniciando o teste de produção em 2014 e em 2015 produziu 1.200 kg de polpa. O principal canal de venda desta UD foi por meio do programa nacional de alimentação escolar – PNAE para o município de Matinhos e também realizaram, em menor proporção, venda para vizinhos.

Na UD Capituva Agroflorestal produziu-se, anualmente, de 30 até 100kg de polpa de juçara, desde 2007, com a melhor produção em 2016, que contou com o auxílio de mais três amigos, e produziu-se 300kg, os quais foram vendidos para amigos de Florianópolis/SC e Quatro Barras/PR. A UD relatou dificuldade de vender para estabelecimentos comerciais, pois exigem documentação da produção (licenças da UD e produto). Destaca-se o potencial desta UD, pois tem cerca de 40 mil pés de juçara plantados, as quais frutificarão nos próximos anos e pretende fornecer o fruto para outras UDs em virtude da burocracia e do alto investimento necessário para construir uma cozinha de acordo com a legislação.

A UD Conservas Rosana tem uma agroindústria formada com cozinha certificada pela vigilância sanitária que foi estruturada com o acesso a editais do PRONAF. A unidade teve seu primeiro teste de produção em 2016, utilizando o fruto da juçara para produzir sequilhos que foram todos vendidos na festa feira de Morretes e 20 vidros de geleia que são oferecidas para os clientes dos seus outros produtos. Rosana Cagni destaca a necessidade de degustação pelo desconhecimento do produto, segundo a empreendedora “se o cliente experimenta, compra”.

Na UD Estrada do Saquarema, a primeira experiência de produção foi em 2014 e a produção é dividida pelas quatro amigas envolvidas no processamento. Os equipamentos utilizados para o processamento são compartilhados, sendo uma das produtoras a dona da despoldadeira e outra da cozinha. A produção é dividida e cada produtora apresenta uma estratégia de venda. Uma conseguiu vender parte da produção para uma sorveteria da região. A segunda vendeu para uma indústria

alimentícia em São José dos Pinhais, mas não teve efetivação do pagamento. Outra senhora que tem experiência de comercialização de produtos em feiras, produziu doce de juçara e vende em várias localidades. O restante da produção desta UD ficou para consumo doméstico destas produtoras e para presentear os amigos.

No sítio Recanto do Surucuá, a produção também é dividida entre o casal de produtores e o amigo que participa da produção. A venda da polpa é realizada em saches de 100g e 250g de polpa grossa, e se destaca que, durante a entrevista, boa parte da produção de 2016 ainda não tinha sido vendida.

Na área urbana de Matinhos a venda aconteceu a partir da parceria com o projeto redes de comercialização da cooperativa Motirõ, em que os produtores atuam. Destaca-se que a primeira experiência de despolpa desta UD aconteceu em 2016 e toda a produção foi vendida através da rede de comercialização que conecta consumidores com produtos agroecológicos. No entanto, por estar atrelado a projetos, a rede não está mais ativa em 2017.

Na UD Chácara Rio Verde, que parou sua produção comercial em 2015, a venda era feita entre vizinhos a partir da rede de clientes deste produtor. Nesta UD a principal dificuldade para a venda era a falta de local para acondicionamento da polpa.

#### 4.8 Potenciais e desafios na cadeia produtiva da palmeira juçara

As principais potencialidades desta produção destacados pelos atores envolvidos no processo são: o fruto é uma matéria prima de planta nativa da região; o território apresenta clima favorável para a planta; a vocação agroecológica que existe no litoral paranaense; a demanda crescente por alimentos saudáveis e a possibilidade de vários usos e incrementos da polpa de juçara, como é citado a seguir:

o potencial é que dá pra fazer muita coisa com o açai (de juçara) ele combina com tudo, dá pra inventar produtos tem muitas possibilidades, já fiz com suco de abacaxi, com limão, com banana, tem coxinha e na casa do açai em Morretes já fizeram brigadeiro mas ai foi com o açai da amazonia. O seu Deigo falou que açai com leite de bufala é muito gostoso (AdemirJuarez Keik, funcionário do IAPAR).

Estes potenciais, para se transformarem em práticas promovendo transformações no território, suscitam elementos importantes de todo o arcabouço teórico discutido nas seções iniciais deste trabalho.

Vale ressaltar o surgimento da atividade no território, já que a mesma emerge da sociedade civil, ou seja, uma mulher vinda do Pará, sente saudades dos alimentos típicos de sua região ensina a despolpa do fruto da juçara para a ASPRAN em Antonina, e suas ações geram uma série de novas práticas em relação à planta.

A ASPRAN representa a instituição mais antiga com este tipo de produção no território e seu processo foi fortalecido por várias iniciativas de intercâmbio de conhecimento e transferência de tecnologia entre ASPRAN, IAPAR e UEPG, além de outros atores envolvidos, corroborando, conforme aponta Sachs (1986), a importância da necessidade de fortalecer as iniciativas e também privilegiar as fontes e o comércio local através do intercâmbio entre centros de pesquisas, universidades e associações de produtores.

Destaca-se, principalmente no que tange aos processos continuados que estas ações vão promovendo, uma solidariedade diacrônica, impulsionando a transição e eficiência no uso de recursos existentes, neste caso, um produto florestal não madeirável (PFNM) para geração de renda das famílias e fomenta a valorização e manutenção destes recursos na Mata Atlântica.

Observou-se que as ações de incentivo, no conjunto, se configuraram em uma rede de práticas pontuais, sendo necessário que as ações se orientem através de processos, conforme aponta Bebbington (2005). Embora se destaque a relevância do diálogo promovido através das diversas atividades de incentivo à despolpa, estas ações não seguiram auxiliando a comunidade na superação de desafios na constituição das unidades de despolpa. A valorização dos modos de vida sustentáveis passa pelo estabelecimento de relações de confiança entre a comunidade e instituições.

As iniciativas de fomento à produção da polpa de juçara, foram realizadas dentro da lógica de projetos, com prazos determinados, muitas vezes em um grande esforço de divulgação da prática sem ferramentas e recursos para estabelecer um acompanhamento e oferecer apoio para as diferentes necessidades vivenciadas por cada UD. A partir do contato com os produtores, observa-se que cada unidade apresenta potenciais e desafios em seu processo e organização, mostrando a necessidade de mais diálogos e articulação, na perspectiva de se pensar em alternativas do desenvolvimento e desconfiar de fórmulas prontas apresentadas verticalmente.



O estabelecimento do comércio formal se configura como um desafio alarmante, pois o custo de implementação de uma unidade de despolpa nos moldes da legislação não são coerentes com a realidade dos produtores rurais. Dados da literatura apontam para o investimento de mais de 90 mil reais (FARIAS, 2009), sendo que atualmente, segundo informações da Eliane Boldrini (coordenadora da Ademadan), a construção da cozinha em fase de licenciamento superou o montante de 100 mil reais. Considerando a realidade de pluriatividade e multifuncionalidade do litoral, conforme constatado também em outros estudos (DESCHAMPS; KLEINKE; MOURA, 2000; ALANO, 2008; FERREIRA, 2010), fica ainda mais desafiador investir um montante tão alto de recursos em apenas uma das estratégias de renda, que ainda precisa se consolidar na região.

Entre as unidades de despolpa, que conseguiram estabelecer uma agroindústria destaca-se a dificuldade e as divergências de informação para formalizar a produção. Todas as instituições governamentais ou não governamentais que fazem parte da assistência técnica e extensão rural (ATER), precisam fortalecer o diálogo de maneira constante, abandonar os setorialismos, pois o produtor não pode ficar refém de informações equivocadas. É necessário investigar quais são as reais dificuldades de formalização da exploração da polpa de juçara, pois há divergências de posicionamento entre os agentes institucionais envolvidos.

A falta de diretrizes oficiais específicas tanto para a produção da polpa, atualmente ligadas ao MAPA, quanto para normas oficiais do estado do Paraná para as boas práticas de manejo, transporte e comercialização da polpa de juçara, contribuem para um cenário de fragilização da produção.

Mesmo em face destes desafios, observamos que os produtores desenvolvem ou se conectam a estratégias de adaptação, a exemplo da UD do Sitio Sol Nascente, que contornou o desafio da falta de conhecimento do produto com a venda de suco, obtendo aceitação dentro de sua rede de clientes; o estabelecimento de uma rede local de venda direta em feiras, fortalecendo o comércio local; a utilização do fruto (PFNM) de sua propriedade para diversificar sua produção promovendo a multifuncionalidade da terra; a adaptação do processamento, buscando um liquidificador industrial de baixo custo que atendesse as suas necessidades (e não destrói a semente), elementos que exemplificam que é possível a superação da condição colonialista (ou seja, do mercado que impõe como produzir, qual equipamento utilizar e como vender), para uma prática de produção e

comercialização da polpa de juçara a partir de sua realidade e suas necessidades, onde as ações desenvolvidas mostram rompimento de um modelo imposto.

As unidades também desenvolvem um saber fazer de receitas com a polpa de juçara, a exemplo: do sequilhos e geléia de juçara desenvolvido na UD da Conservas Rosana; o quentão de juçara com vinagreira (UD Recanto do Surucuá<sup>27</sup>); pão e bolo de juçara da UD Chácara Bairro Alto; o doce pastoso de juçara da UD Estrada do saquarema, a juçara quente com outros ingredientes orgânicos da UD Chácara Rio Verde. Destaca-se também o macarrão e molho à base de polpa de juçara desenvolvido pelo pesquisador Francisco P. Chaimsohn<sup>28</sup>, entre tantas outras receitas que podem surgir das relações e experimentações que se estabelecem com o fruto, que podem se somar a publicação de novas edições do livro culinária juçareira (IPEMA, 2012); enfim, o desenvolvimento de receitas com polpa da juçara já ocorre tanto no campo dos saberes do espaço informal, quando formal.

Constatou-se um elemento simbólico de valorização do uso fruto, à exemplo da priorização da produção para o consumo familiar e não para venda, realizado pela UD Chácara Rio Verde e também do produtor Phablo Farias, (futura UD de Matinhos), que embora tenham produzido coletivamente cerca de uma tonelada no ano de 2016, decidiram não realizar venda por considerarem a complexidade de valorar um recurso que extraíram de propriedades de “guardiões da juçara” que não cobraram nada pela permissão de extrair o fruto e também a dificuldade de sintetizar em uma cifra monetária os riscos, dias, fretes e envolvimento de tempo dedicados desde a coleta até a produção de polpas e mix de juçara que foram realizadas de forma colaborativa e coletiva.

Estas manifestações apresentam elementos de uma outra economia, que está baseada em relações de uso e relações sociais que não se encontram na lógica do mercado. Estes elementos simbólicos identificados demonstram que as práticas do uso do fruto da palmeira juçara promovem outras relações com o meio. Além do estabelecimento de organizações coletivas de produção e vontade de desenvolver estratégias de valorização da cadeia da juçara, conforme manifestado por estes produtores.

---

<sup>27</sup> Este quentão foi provado no primeiro jantar agroflorestal promovido pela associação Amável que está se consolidando no município de Morretes, articulação que envolve a UD do Recando do Surucuá, não havendo uma designação de autoria da receita.

<sup>28</sup> Receita disponível no folder do IAPAR “açai de frutos de juçara” 2014.

Outra potencialidade se refere à UD de Matinhos que vendeu produção por meio de uma rede de comércio que conecta produtos agroecológicos a consumidores, como um exemplo de fortalecimento do comércio local, destacado por Sachs (1986), ainda que a rede não esteja ativa no ano de 2017 é importante destacar as iniciativas que deram certo.

Destaca-se também a estratégia da UD do Assentamento Luttemberguer ao fornecer a polpa de juçara para as escolas do município de Matinhos, promoveu a valorização econômica de um recurso local pouco explorado; o incremento alimentar na dieta dos estudantes atendidos pela compra do PNAE; e a recomposição de juçaras oriundas do processo de despolpa.

É notável o potencial de incremento de reflorestamento proporcionado pela quebra da dormência oriunda do processo de despolpa (BOVI, 1990, PUPO, 2007). Conforme destacado, segundo pesquisador do IAPAR Francisco P. Chaimsohn (comunicação pessoal), para cada quilo de semente, de 560 a 1080 mudas podem ser geradas, contribuindo para a renovação do recurso na natureza. Desta maneira a eficácia da recomposição florestal e incremento agroecológico da palmeira juçara, passa pelo fortalecimento destas iniciativas locais estabelecendo uma ampla rede de beneficiamento socioambiental que pode ao invés de marginalizar o palmitreiro apresentar opções reais de renda.

Espaços de diálogos já foram iniciados entre produtores e instituições nestas últimas décadas. No entanto, as práticas em sua maioria são recentes e os atores envolvidos destacam vários desafios existentes na cadeia de valor da produção. Estes desafios são sintetizados no quadro 10, onde se elenca possibilidades para superação destes desafios, partindo da necessidade de valorizar diferentes saberes, reconhecer os diferentes acessos de cada produtor, para se construir ações coletivas pautadas no respeito, confiança, diálogo, valorização e investimento.

QUADRO 10 - SÍNTESE DOS DESAFIOS E POSSIBILIDADES

<b>Desafios</b>	<b>Possibilidades</b>
Dificuldade de obter a licença do MAPA (preço da estrutura dentro dos parâmetros legais e demais custos para obter a licença)	Investimentos a partir de recursos do ICMS Ecológico; Reforma agrária; PRONAF; PRONAF Agroecologia; diálogo e apoio entre ATER, universidade e comunidade.

Cenário atual de médio prazo, de falta de legislação específica para exploração do fruto (formalização da produção parâmetros de qualidade MAPA).	Acompanhar processo em curso, articular instituições e organizações, agricultores, associações e comunidades tradicionais para a que o marco legal para o processamento, reflita a realidade da Mata Atlântica.
Falta de estruturação da cadeia produtiva	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Articulação de organizações não governamentais e governamentais com agricultores, associações e comunidades tradicionais para a promoção do produto para os demais agentes da cadeia (comerciantes, consumidores, etc).</li> <li>2. Apoio organizacional, institucional e técnico para os produtores e demais agentes da cadeia de valor.</li> <li>3. Promoção e venda do produto em programas de aquisição de alimentos (PNAE).</li> <li>4. Promoção estruturada e continuada do produto em feiras, exposições e outros eventos públicos.</li> </ol>
Período de safra curto durante o fim do verão e começo de outono, atividades de despolpa trocadas por outros produtos com mercado reconhecido	Fomentar o processamento, comercialização e promoção dos produtos da sociobiodiversidade, privilegiando esta produção em compras públicas e promovendo ações de educação e divulgação associados. Desenvolvimento de culturas precoces e tardias. Seleção genética.
Falta de hábito em técnicas de colheita (considerada de risco e com equipamentos rústicos)	Acesso a novos equipamentos de colheita em desenvolvimento, a exemplo de equipamentos desenvolvidos para colheita de açaí apresentados por Homma (2016); uso de escada de alumínio (viável para terrenos planos, sistemas agroflorestais e juçarais). Cultivo da palmeira juçara em sistemas agroflorestais com maior densidade de plantas de juçaras, utilizando-se plantas com baixa altura

	de inserção de cachos (AIC).
Armazenamento e manejo pós-colheita dos frutos	Uso de lona para a coleta dos frutos, armazenamento e transporte dos frutos em caixas plásticas vazadas, investimento para armazenamento dos frutos em câmara fria. Divulgação dos processos de hidroconservação estudados pelo UEPG e IAPAR.
Falta de parâmetro sobre práticas de processamento	Divulgação de boas práticas de produção IAPAR e UEPG. Definição de parâmetros para o mercado regional centro sul do país.
Falta de análises e parâmetros de diferenciação da produção: fruto de juçara fino, médio, grosso, dificultando diferenciação e valoração de polpas no mercado.	Parcerias para análises da produção, á exemplo do departamento de engenharia dos alimentos da UEPG.
Falta de conhecimento sobre o produto	Estruturar a cadeia de valor viável para atender a demanda; apoio financeiro específico para ações de divulgação: 1. Aumento das ações de divulgação a exemplo da festa feira em Morretes e Festa da Juçara em Matinhos 2. ações de divulgação em escolas e degustação em pontos estratégicos ao longo do ano.
Dificuldade de reconhecimento do produto através de redes de consumo de produtos agroecológicos (certificação e selos).	Organizar rede de produtores viabilizar parcerias para a obtenção de certificação coletiva.
Falta de mão de obra para colheita	Valorização da coleta, investimento em equipamentos, EPIs e divulgação de boas práticas de colheita e novas

	técnicas ver Homma (2016), e PUPO (2007).
Risco e custo de extrativismo em áreas distantes (APAs, municípios vizinhos)	Investimento de longo prazo juçarais plantados a partir das sementes da despolpa
Dificuldade de acesso a financiamentos	Apoio de políticas públicas e instituições de ATER, divulgação de possibilidades, criação de novos canais de financiamento, regularização fundiária de propriedades.
Falta de reconhecimento dos guardiões da juçara	Valorizar as juçaras plantadas, pagamentos por serviços ambientais, fomentar a possibilidade de despolpa em áreas com potencial de extrativismo em quintais
Dificuldade de venda da produção	Conectar produtores com consumidores de produtos agroecológicos a exemplo da iniciativa redes de comercialização da Motirõ. Inserção na rede Ecovida e selo de produção orgânica e agroecológica.
Palmeira Juçara na lista de espécies ameaçadas de extinção com manejo restrito – insegurança.	Divulgar entre as instituições as pesquisas que apontam o potencial de germinação da espécie em virtude do uso do fruto (pesquisas de Bovi e Cardoso (1978), Bovi, (1990), Pupo (2007), entre outros).
Legislação burocrática e cara formalização de agroindústrias	Acompanhar as instruções normativas do MAPA publicadas a partir de 2015 e avaliar o quanto as melhorias para o produtor rural e necessidade de atendimentos a outras realidades do litoral. Facilidades e subsídios para o

	pequeno produtor. Produtos artesanais formais na atual legislação são classificados como produtos industriais.
--	--

Fonte: A autora (2017).

Ressalta-se que, embora esta síntese relacione dificuldades e/ou limitações à produção e comercialização da polpa de juçara, há muitas possibilidades de superação dos mesmos. Este diagnóstico, bem como a síntese apresentada no quadro 10 oportuniza apontar para algumas possibilidades de ação na perspectiva do ecodesenvolvimento e sua viabilidade tanto política, econômica, social e ambiental.

#### 4.9 A produção da polpa de juçara como um elemento para a busca do desenvolvimento territorial sustentável

*Sem a planta não há bicho,  
sem bicho não há planta,  
sem planta não há solo,  
sem solo não há alimento,  
sem alimento não há gente  
e sem gente não há sentido.<sup>29</sup>*

Pensar em ecodesenvolvimento é pensar em diálogo e participação, desta forma este estudo evidencia a necessidade de instituições deliberativas eficazes. As instituições abordadas nessa pesquisa mostraram-se comprometidas com a divulgação e geração de informações e conhecimentos acerca da despolpa; no entanto, é preciso conceber que os processos que envolvem as comunidades nos diálogos e nas decisões não podem ser pontuais e são fundamentais para o desenvolvimento territorial sustentável.

Destaca-se a necessidade de reconhecimento e diálogo com as iniciativas que buscam estruturar a produção, apresentadas nesta pesquisa, além do conhecimento de outras iniciativas. É preciso reconhecer para valorizar, de forma a

---

<sup>29</sup> Anotações do diário de campo de Rangel A. de Almeida Mohedano na vivência com os Guarani Mbya da Aldeia de Krucutu em São Paulo durante o projeto “Krucutu: resgate da sabedoria do palmito na Mata Atlântica” citados por Godoy; Leandro (2005)

não retrocedermos a sistemas tecnocratas que não avaliam as especificidades das pessoas e do seu lugar.

As ações orientadas pela lógica de projetos pontuais, não correspondem ao tempo social de mudanças. O resgate do uso alimentar do fruto da palmeira juçara no sul e sudeste do Brasil se configura em uma prática que foi separada do cotidiano destas populações durante os últimos séculos. Neste sentido, as estratégias de transição para o ecodesenvolvimento e sua incorporação deve considerar um período de várias décadas (SACHS, 2004), é necessário diálogo, investimento e compreensão temporal para viabilizar esta prática. Não há como se pensar em resultados que efetivem práticas de relação positivas, com séculos de relações predatórias e de falta de confiança assolando todo nosso contexto social.

O litoral do Paraná é constituído por um grande mosaico de unidades de conservação e todos estes municípios recebem repasses financeiros oriundos do ICMS Ecológico que muitas vezes superam outros repasses do governo federal. Dentro deste contexto, o ICMS Ecológico se retornado às comunidades rurais que vivem na Mata Atlântica, poderá promover a sociobiodiversidade e resultar em uma importante fonte de investimento, pois a polpa de juçara é um exemplo de produção que promove a valorização do ecossistema em sua totalidade (pessoas + ambiente).

Outra importante fonte de investimento poderia ser o pagamento por serviços ambientais, através da valorização da cadeia de valor da juçara, remunerando desde os guardiões das juçaras até os produtores de polpa pelos serviços ambientais atrelados, gerando receitas positivas que valorizem a floresta em pé e possibilitar a diminuição da pressão sobre o extrativismo ilegal.

O resgate do uso do fruto da juçara se configura em uma adaptação aos limites externos, conforme abordado por Pecqueur (2005), uma vez que a espécie foi intensamente explorada e se encontra em risco de extinção na natureza. A partir da utilização de recurso específico em que novos usos são revelados podem contribuir para o estabelecimento de novas configurações locais.

Da mesma maneira o trabalho que envolve o fruto da palmeira juçara representa uma oportunidade de inovação territorial, conforme discutido por Abramovay (2012), através do resgate de um alimento que pode vir a ser incorporado na cultura dos habitantes da Mata Atlântica, no desenvolvimento de ecotécnicas como a fabricação da despoldadeira em Morretes.



Soma-se o potencial oriundo dos intercâmbios na divulgação de conhecimentos e tecnologias, que podem ser potencializados no sentido de auxiliar as UD's em seus desafios de produção, a exemplo do equipamento de colheita de açaí desenvolvida pelo agricultor Trajano Alvez de Brito da região norte do país, patenteado em 2012, entre outras técnicas de colheitas desenvolvidas e divulgadas em encontros da cadeia produtiva do açaí (HOMMA, 2016). Todos esses saberes são significativos e precisam ser trocados, a fim de potencializar o uso do fruto da palmeira juçara entre os agricultores do sul e sudeste.

Esta ação inclui na sua cultura novas formas de relação com o meio, na medida em que este alimento gera benefícios: ambientais (na recomposição da espécie nativa e no aumento da oferta de alimento para os pássaros); econômicos pois, a partir do manejo sustentável da cadeia da juçara, é possível utilizar sua polpa (na forma de sucos), desenvolver outros produtos agregando valor a produção (como bolos, pães, geleias, sequilhos, entre outros) e também na venda das sementes despulpadas; e, sociais na melhoria da qualidade de vida e segurança alimentar com o incremento da ingestão de um alimento rico em diversos nutrientes e antocianinas.

Segundo Escobar (2014) a cultura é geralmente compreendida como uma estrutura simbólica de construção contínua, que no contexto da colonialidade e globalização se materializa como um mundo único. Nesta visão de mundo, as novas opções e relações baseadas nas riquezas territoriais perdem espaço ou quando conquistam lugar de destaque, viram mais um produto e se inserem no mercado virando uma comódite, cuja relação é mercantil e determina pela lei de oferta e procura. Nesta concepção de uso massivo do recurso, como observamos no caso do palmito, impulsiona a pressão sobre os sistemas naturais e culturais, onde os detentores de capital começam a vislumbrar o lucro, a investir e utilizar os povos da floresta como força de trabalho. A população que vê suas opções e modos de vida restringidos por uma série de aparatos e ordenamento territorial, passa a valorizar a venda de trabalho e de suas riquezas naturais por passarem a ter algum tipo de poder de compra, melhorando as condições de vida, configurando uma relação assimétrica e promovendo um novo ciclo de injustiças socioambientais.

Neste contexto, destacamos que as experiências de produção da polpa de juçara evidenciadas neste trabalho são em sua totalidade experiências de pequenos produtores. Desta forma para pensarmos na superação dos desafios da sua cadeia de valor, necessitamos reconhecer e fortalecer as lógicas comunitárias, a

intersetorialidade e a relação processual, onde a construção da cultura é entendida como diferença radical, concepção emergente, que conforme aponta Escobar (2014) é baseada no questionamento dos dualismos que constituem as formas dominantes de modernidade e, que se fundamenta na concepção de um “pluriverso” (vários mundos), que são capazes de reconhecer a sociobiodiversidade valorizando os diferentes territórios na construção de novas relações socioambientais mais sustentáveis.

Clarificar estas diferenças pode contribuir para um novo tipo de ética nas políticas e práticas mais significativas. A crença de um mundo único, subjaz a toda a realidade, permitindo que esta concepção de mundo seja tida como natural e se expanda a todos os espaços sacionaturais (ESCOBAR, 2014). Esta crença negligencia os processos e lutas pelo direito ao território dos povos e, sua capacidade de construir e conectar saberes, reconfigurando relações. O desenvolvimento como perspectiva crítica envolve uma outra apropriação da cultura (como elemento radical), que considera que existe uma diferença epistêmica e que existem lógicas comunitárias e diferentes saberes e apropriações entre os atores que muitas vezes não são reconhecidas.

Os valores e práticas dos povos originários tem muito a acrescentar no equacionamento da sociobiodiversidade, Krenak (2015) e Kopenawa (2015) mostram uma nova fase da interlocução entre índios e não índios no Brasil, em que, pela primeira vez temos a cosmovisão dos povos indígenas dirigido aos brancos, evidenciando seu processo de relação com a da natureza onde mostram que os povos originários se veem como parte dela. Construir o bem viver conforme aponta Acosta (2016), passa por resgatar a matriz comunitária dos povos originários.

Um dos desafios para a produção e comercialização da polpa de juçara, é pensar nesse elemento, para além de um recurso apenas na geração de renda, mas ver essa ação de forma sistêmica envolvendo o desenvolvimento do homem e a valorização da Mata Atlântica (nova ecologia), e a partir disso, pensar em políticas de fomento de desenvolvimento que esteja pautado na valorização das pessoas e seus lugares, em favor da natureza.

A visão sistêmica da planta, o diálogo continuado entre atores, buscando superar os desafios e aumentar as potencialidades de novas relações com o fruto da juçara, são imprescindíveis para o estabelecimento desta produção no litoral do Paraná. A perspectiva territorial nos apresenta a compreensão de que o ambiente é palco de

diversos tipos de apropriação, tensão e jogos de poder e influências históricas, e por este motivo, observamos a necessidade de refundar as relações do Estado por meio de suas instituições (democracia deliberativa), para que ele não seja mais um Estado dual, que hora promove e hora oprime o ambiente e as comunidades (FERREIRA, 2010; FERREIRA et al, 2011; TIEPOLO 2015).

As ações desenvolvidas na própria comunidade e com jovens (espaços não formais de educação), como nas universidades e outras instituições de ensino, sejam elas a UFPR, UEPG, UNESPAR ou IFPR, demonstram o desejo na promoção de aprendizagens coletivas e colaborativas acerca da despolpa do fruto. Esses espaços, como os encontrados na pesquisa, são potencialidades para o início da organização socioterritorial. No entanto, é necessário seguir dialogando com os atores interessados em desenvolver estas atividades, visando, entre outras coisas, superar um dos principais desafios desta produção, que pode ser resumida na necessidade de estruturação na cadeia de valor, uma palavra simples, mas que remonta a série de elementos para se construir o desenvolvimento territorial sustentável exposto anteriormente.

A partir dessa relação dialética, precisamos abrir mão das velhas institucionalidades e ceder espaço para novas formas de conceber e atuar no território, a partir do movimento de base, o qual envolve a participação de atores em instâncias de democracia deliberativas, em uma relação que de fato reconheça e dialogue com a realidade e suas demandas (SCOONES, 1999), sem esquecer que o primeiro passo é estabelecer condições de confiança e reciprocidade, conforme abordado por Bebbington (2005), abandonando a lógica de projetos prontos e/ou pontuais no processo de fortalecimento de atores.

Desta maneira além do reconhecimento que a produção da polpa de juçara é uma produção viável na Mata Atlântica, o fomento a esta produção pode ser um dos elementos de implementação do desenvolvimento territorial sustentável.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão oportunizada por esta pesquisa exploratória demonstrou que as tribos indígenas que ocuparam o território do litoral do Paraná apresentavam em seus hábitos alimentares o uso fruto da palmeira juçara e esta planta representava papel de destaque na cosmovisão Mbya. No entanto, ao longo de vários processos seculares, esta prática foi perdida, ocorrendo uma exploração intensa do seu palmito, principalmente a partir de 1950, para os polos consumidores de grandes centros urbanos. Esta exploração afetou a dinâmica das populações locais e as décadas seguintes foram marcadas pelo surgimento de vários instrumentos de controle que promoveram entre outros a marginalização desta prática cultural.

Uma série de instrumentos incorporados na república brasileira promoveram a ordenação do território do litoral do Paraná em um mosaico de unidades de conservação. Destaca-se que, tanto o estabelecimento destas políticas quanto o leque de ações de desenvolvimento, não foram capazes de promover a melhoria socioambiental do território.

O retorno as práticas de produção da polpa de juçara, iniciou-se através da troca de saberes com produtores rurais no bairro do Cachoeira, município de Antonina. O início desta produção é marcado simbolicamente pela participação social, através da troca de conhecimento entre uma migrante paraense e os associados da ASPRAN, associação que apresenta o maior nível de organização produtiva sobre esta produção no litoral do Paraná. Destaca-se que seus membros reconhecem a importância dos diálogos envolvendo a associação, o IAPAR, a UEPG e outros parceiros por meio de vários projetos envolvendo estes atores por quase uma década.

Foi possível constatar um conjunto de iniciativas de produção, sendo o município que apresenta o maior número de UDs é o município de Morretes, seguido pelo município de Antonina, destacando-se entre as iniciativas diversas práticas de adaptação aos desafios de utilização do fruto de juçara, com resgate cultural recente de seu uso alimentar e de uma cadeia de valor que ainda está se estruturando territorialmente.

No tocante as instituições envolvidas no fomento ao uso do fruto da juçara, foram encontradas diversas atividades, tanto no âmbito da pesquisa como da educação e da extensão para sensibilização da prática de despolpa, como de

geração de tecnologias para a produção comercial. Estas instituições divulgavam a exploração do fruto, principalmente, a partir da articulação de atores governamentais e não governamentais, como ASPRAN, IAPAR, UEPG, UFPR, EMBRAPA Florestas, RBMA e Coletivo Juçara, que mobilizaram ações para produção. Encontramos também outras instituições, tanto privadas como públicas, que financiaram diversos projetos acerca do tema. No entanto, vários desafios relacionados a estruturação da cadeia produtiva e formalização da produção da polpa de juçara persistem no quadro geral.

Existe, mesmo entre as instituições, significativa confusão quanto a possibilidade de exploração legalizada do fruto da juçara. Consta-se que essas instituições quase não dialogam, e por se tratar de uma produção que está se estruturando, esta lacuna e falta de parceria continuada, representa um problema para a valorização do uso do fruto. Foi possível perceber também que o conjunto de Unidades de Despulpagem existentes e descritas neste trabalho não são conhecidas em seu conjunto pelos atores da área ambiental e mesmo os incentivadores do uso do fruto da juçara, ou seja, sem conhecer a realidade dos que estão produzindo, como, que os projetos poderão ir ao encontro da necessidade dos produtores?

Em relação a forma de coleta e produção, constatou-se que a maior parte dos produtores (90%) realiza a coleta do fruto a partir do extrativismo em quintais agroflorestais próprios ou de vizinhos, a ASPRAN é a única UD que realiza a compra do fruto. As UDs produzem a polpa de juçara de maneira artesanal, 20% de forma manual e 80% com o auxílio de máquinas e todas apresentam dificuldades de atender aos parâmetros da legislação para adequação da unidade de processamento para o processamento de polpas.

A partir dos indícios levantados neste estudo, consideramos que esta exploração é viável no território do litoral e encontra-se em expansão com a identificação de duas unidades que iniciaram o teste de produção em 2016 e mais duas unidades que buscam se estruturar para trabalhar com a produção comercial do fruto da palmeira juçara nos próximos anos.

A discussão, a partir da visão decolonialista, proposta neste trabalho, teve o objetivo de apresentar uma visão crítica acerca da importação de modelos de desenvolvimento exógenos ao território, sendo que a melhoria socioambiental depende do diálogo, participação e envolvimento dos atores e valorização dos ensinamentos e da cosmovisão autóctone. Desta maneira, a socioeconomia dos

territórios rurais passa pelo reconhecimento de vínculos de confiança e reciprocidade entre atores, da valorização do saber local e diálogo. Sendo imprescindível que as instituições e políticas mais que orientar ações, visem construir caminhos possíveis que promovam processos de aprendizagem coletivas e não a dependência do caminho ou importação de modelos.

Para estruturar a cadeia precisamos preliminarmente dialogar e conectar os atores (refundar talvez o Estado por meio de novas práticas institucionais e princípios em função das maiorias, para atuar com instituições em uma democracia deliberativa), para que todos se envolvam no processo de construção e efetivação de políticas e extensão que considerem as necessidades do lugar e o lugar da natureza. Esperamos que o esforço realizado neste trabalho possa auxiliar de alguma maneira o fortalecimento destas UD's, o conhecimento de outras UD's que não foram possíveis de se encontrar no percurso desta investigação, e a construção de uma agenda de fortalecimento para produtos da sociobiodiversidade.

Destaca-se a necessidade de aprofundamentos de estudos envolvendo 1) o manejo tradicional da juçara pelos caiçaras, associado a teoria de florestas culturais, considerando a visão decolonialista para além da relação ou pressão mercadológica; 2) os valores simbólicos recentes (cosmovisão) entre os diversos grupos de habitantes da Mata Atlântica sobre esta espécie; 3) os conflitos e divergências de percepção envolvidos na burocracia de obtenção da licença para a exploração da polpa pelo pequeno produtor; 4) reconhecimento e conexão entre os atuais produtores visando estabelecer uma rede de apoio mútuo.

Adicionalmente elenca-se uma série de outras pesquisas e ações de extensão que se forem orientadas a partir de nossa realidade, podem contribuir para melhoria da qualidade socioambiental, são eles:

- Ciência ambiental: avaliação da capacidade de renovação do recurso na natureza em virtude da recomposição de sementes despulpadas e como isso contribui para o aumento da resiliência socioambiental; multifuncionalidade da agricultura familiar e o potencial de exploração do fruto da juçara, etnoconhecimento associado a palmeira juçara no litoral do paraná, histórico de saberes e relações de diferentes comunidades com a palmeira; levantamento e divulgação dos saberes e sabores das receitas elaboradas com o fruto da palmeira juçara no

litoral do Paraná; avaliação de rendimento da produção dos frutos em sistemas agroflorestais do litoral do Paraná e/ou cultivo em consórcios; importância da juçara para meliponicultura, Pesquisa acerca dos produtores rurais e suas relações não comerciais com o fruto da palmeira, já que nessa pesquisa muitos produtores realizam a despolpa para presentear amigos e vizinhos.

- Organização de produtores e agroindústria artesanal e familiar: tecnologias sociais, questionamento aos sistemas de criação de indústrias agroalimentares no meio rural, requisitos para certificação coletiva; conexão com redes de comércio consolidadas como a rede ECOVIDA; fomento de redes de comercialização locais à exemplo da Motirõ; formalização de cooperativismo e associativismo; fortalecimento dos produtores para aquisição de alimentos oriundos no PNAE; avaliação de linhas de crédito e outras fontes de financiamento para adequação de unidades de despolpa de acordo com a legislação; difusão de conhecimentos sobre técnicas de colheita e boas práticas de processamento. Diálogo e alternativas ao desenvolvimento da produção e comercialização da polpa de juçara que considere as dificuldades de atender aos parâmetros da legislação para adequação da unidade de processamento e que se alterem as normas vigentes.
- Produção do fruto: genética de populações (identificação e descrição dos diferentes tipos descritos pelos produtores e características dos frutos); avaliação de potencial de produção de frutos de juçara em quintais agroflorestais; identificação, através de sensoriamento remoto de juçarais no litoral do Paraná; avaliação de frutos doentes com antracnose e outros tipos de infestações; determinação da competição existente pelo uso do fruto e uso de animais silvestres; sazonalidade e períodos de frutificação (determinar a produção dos frutos em diferentes altitudes e épocas do ano); avaliação do sistema fitossociológico da palmeira juçara.

- Comercialização e marketing: marketing para produção; divulgação dos produtos elaborados com o fruto de juçara.
- Estruturação da cadeia de valor: plano de negócios para as unidades de despolpa; avaliação de viabilidade, retorno de investimento e valor agregado dos diferentes produtos a partir da polpa de juçara; bioprospecção do fruto da palmeira juçara.



## 6. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Muito além da economia verde. São Paulo: Editora Abril, 2012.
- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma agrária**, v. 28, n. 1, p. 2, 1998.
- ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Rev. Antropol.** vol.43, n.1, pp.145-182, 2000
- ADAMS, C. Identidade Caiçara: exclusão histórica e sócio-ambiental. In: Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia. Recife: **Sociedade Brasileira de Etnobiologia e etnoecologia**. 2002.
- ALANO, E. R. C. Espaço rural e suas possibilidades empreendedoras: o Assentamento Nhundiaquara no Litoral Paranaense. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
- ALVAR, J.; ALVAR, J. Guaraqueçaba mar e mato. Curitiba: UFPR, 1979
- AMADEU, J. Minha história, minha vida. No prelo.
- AMARAL, M. M. Construção de indicadores de sustentabilidade da juçara (*Euterpe edulis*). **Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica**. Série Mercado Mata Atlântica - nº 46 - São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2017.
- ANDRADE, J. C. P. **Manejo Florestal no Estado do Espírito Santo**: o Cultivo da Palmeira Juçara (*Euterpe edulis*) como Alternativa Econômica e Ambiental. 79 p. Concurso de Monografia - III Prêmio Serviço Florestal Brasileiro em Estudos de Economia e Mercado Florestal. Brasil, 2015. Disponível em: [goo.gl/E5PkPP](http://goo.gl/E5PkPP). Acesso em: Maio de 2016.
- ANDRIGUETTO FILHO, J. M.; MARCHIORO, N. P. X. Diagnóstico e problemática para a pesquisa. In: RAYNAUT, C. (ed.). **Desenvolvimento e meio ambiente**: em busca da interdisciplinaridade. Editora da UFPR. Curitiba. 2002.
- BARBOSA, L. N. de H. & DRUMMOND, J. A. Os direitos da natureza numa sociedade relacional: reflexões sobre uma nova ética ambiental. **Estudos Históricos**, v. 7, nº 14, p. 265-289, Jan/Jun. 1994.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Edições 70. Lisboa, 2002.
- BARROSO, R. M. **Aspectos etnobotânicos e etnoecológicos da palmeira juçara (*Euterpe edulis* Martius) e a produção de frutos e polpa em quintais de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, SP**. 141 f. Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Biologia Vegetal, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

BARROSO, R. M.; REIS, A; HANAZAKI, N. Etnoecologia e etnobotânica da palmeira juçara (*Euterpe edulis* Martius) em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo. **Acta botanica brasílica**, v. 24, n. 2, p. 518-528, 2010.

BEBBINGTON, A. **Estratégias de vida y estratégias de intervención: el capital social y los programas de superación de la pobreza**. CEPAL. Santiago do Chile: ed. Arraigada, 2005.

BELCHER, B.; RUIZ-PÉREZ, M.; ACHDIAWAN, R. Global patterns and trends in the use and management of NTFPs: implications for livelihoods and conservation. **World Development**, v.33, n.9, p.1435-1452, 2005.

BERSUSAN, N. ICMS ecológico: um incentivo para a conservação da biodiversidade. In: BENSUSAN, N. (org.) *Seria melhor mandar ladrilhar? Como, para que e porquê*. 2 ed. São Paulo: Peirópolis; Brasília, Distrito Federal: Editora Universidade de Brasília, 2008.

BIASSIO, A. **Agrobiodiversidade em escala familiar nos municípios de antonina e morretes (PR): base para a sustentabilidade socioeconômica e ambiental**. 100 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) - Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

BICUDO, M. O. P. **Composição fenólica, atividade antioxidante e microencapsulação de frutos de juçara (*Euterpe edulis*): aspectos de interesse para a indústria de alimentos**. 146 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Alimentos) –Programa de Pós Graduação em Engenharia de Alimentos, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

BIGARELLA, J. J. **A serra do mar e a porção oriental do Estado do Paraná: um problema de segurança ambiental e nacional; contribuições à geografia, geologia e ecologia regional**. Curitiba: SEPL/ADEA, 1978. 248p.

BIGARELLA, J. J. **Matinho: Homem e Terra Reminiscências**. Curitiba: FCC, 2009. 3ª. Ed

BOFF, L. **A águia e a galinha: a metáfora da condição humana**. 40 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BOVI, M. L; CARDOSO, M. Germinação de sementes de palmito (*Euterpe edulis* Mart.). **Bragantia**, 1975, vol.34, n.único, pp.XXIX-XXXIV.

BOVI, M. L. Pré-embebição em água e porcentagem e velocidade de emergência de sementes de palmito. **Bragantia**, 1990, vol.49, no.1, p.11-22

BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Territorial - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Brasília - DF: SÉrie Documentos Institucionais 02-2005, 2005. 30 p.

BRASIL - Decreto Federal nº 6.660/2008. Regulamenta dispositivos da Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. **Legislação Federal**, Brasília, DF, 2008.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6660.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6660.htm). Acesso em: 26/01/2016.

BRASIL. Decreto Federal n. 99547/1990 Dispõe sobre a vedação do corte, e da respectiva exploração, da vegetação nativa da Mata Atlântica, e dá outras providências. Planalto Governo Federal. **Legislação Federal**, Brasília, DF, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99547.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99547.htm). Acesso em: 03/10/2015.

BRASIL. Ministério Da Agricultura e Do Abastecimento. Instrução Normativa nº01 de 07/01/2000. Estabelece os padrões de identidade e as características mínimas de qualidade gerais a que deverá observar o produto "polpa de fruta", destinado ao consumo como bebida. **Legislação Federal**, Brasília, DF, 2000. Disponível em: [http://www.redejuca.org.br/legislacao/IN01\\_00MAPA\\_RegTecGeral\\_PiQ\\_Po-lpaFruta.pdf](http://www.redejuca.org.br/legislacao/IN01_00MAPA_RegTecGeral_PiQ_Po-lpaFruta.pdf) Acesso em: 03/10/2015.

BRASIL. Ministério Da Agricultura e Do Abastecimento. Portaria nº 58 de 30 de agosto de 2016. Apresenta a consulta pública para os padrões de identidade e as características mínimas de qualidade gerais a que deverá observar o produto "polpa de fruta", destinado ao consumo como bebida. **D.O.U.**, seção 01 nº 169. Disponível em: [http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/participacao-social/consultas-publicas/documentos/01\\_09-secao-1-portaria-58.pdf](http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/participacao-social/consultas-publicas/documentos/01_09-secao-1-portaria-58.pdf). Acesso em: 07/03/2016.

BRASIL. Ministério Da Agricultura e Do Abastecimento. Instrução Normativa Nº 5, DE 31 DE MARÇO DE 200. Aprova o Regulamento Técnico para a fabricação de bebidas e vinagres, inclusive vinhos e derivados da uva e do vinho, dirigido aos estabelecimentos que especifica. **D.O.U.**, 05/04/2000, Seção 1, Página 10. Disponível em: <http://extranet.agricultura.gov.br/sislegisconsulta/consultarLegislacao.do?opera-cao=visualizar&id=3375> Acesso em: 07/03/2016.

BRASIL. Ministério Da Agricultura e Do Abastecimento. Instrução Normativa Nº nº 32 de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre exercício da fiscalização de bebidas, fermentados acéticos, vinhos e derivados da uva e do vinho e de suas matérias primas. **D.O.U.** 05/11/2010, Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelinck.php?numlink=215512>. Acesso em: 07/03/2016.

BRASIL. Ministério Da Agricultura e Do Abastecimento. Instrução Normativa Nº 17, DE 23 de Junho de 2015. Dispõe sobre os requisitos e procedimentos administrativos para registro de estabelecimento e produto. **Legislação Federal**. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_img\\_21/INSTRU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20N%C2%BA%2017.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_21/INSTRU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20N%C2%BA%2017.pdf). Acesso em: 07/03/2016

BRASIL – Resolução conjunta IBAMA/SEMA-PR Nº001 DE 31 de maio de 2005. Disponível em: **Legislação Federal**, Brasília, DF, 2005 [http://www.redejuca.org.br/legislacao/PR\\_resolu-cao\\_1\\_2005\\_IBAMA\\_SEMA.pdf](http://www.redejuca.org.br/legislacao/PR_resolu-cao_1_2005_IBAMA_SEMA.pdf). Acesso em: 26/01/2016.

BRASIL – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. **Legislação Federal**, Brasília, DF, 2006 Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/cciv-il\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm](http://www.planalto.gov.br/cciv-il_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm). Acesso em: 26/01/2016.

BRASIL – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. INSTRUÇÃO NORMATIVA N 06/2008 Apresenta a lista oficial de espécies consideradas ameaçadas de extinção bem como as restrições prevista na legislação em vigor. **Legislação Federal**, Brasília, DF, 2008. Disponível em: [http://www.ibama.gov.br/phocadownload/category/47-?download=999%3A\\_06-2008.p](http://www.ibama.gov.br/phocadownload/category/47-?download=999%3A_06-2008.p) Acesso em: 15/03/2016.

BRASIL – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. Portaria nº 443 de 2014. Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção Lista. **Legislação Federal**, Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/12/2014&jornal=1&pagina=111&totalArquivos=144> Acesso em: 26/01/2016.

CALLEGARI, P. **Extração da polpa de açaí a partir dos frutos do palmitero (*Euterpe edulis* Martius) na Mata Atlântica**. 40 f. Trabalho de graduação (Bacharelado em agronomia) - Centro de ciências agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

CAMINHA, P. V. **A carta de Caminha**: Carta de Pero Vaz de Caminha a El Rei D. Manuel. 1500. Ministério da Cultura - Fundação Biblioteca Nacional - Departamento Nacional do Livro. disponível em: [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf). Acesso em: 01 de outubro de 2016.

CARVALHO, N. da C; FAGUNDES, N. J. R. Filogeografia do Palmitero (*Euterpe edulis*) na Mata Atlântica Brasileira. **Salão de Iniciação Científica** out. 21-25: UFRGS, Porto Alegre, RS. 2013.

CASCUDO, L.C. **História da Alimentação no Brasil**. 4ed. São Paulo: Global, 2011.

CASCUDO, L. C. **Dicionário do folclore brasileiro**. 12 ed. São Paulo: Global, 2012

CASTRO, V. Prefácio, 2015. In: KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A Queda do Céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CHAIMSOHN, F. P. et al. Produção de Polpa de Frutos de Juçara (*Euterpe edulis* Mart.) no Litoral do PR: Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento. **REVISTA BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA**, v. 4, n. 2, dez. 2009.

CHAIMSOHN, F. P.; CHIQUETTO, N. C. Construção do marco legal para a produção de açaí de juçara: contribuições da “oficina interestadual sobre legislação, comercialização e marketing para exploração de frutos da palmeira juçara”. **Revista conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 9 n. 2 - jul./dez. 2013.

CHAIMSOHN, F. P.; CHIQUETTO, N.C.; FLIZIKOWSKI, G.; DURIGAN, M. E.; GOMES, E.P; MACHADO, N.C.; MILLEO, R.D.S.; TREITNY, M. R. Produção de polpa de frutos de juçara (*Euterpe edulis* Mart.) no Litoral do PR: projeto de pesquisa e desenvolvimento. In: Congresso Brasileiro de Agroecologia, Congresso Latino-Americano de Agroecologia, 2., 2009, Curitiba - PR, **Anais Congresso Brasileiro de Agroecologia, Congresso Latino-Americano de Agroecologia**, Campinas - SP, 2009. p. 194-196.

CLEMENTS C. R. Manejo sustentável do Palmiteiro. In: Reis M. S.; REIS, A. ***Euterpe edulis Martius (palmiteiro)***: biologia, conservação e manejo. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues,. 2000.

CNCFLORA - Centro Nacional de Conservação da Flora. **Avaliação de risco de extinção *Euterpe edulis Mart***. Disponível em: <http://cncflora.jbrj.gov.br/portal/pt-br/profile/Euterpe%20edulis> Acesso em: 15/02/2016

COATI, A. P. **Identidade, inclusão social e ambiental**: a utilização da polpa da juçara (*Euterpe edulis*), em Taiaçupeba Mogi das cruces – SP. 174 f. Tese (Doutorado) - Centro de Energia Nuclear na Agricultura. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CORSO, N. M. **O agronegócio do palmito no Paraná** – situação atual e perspectivas. 150 f. Dissertação (mestrado) – Setor de Ciências agrárias. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

DA LUZ, R.S.S. **Relatório de encerramento da festa da Juçara 2013**. Matinhos: UFPR Litoral, 2013. Relatório técnico.

DALLABRIDA, V. R. A dimensão intangível do desenvolvimento: algumas reflexões preliminares. IN: BAQUERO, M. **Capital social, teoria e prática**. Ijuí-2006.

DALLAZEN, C. L.; Santos, J. C. Meio Ambiente: O planeta pede socorro. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, Cascavel, v. 7, n. 13, 2007.

DEAN, W. **A ferro e a fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEBRET, J. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. Tradução e notas de Sérgio Milliet / apresentação de M. G. Ferri. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. Tomo I, volumes I e II.

DENARDIN,V. F.; LOUREIRO, W.; SULZBACH, M. T. Distribuição de benefícios ecossistêmicos: o caso do ICMS ecológico no litoral paranaense. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, p. 184 - 198, mai/ago. 2008.

DESCHAMPS, M.; KLEINKE, M. L. U.; MOURA, R. Afinal, o que induz o crescimento das aglomerações litorâneas? In: **Anais Encontro Nacional De Estudos Populacionais**, XII, 2000, Caxambu.

DIEGUES, A. C. et al. Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras, **NUPAUB-USP**, Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, n. 5. Fevereiro, São Paulo, 1988.

DIEGUES, A. C. **Ecologia Humana e planejamento costeiro**. 2 ed. NUPAUB, 2001.

DIEGUES, A. C et. al. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. MMA; COBIO; NUPAUB, 1999. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/750/2/>

Biodiversidade%20e%20comunidades%20tradicionais%20no%20Brasil.pdf Acesso em: 05 de Abril de 2016.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994 (Série documentos de pesquisa, n.1).

DIENER, P.; COSTA, M. F. **Um Brasil para Martius**. Rio de Janeiro: Miguel de Cervantes, 2012.

DRAGON, R. Orçamento de Temer corta verba para reforma agrária. **Folha de São Paulo**, São Paulo 01 de nov. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/10/1818845-orcamento-de-temer-corta-verba-para-reforma-agraria.shtml> Acesso em: 15/01/2017

ESCOBAR, A. Poder e Visibilidade: Desenvolvimento e da invenção e Gestão do Terceiro Mundo. **Cultural Anthropology**, vol. 3, no. 4. 1988.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. In Langer, E. (org): A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. **Colección Sur Sur**, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005. pp.133-168.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra**: Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014

ESTADES, N. P. O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. V. 8, p. 25-41. 2003.

ESTADES, N. P.; SOUZA, M. C.; KIM, M. K. . A ocupação do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. v. 13, p. 137-167, 2006.

ESTEVES, N. S.; HOFFMANN-HOROCHOVSKI, M. T.; CAMARGO, A. Jiçara: frutos de resiliência em Guaraqueçaba (PR). **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 5, n. 3, p. 39-53, 2016.

FANELLI, L. A. et al. Incentivos e impedimentos na conservação de *Euterpe edulis* Mart. em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 7, n. 2, p. 51-62, 2012.

FARIAS, M. **Reinventando a relação humano - *Euterpe edulis***: do palmito ao açai. 85 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Setor de agronomia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

FAVARETO, A. Tendências Contemporâneas dos Estudos e Políticas sobre o Desenvolvimento Territorial. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil Avanços e Desafios**. Brasília: IICA, 2010. p. 15-46.

FERREIRA, M. R. **Comunidades rurais de Guaratuba-Paraná**: os limites e as possibilidades da opção extrativista como meio de vida no contexto do

desenvolvimento rural sustentável. 220 f. Tese (Doutorado em Agronomia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

FERREIRA, M. R.; NEGRELLE, R. R. B.; ZANATTA, R. A. F. **Terra inválida, gente invisível**: o caso das comunidades rurais extrativistas do litoral paranaense. In: DENARDIN, V. F.; ABRAHÃO, C. M. de S.; QUADROS, D. A. (Orgs.). Litoral do Paraná: reflexões e interações. Matinhos: Editora UFPR Litoral, 2011.

FERREIRA, T. I. L. **Quantificação de antocianinas no fruto, polpa e produto processado da juçara (*Euterpe edulis Martius*)**. 65 f. Graduação - Engenharia de Alimentos. Departamento de Engenharia Mecânica, Universidade de Taubaté, 2013.

FERREIRA, F.L.V. **Azambuja e Urussanga**: memória sobre a fundação, pelo engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, de uma colônia de imigrantes italianos em Santa Catarina. Orleans: Gráfica do Lelo Ltda, 2001.

FERREIRA, J. C. V. **Municípios paranaenses origens e significados de seus nomes**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

FIGUEIREDO, C. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1899.

FILHO, J. L. V. da S. **Análise econômica da produção e transformação em ARPP, dos frutos de Eterpe Edulis Martius em Açaí no Município de Garuva estado de Santa Catarina**. 77 f. Dissertação (Mestrado em agroecossistemas) - Centro de ciências agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FURLAN, S. A. Florestas culturais: manejo sociocultural, territorialidades e sustentabilidade. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 3, p. 3-15, Dezembro, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/85>>. Acesso em: 20 janeiro, 2017.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Teoria política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, C. Os desafios da nova geração. **Jornal dos economistas**, nº 179, junho de 2004, p. 3-4. Disponível em [[http://www.coreconrj.org.br/pdf/je\\_jun20-04.pdf](http://www.coreconrj.org.br/pdf/je_jun20-04.pdf)]. Acesso em: 09/04/2015

GADREY, J. & JANY-CATRICE, F. **Os Novos Indicadores de Riqueza**. São Paulo: Editora Senac, 2006.

GALETTI, M; ALEIXO, A. Effects of palm heart harvesting on avian frugivores in the Atlantic rain forest of Brasil. **Journal of applied Ecology**, Oxford, v.35, p. 286-293. 1998. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1046/j.1365266-4.1998-00294.x/epdf>. Acesso em: 06/08/2015

GARBIN, V.P. **Análise da atividade antimicrobiana dos extratos dos frutos, óleos das sementes e fungos isolados da palmeira juçara (*Euterpe edulis Martius* 1824)**. 86 f. Dissertação (Mestrado em Microbiologia), Departamento de Patologia Básica, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecology, The ecology of sustainable food systems**. 2. ed. Santa Cruz: CRC Pres, 1998.

GODOY, G. M.; LEANDRO, R. S. O Projeto de Reflorestamento da Palmeira Juçara (*Euterpe edulis*) na Mata Atlântica. **Pesquisa em Debate**, ano II, n. 2 • jan-jun 2005.

GONSALVES, P. E. **Livro dos alimentos**. MG Editores, 2002. 2 ed.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2007.

HENDERSON, A.. The genus *Euterpe* in Brazil. In: REIS, M. S.; REIS, A. (org.) ***Euterpe edulis Martius – (Palmitero) biologia, conservação e manejo***. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 2000.

HOMMA, A. K. Os biopiratas, inventores e desbravadores que mudaram a agricultura na Amazônia. **Revista Científica do Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia - NUPEPA/UFRR**. Vol. 04, nº1, 2016

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades dados censitários**. 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=410690>>. Acesso em: 04 abril 2016.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. Semeando sustentabilidade: A juçara e as comunidades quilombolas no Vale do Ribeira.:São Paulo, abril de 2010. 1 **Cartaz**, color. Disponível em: [https://site-antigo.socioambiental.org/banco\\_imagens/pdf-s/10357.pdf](https://site-antigo.socioambiental.org/banco_imagens/pdf-s/10357.pdf) Acesso em: 04 abril 2016.

JEAN, B. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais. In: Vieira, P. F. et al. **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. APED: Secco, 2010.

KRENAK, A. **Ailton Krenak**. Rio de Janeiro: Azougue, Coleção Encontros, 2015.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LADEIRA, M., I. Necessidade de novas políticas para o reconhecimento do território Guaraní. In: **49º Congresso internacional de americanistas**. Simpósio: Políticas Públicas e Território étnicos, Quito-Ecuador, 1997. 24p.

LADEIRA, M. I. **O Caminhar Sob a Luz: Território Mbya À Beira Do Oceano**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2007.



LANG, M. Alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, G.; LANG, M. FILHO, J. P. (orgs). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

LEAL, C. T. Conselho do Litoral: Gestão democrática do espaço costeiro. **Revista Paranaense de desenvolvimento**. n. 99, 2000. p. 83-95.

LOURENÇO, A. P. N. ; MATTZO, G. O. ; FELISBINO, N.J ; COSTA, H.L . Uma reflexão sobre os conflitos socioambientais em áreas de proteção ambiental: o caso de Guaraqueçaba-PR. In: **XX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 2012, Uberlândia.

MAC FADDEN, J. A **produção de açaí a partir do processamento dos frutos do palmitero (*Euterpe edulis Martius*) na Mata Atlântica**. 100 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de ciências agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

MAGNANI, J. G. O velho e bom caderno de campo. **Revista Sexta Feira**, n. 1, p. 8-12, mai. 1997.

MARINHO, A. M. **Conflitos e possíveis diálogos entre unidades de conservação e população camponesa**: uma análise do parque estadual de Intervalos e o bairro do Guapiruvu (Vale do Ribeira/SP). 105 f. Dissertação (Geografia física) departamento de geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006

MARX, K. **O capital**: crítica da ecologia política. Vol 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985

MCCORMICK. J. **Rumo ao paraíso**: A história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992

MEADOWS, et al. **Limites do crescimento**. São Paulo: Perspectiva, 2 ed. 1978

MEDAGLIA, V. R. **Filosofia do Meio Ambiente e Gestão Compartilhada da Biodiversidade da Mata Atlântica**: debates públicos sobre a coleta de frutos da palmeira-juçara no Rio Grande do Sul. 287 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Revista Ambiente e sociedade**, Campinas , v. 9, n. 1, p. 41-64, 2006.

MEDEIROS, R.; IRVING, M.; GARAY, I. A Proteção da Natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, nº V, ano VI, no. 9, p. 83-93, 2004.

MELATTI, J. C. **Índios do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2007.

MELO, P. P. **Contribuição indígena à fala norte-rio-grandense**. Imprensa universitária, 1971.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (org) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo – Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992.

MIGNOLO, W. La opcion decolonial: desprendimiento y apertura. Um manifesto y un caso. **Tabula Rasa**, n.8, 2008 p. 243-282

MOONEN, F. **Pindorama conquistada: repensando a questão indígena no Brasil**. Editora Alternativa, 1983.

MOREIRA, A. D. **Mensuração da palmeira juçara (*Euterpe edulis* Mart.) como subsídio para o manejo da produção de frutos**. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa: Recursos Florestais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MOSIMANN, R. M.; REIS, A. Frutos nativos da Ilha de Santa Catarina, Florianópolis. **INSULA Revista de Botânica**, p. 29, 1975.

MOURÃO, F. **Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo - Um estudo de sociologia diferencial**. 136 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e história, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1971.

OLIVEIRA, D.; LEWIN, M. A memória primordial do descobrimento do Brasil: análise dos manuais brasileiros de história. **Psicologia**, v. 17, n. 2, p. 301-319, 2014.

PARANÁ (Estado). SEMA - Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Resolução nº 19, de 26 de março de 2010. Estabelece normas e procedimentos para a proteção e utilização do PALMITO, *Euterpe edulis* Martinus, no Estado do Paraná. Resolução Nº 019/2010 - Sema. **Legislação do estado do Paraná**, Curitiba – PR, 2010. Disponível em: <[http://www.redejucara.org.br/legislacao/PR\\_resolucao\\_19\\_2010\\_SEMA.pdf](http://www.redejucara.org.br/legislacao/PR_resolucao_19_2010_SEMA.pdf)>. Acesso em: 13 ago. 2015.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 01 e 02, p. 10-22, jan./dez. 2005.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista Saúde Pública**, v. 29, n. 4, p. 318-25, 1995.

PNSHL (Brasil). Parque Saint-Hilaire participa da 2ª Festa da Juçara. **Blog de Notícias do PNSHL**. Matinhos - PR, s/p 03 maio 2013. Disponível em: <<https://parnasainthilairelange.wordpress.com/2013/05/03/parque-saint-hilaire-participa-da-2a-festa-da-jucara/>>. Acesso em: 13 maio 2016.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2010. **A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano**. Disponível em: [http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2010\\_PT\\_Complete\\_reprint.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf). Acesso em: 06/04/2010.

PNUD, IPEA, FJP. **Atlas Brasil 2013** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2013 Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

PUPO, P.S.S. **Manejo de frutos de palmeira juçara (*Euterpe edulis* M.) para a obtenção de polpa e sementes como produtos florestais não madeireiros (PFNM) em Mata Atlântica**. 2007. 68 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

RAMANUSH, N. **Nheengatu-tupi (vocabulário e gramática tupi guarani)**. Editora STS, 109 p., 2000.

RBMA - Rede da Biosfera da Mata Atlântica. **Relatório técnico e apresentação do projeto Desenvolvimento de modelos de SAF da Juçara como estratégia de conservação e de desenvolvimento regional**. Guaraqueçaba – PR: RBMA, 2014. Relatório Técnico.

REDE JUÇARA. **Cartilha da Juçara *Euterpe edulis***: Informações sobre boas práticas de manejo. 2014, 36 f. Disponível em: <http://www.redejucara.org.br> Acesso em: 5 de Julho de 2015 .

REIS, M.S.; CONTE, R.; NODARI, R.O.; FANTINI, A.C.; REIS, A.; MANTOVANI, A.; MARIOT, A. Manejo sustentável e produtividade do palmito (*Euterpe edulis* Martius Arecaceae). In: REIS, M.S.; REIS, A. ***Euterpe edulis* Martius – Biologia, conservação e manejo sustentado**. Itajaí - SC: Herbário Barbosa Rodrigues, 2000. p. 202-224.

REIS, T. **Zoneamento ambiental para a palmeira Juçara com foco na produção de frutos**: potencialidades para agricultura familiar. 128f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de ciências agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

REJU – REDE JUÇARA. **Cartilha da juçara *Euterpe edulis***: informações sobre boas práticas de manejo. 2014 Disponível em: [http://www.coletivocatarase.com.br/downloads/reju/cartilha\\_0.99\\_em\\_baixa.pdf](http://www.coletivocatarase.com.br/downloads/reju/cartilha_0.99_em_baixa.pdf) Acesso em: 30/07/2015

REJU - Rede Juçara. Articulação. **Revista da Rede Juçara**. Volume 3 de 3. Setembro de 2011. Disponível em: [http://www.coletivocatarase.com.br/downloads/reju/revista\\_rede\\_jucara\\_articulaco\\_toda.pdf](http://www.coletivocatarase.com.br/downloads/reju/revista_rede_jucara_articulaco_toda.pdf) Acesso em: 25/07/2015

RELVAS, T. R. S. Análise de cadeia de valor. In: Encontro anual da associação nacional dos programas de pós-graduação em administração, 1996, Angra dos Reis. **Anais do encontro anual da associação nacional dos programas de pós-graduação em administração**. Angra dos Reis, 1996. p. 17-35

RESENDE, R. U. **As regras do jogo**: legislação florestal e desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira. Annablume, 2002.

RIVAS, M.; BARBIERI, R. L.; MAIA, L. C. Plant breeding and in situ utilization of palm trees. **Ciência Rural**, v. 42, n. 2, p. 261-269, 2012.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

RIBEIRO, D. **Os Brasileiros: 1. Teoria do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

ROCHA, A. C. **Cercamentos ambientais: modos de uso dos recursos e conflitos socioambientais no estudo do Paraná**. 173 f. Dissertação (mestrado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

ROGEZ, H. **Açaí: Preparo, Composição e Melhoramento da Conservação**. Belém: EDUFPA, 2000.313p.

ROSETTI, C. F. **Análise econômica da indústria de palmito no estado do Paraná**. Curitiba, 1988. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, 1988

SAAVEDRA, T. A. **Constituintes Polifenólicos e Propriedades Antioxidantes da Polpa do Fruto da Palmeira Juçara (*Euterpe edulis*)**. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Engenharia de Alimentos, Universidade estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SABOURIN, E. P. Evolução da política federal de desenvolvimento territorial no Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18, n. 1, 2015.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, I. Barricadas de ontem, campos de futuro. **Estudos avançados**, São Paulo, vol.24, n.68, pp. 25-38, 2010.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, I. **A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, H. A colonialidade do saber no ensino da história: uma perspectiva póscolonial e intercultural. **Revista eletrônica dos programas de mestrado e doutorado de CES/FEUC/FLUC**, n. 1, p. 3, 2006.

SÃO PAULO (Estado), Secretaria do Meio Ambiente. **Alternativas para o manejo sustentável da palmeira-juçara**. Secretaria do Meio Ambiente/Fundação Florestal, São Paulo, 2008.

SAQUET, M.C. **Abordagens e concepções de território**. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2007

SAQUET, M.C. Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão. In: SAQUET, M.C. (org). **Estudos territoriais na ciências geográfica**. São Paulo: Outras expressões, 2013.

SCHERL, L. M.; et al.. **As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza? Oportunidades e limitações**. IUCN, Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido. 2006.

SCOONES, I. New Ecology and the Social Sciences: What prospects for a fruitful engagement? Annu. **Rev. Anthropol.** n. 28, p, 479-507, 1999.

SCHNEIDER, D. **Violência(s), gênero e território**: mulheres trabalhadoras da segurança pública no litoral paranaense. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de pós graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2015.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SEOANE, C. E. S. **Efeitos da Fragmentação Florestal sobre o Sistema de Reprodução e a Imigração de Sementes em Remanescentes Populacionais de *Euterpe edulis* Martius**. Colombo: Embrapa Florestas, 2007

SILVA, J. **Fundamentos de produção e consumo de frutos em populações naturais de *Euterpe edulis* Martius**. 262 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SILVA, P. P. M. **Conservação da polpa de juçara (*Euterpe edulis*) submetida a radiação gama, pasteurização, liofilização e atomização**. 2013, 257 f. Tese (Doutorado) - Departamento de energia nuclear na agricultura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, S. L. M. Cedraf reconhece Litoral como Território da Cidadania. **Correio do Litoral**. Matinhos - Pr. 29 out. 2014. Disponível em: <<https://correiodolitoral.com/130-00/cedraf-reconhece-litoral-como-territorio-da-cidadania>>. Acesso em: 23 set. 2016.

SOMMER, F. **A vida do botânico Martius: "Pai das Palmeiras"** São Paulo : Edições Melhoramentos, 1953.

SOUZA, G. S. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Hedra, 1587.

STADEN. H. **Duas viagens ao Brasil**: primeiros registros sobre o Brasil. Porto Alegre: L&M Pocket, 2011.

TIEPOLO, L. M. A inquietude da Mata Atlântica: reflexões sobre a política do abandono em uma terra cobiçada. **Revista Guaju**, Matinhos, v.1, n.2, p. 96-109, jul./dez. 2015.

TROIAN, L. C. **Contribuições ao manejo sustentável dos frutos de *Euterpe edulis* Martius**: estrutura populacional, consumo de frutos, variáveis de habitat e conhecimento ecológico local no sul do brasil. 86 f. Dissertação (Mestrado em

ecologia) - Programa de Pós-graduação em Ecologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, 2009.

VALLIN, I. C. **Gênero e Meio Ambiente**: A dupla Jornada de Injustiça Ambiental em uma Cooperativa de Mulheres de Catadoras de Materiais Recicláveis. 2016, 152 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

VIANA, L. P. **De invisíveis a protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume, 2008.

VIEIRA, P. F. Políticas ambientais no Brasil: do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. **Revista Política Sociedade**, Florianópolis, v. 8, n. 14, p. 27-75, 2009.

VINOD, T. et al. **Qualidade do crescimento**. São Paulo: UNESP, 2002

WEBER, C. C.; MARIN, K. A; SANTOS, A. **Relatório plano de marketing Açaí**. Parceirize Consultoria Ltda. Curitiba - Pr: Relatório Técnico Sebrae, 2009. Relatório Técnico.

ZANATTA, R. A. F; FERREIRA, M. R; ZANATTA, O. A.. "Cortar pra Quê?" A Sensibilização de Comunidades Rurais no Entorno das Unidades de Conservação do Litoral Paranaense Sobre a Despolpa do Açaí de Juçara. **Cadernos de Agroecologia**, v. 4, n. 1, 2009.

ZEA, L. **Discurso Sobre a Marginalização e a Barbárie**. Editora Garamond, 2015.

ZEA, L. **Filosofia de la história Americana**. Editora Terra Firme, 1978.

## APÊNDICE 1 – Roteiro para entrevistas com articuladores

### Roteiro de pesquisa instituições: Status da produção e histórico de articulações em torno do fruto da Palmeira Juçara no litoral do Paraná

#### 1.1 Quadro descritivo dos informantes

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_  
 Sexo: \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_  
 Profissão: \_\_\_\_\_ Cidade de residência: \_\_\_\_\_  
 Instituição \_\_\_\_\_  
 Local da Sede que trabalha atualmente \_\_\_\_\_

#### 2.1 Roteiro

1- A quanto tempo trabalha na instituição?

2- A quanto tempo você esteve/está envolvido com ações que incentivam a trabalhar com o fruto da palmeira Juçara?

3- Quais projetos/articulações sua instituição se envolveu relacionado a promoção do trabalho com o fruto da palmeira juçara?

Caso seja possível poderia listar estas ações nas categorias abaixo:

Ano	Instituições envolvidas	Objetivo do projeto	Fonte de Financiamento	Valor do financiamento	Principais resultados alcançados	Produtores

4 – Em relação a promoção do trabalho com o fruto da juçara, poderia descrever, da mais recente para a mais antiga, quais foram as principais atividades que sua instituição desenvolveu? Por quê?

5- Quais foram as **dificuldades/desafios** durante a implementação dos projetos/articulações?

6- Quais foram os fatores **favoráveis/facilitadores** que contribuíram durante a implementação dos projetos/articulações?

7 – Além das instituições já mencionadas, você tem conhecimento de outras instituições que se envolveram com a promoção da produção do fruto da juçara no litoral do Paraná?

8 – Considerando uma perspectiva geral da produção do fruto da Juçara no litoral do Paraná, quais são, na sua opinião os potenciais e desafios desta produção?

9- Você acredita que este mercado é exitoso para o produtor?

11 – Quais são hoje os principais produtores do fruto da juçara no litoral do Paraná?

12 – Você conhece algum produtor que tinha grande potencial de produção, mas que hoje não produz mais? Você sabe dizer por que ele não produz mais?

13 – Nesta temática você poderia indicar outros pesquisadores que estudaram/estudam a produção do fruto da juçara no Litoral do Paraná?



## APÊNDICE 2 – TCLE para articuladores

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa de mestrado intitulada: POTENCIALIDADES E DESAFIOS DA PRODUÇÃO DA POLPA DO FRUTO DA PALMEIRA JUÇARA (*Euterpe edulis* Martius) NO LITORAL DO PARANÁ, desenvolvida sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Marcia Regina Ferreira. A seleção de seu nome para participar da entrevista ocorreu por ser considerado um articulador de importância e estar relacionado à temática da pesquisa.

Nesta pesquisa buscamos compreender como se deu as iniciativas de processamento da polpa do fruto da palmeira juçara no litoral do Paraná. Realizar um diagnóstico de onde se encontram os atuais produtores e, qual a opinião dos atores que trabalham com o incentivo e venda desta produção no litoral do Paraná acerca dos pontos positivos (potencial) e negativos (dificuldade/desafio).

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder uma entrevista de 13 perguntas acerca do histórico pessoal e institucional de incentivo ao processamento do fruto da palmeira juçara, indicações de produtores que trabalham ou trabalharam com o processamento do fruto e perspectivas sobre o status da produção no litoral do Paraná.

Os benefícios relacionados com a sua participação são: a contribuição para os estudos envolvendo a situação atual; as perspectivas acerca dos potenciais e desafios vividos pelos produtores e articuladores que fomentam a produção e a contribuição para o diagnóstico do processamento do fruto da palmeira Juçara no litoral do Paraná.

Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Você receberá uma cópia deste termo, no qual consta o telefone e o endereço da pesquisadora de campo, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

#### DADOS DOS PESQUISADORES

- Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Marcia Regina Ferreira UFPR Litoral / Orientadora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável.
- Pesquisadora de campo: Andreia Cristina da Silva, linha de pesquisa: Socioeconomia e saberes locais – Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável UFPR Litoral. Telefones: (41) 9784-8262 e-mail: andreiacn@usp.br

Matinhos, ..... de ..... de 2016

---

Assinatura pesquisador

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

---

Assinatura participante da pesquisa

## APÊNDICE 3 - Roteiro para entrevista com produtores

### Roteiro de pesquisa produtores: Status da produção e histórico de articulações em torno do fruto da Palmeira Juçara no litoral do Paraná

Nome:  
Sexo:  
Idade:  
Profissão:

#### Relação com o meio

1 - Local que reside?

1.1

Se for no litoral a quanto tempo mora no litoral?

Se for nascido no litoral, qual parentesco mais antigo no litoral (história de migração na família)

Se for migrante de onde vem, e porque escolheu morar no litoral?

Se for de outra cidade, desde quando tem propriedades no litoral?

2. Tamanho da área? Se for organização quantidade de produtores vinculados?

3. Quais principais produtos comercializa?

#### Relação com a planta

4. Chama de Juçara, Jiçara ou outro?

#### Relação com o fruto

5. Como ficou sabendo desta possibilidade?

6. Como chama o fruto?

7. Qual a origem do fruto? (Próprio quintal, vizinhos, agrofloresta, mata...)

1. Plantação ( ), quantidade de pés de Juçara? Forma de cultivo?
2. Extrativismo ( ), qual local?
3. Comercialização ( ), compra de que forma? (fruto para despolar, polpa pronta)  
Compra de quem? (quantidade de produtores vinculados e locais)

8. O que faz com a semente?

**Relação econômica**

9. Quando começou a comercializar a partir do fruto da Juçara?
10. Tem idéia do que ganha com a produção?
11. Se parou de comercializar, qual motivo?
12. Quais foram as dificuldades na produção?
13. Quais foram as dificuldades comercialização?

**Relação institucional**

14. Houve ajuda de algum órgão na produção e/ou comercialização? Se sim como é ou foi este apoio?
15. Qual instituição acredita que poderia auxiliar na produção e ou comercialização da polpa do fruto?

**Projeção e perspectiva de futuro**

16. Na sua opinião quais são os potenciais para produção e comercialização do fruto da Juçara no litoral do Paraná?
17. O que você considera que é necessário para que se fortaleça a produção e comércio da polpa da Juçara no litoral do Paraná?
18. Quais são os desafios atualmente da produção e comercialização?
19. Conhece outras pessoas no litoral do Paraná que trabalham ou trabalharam anteriormente com o fruto da Juçara?
20. Autoriza a divulgação do seu contato para outras pessoas que estejam interessadas em trabalhar com o fruto da palmeira Juçara?  
  
 sim  
 não
21. Autoriza que seu nome, ou nome de sua propriedade e ou instituição seja mencionado no trabalho.  
 sim  
 não

## APÊNDICE 4 – TCLE para produtores

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa de mestrado sobre: **DIAGNÓSTICO DA PRODUÇÃO DA POLPA DO FRUTO DA PALMEIRA *Euterpe edulis* NO LITORAL DO PARANÁ**, desenvolvida sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Marcia Regina Ferreira. A seleção de seu nome para participar da entrevista ocorreu por ter relação com a produção ou a comercialização a partir do fruto desta palmeira e sua experiência ser fundamental para a concretização da pesquisa.

Nesta pesquisa buscamos compreender como se deu as iniciativas de processamento da polpa do fruto da palmeira juçara no litoral do Paraná. Realizar um diagnóstico de onde se encontram os atuais produtores e, qual a opinião dos atores que trabalham com o incentivo e venda desta produção no litoral do Paraná acerca dos pontos positivos (potencial) e negativos (dificuldade/desafio).

Sua participação consistirá em responder uma entrevista com 25 perguntas acerca de dados gerais, relação com o meio, relação com o fruto, relação econômica, projeção e perspectiva de futuro em relação a produção.

Os benefícios relacionados com a sua participação são: a contribuição para os estudos envolvendo a situação atual; as perspectivas acerca dos potenciais e desafios vividos pelos produtores e articuladores que fomentam a produção no litoral do Paraná.

Os dados só serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, se o mesmo for permitido durante a pesquisa. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Você receberá uma cópia deste termo, no qual consta o telefone e o endereço da pesquisadora de campo, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

#### DADOS DOS PESQUISADORES

- Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Marcia Regina Ferreira UFPR Litoral / Orientadora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

- Pesquisadora de campo: Andreia Cristina da Silva, linha de pesquisa: Socioeconomia e saberes locais – Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável UFPR Litoral. Telefones: (41) 9784-8262 e-mail: andreiacn@usp.br

Matinhos, ..... de ..... de 2016

---

Assinatura pesquisador

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

---

Assinatura participante da pesquisa

**ANEXO 1 – Informação Técnica DSC 13/2017 do IAP**



GOVERNO DO PARANÁ

Interessado: Andreia Cristina da Silva  
SID: 14.688.456-3



### INFORMAÇÃO TÉCNICA DCS - 13/2017

A requerente defendeu a dissertação intitulada "Do caule aos frutos: diagnóstico da produção e uso da polpa de juçara (*Euterpe edulis* Martius) no litoral do Paraná, a qual versa sobre a atividade analisada por diversos pesquisadores de diversas instituições de ensino e de pesquisa e desenvolvida por diversos grupos de agricultores familiares, que trata do uso do fruto da palmeira juçara para fins de produção de polpa alimentícia.

Durante a defesa do trabalho a pesquisadora foi questionada sobre a situação da atividade perante a legislação ambiental, posto que tal palmeira é nativa da Floresta Ombrófila Densa, cujo manejo é sujeito à Lei 11.428, de 22/12/2006 e respectivo Decreto regulamentador nº 6660, de 21/11/2008, bem como consta da Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção conforme Portaria MMA nº 443, de 17 de dezembro de 2014, classificada na categoria Vulnerável, a qual estabelece:

Art. 2º As espécies constantes da Lista classificadas nas categorias Extintas na Natureza (EW), Criticamente em Perigo (CR), Em Perigo (EN) e Vulnerável (VU) ficam protegidas de modo integral, incluindo a proibição de coleta, corte, transporte, armazenamento, manejo, beneficiamento e comercialização, dentre outras.

§ 1º As restrições estabelecidas no caput não se aplicam a exemplares cultivados em plantios devidamente licenciados por órgão ambiental competente.

§ 2º As restrições estabelecidas no caput não se aplicam a produtos florestais não madeireiros, tais como sementes, folhas e frutos, desde que sejam adotadas:

I - técnicas que não coloquem em risco a sobrevivência do indivíduo e a conservação da espécie;

II - recomendações dos Planos de Ação Nacionais para Conservação de Espécies Ameaçadas - PAN, quando

Rua Engenheiros Rebouças, 1.206  
80215-100 – Curitiba – Paraná – Brasil  
Fone: 41 3213 3700 Fax: 41 333-6161  
Home Page: <http://www.iap.pr.gov.br>



GOVERNO DO PARANÁ

Interessado: Andreia Cristina da Silva  
SID: 14.688.456-3



existentes; e

III- restrições e recomendações previstas em normas específicas, incluindo atos internacionais.

Art. 3º - Para as espécies da Lista, classificadas na categoria Vulnerável (VU), poderá ser permitido o manejo sustentável, a ser regulamentado por este Ministério e autorizado pelo órgão ambiental competente, e atendendo minimamente os seguintes critérios:

I - não ser objeto de proibição em normas específicas, incluindo atos internacionais;

II - estar em conformidade com a avaliação de risco de extinção de espécies;

III - existência de dados de pesquisa, inventário florestal ou monitoramento que subsidiem tomada de decisão sobre o uso e conservação da espécie; e

IV - adoção de medidas indicadas nos PAN, quando existentes

Especificamente, no Paraná o tema é tratado pela Resolução Conjunta Ibama/Sema/IAP nº 19, de 26/03/2010:

**Art. 15.** Na coleta ou retirada de frutos deverão ser observados:

I - os períodos de retirada e volumes fixados em regulamentos específicos, quando houver;

II - a época de maturação dos frutos e sementes;

III - técnicas que não coloquem em risco a sobrevivência de indivíduos e da espécie;

IV - as limitações legais específicas e, em particular, as relativas ao acesso ao patrimônio genético, à proteção e ao acesso ao conhecimento tradicional associado e de biossegurança, quando houver;

V - a manutenção das funções relevantes na alimentação, reprodução e Abrigo da flora e fauna silvestre.

**Art. 16.** No caso da coleta ou retirada de frutos gerar produtos ou subprodutos destinados à comercialização direta ou indireta, poderá ser exigida autorização de transporte destes, conforme previsão normativa específica, quando houver.



GOVERNO DO PARANÁ

Interessado: Andreia Cristina da Silva  
SID: 14.688.456-3



Tendo em vista que a pesquisa desenvolve-se a partir do paradigma de conservação ambiental e geração de renda para agricultores familiares e comunidades tradicionais, percebe-se que o trabalho se vincula ao objetivo geral da Lei da Mata Atlântica, assim descrito:

Art. 6º A proteção e a utilização do Bioma Mata Atlântica têm por objetivo geral o desenvolvimento sustentável e, por objetivos

específicos, a salvaguarda da biodiversidade, da saúde humana, dos valores paisagísticos, estéticos e turísticos, do regime hídrico e da estabilidade social.

Parágrafo único. Na proteção e na utilização do Bioma Mata Atlântica, serão observados os princípios da função socioambiental da propriedade, da equidade intergeracional, da prevenção, da precaução, do usuário-pagador, da transparência das informações e atos, da gestão democrática, da celeridade procedimental, da gratuidade dos serviços administrativos prestados ao pequeno produtor rural e às populações tradicionais e do respeito ao direito de propriedade.

Compreendendo a correlação entre manejo sustentável dos produtos da sociobiodiversidade brasileira e redução da pobreza, o Decreto Nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, estabeleceu as bases da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR com o objetivo de reduzir as desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento. Em seguida o Decreto de 25 de fevereiro de 2008, instituiu o Programa Territórios da Cidadania, o qual busca a integração de ações de governo voltadas à melhoria das condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e a inclusão social e econômica de comunidades rurais, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Por fim, em julho de 2009, o Governo Federal

Rua Engenheiros Rebouças, 1.206  
80215-100 – Curitiba – Paraná – Brasil  
Fone: 41 3213 3700 Fax: 41 333-6161  
Home Page: <http://www.iap.pr.gov.br>





GOVERNO DO PARANÁ

Interessado: Andreia Cristina da Silva  
SID: 14.688.456-3



lançou o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. É evidente a conexão dessas políticas ao objetivo geral da Lei da Mata da Mata Atlântica.

Conforme a pesquisadora descreve, o fruto da palmeira juçara pode ser considerado um produto da sociobiodiversidade conforme a Portaria Interministerial 239, de 21 de julho de 2009, que instituiu o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. Segundo a portaria, compreende-se por sociobiodiversidade a “inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais” e os produtos da sociobiodiversidade são:

bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem.

Adicionalmente a Cadeia Produtiva da Sociobiodiversidade se refere a:

um sistema integrado, constituído por atores interdependentes e por uma sucessão de processos de educação, pesquisa, manejo, produção, beneficiamento, distribuição, comercialização e consumo de produto e serviços da sociobiodiversidade, com identidade cultural e incorporação de valores e saberes locais dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e que asseguram a distribuição justa e eqüitativa dos seus benefícios.

Rua Engenheiros Rebouças, 1.206  
80215-100 – Curitiba – Paraná – Brasil  
Fone: 41 3213 3700 Fax: 41 333-6161  
Home Page: <http://www.iap.pr.gov.br>



GOVERNO DO PARANÁ

Interessado: Andreia Cristina da Silva  
SID: 14.688.456-3



Ressalta-se também que a Política de Garantia de Preços Mínimos passou a incluir dez espécies vegetais trabalhadas pelo extrativismo, confirmando o reconhecimento do papel dos Produtos Florestais Não Madeireiros para a conservação ambiental e geração de renda. Corroborando o aspecto transversal, o Ministério da Indústria e Comércio instalou um Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais, a fim de identificar oportunidades e estratégias de comercialização.

Foi criado ainda nessa linha, o Programa de Agrobiodiversidade, respondendo a reivindicações de setores da sociedade civil por políticas públicas na área de conservação, manejo e uso sustentável.

Permanecem os desafios para evoluir de programas piloto para ações contínuas e abrangentes. Sobretudo, permanecem inúmeras lacunas de conhecimento sobre a biodiversidade brasileira nas áreas de produção, manejo, beneficiamento e industrialização e revela-se a demanda por capacitação e acompanhamento técnico. Ainda como desafio, a falta de um marco legal consolidado nesta área desmotiva investimentos e gera insegurança nas comunidades locais.

A lacuna referente ao marco legal dos PFNM vem sendo debatida neste IAP desde o início dos anos 2000. Em 2008, foi criado o Grupo de Trabalho de Legislação Ambiental Conservacionista para os Povos e Comunidades Tradicionais, Agricultura Familiar e Assentados, de caráter interinstitucional, porém com o advento do Decreto 6.660/2008 e a discussão do Código Florestal, a mobilização do Grupo ficou prejudicada.

A pesquisadora ressaltou que a chamada 11 do PDA (Subprograma Projeto Demonstrativos, operado pelo MMA, com o apoio de órgãos de cooperação

Rua Engenheiros Rebouças, 1.206  
80215-100 – Curitiba – Paraná – Brasil  
Fone: 41 3213 3700 Fax: 41 333-6161  
Home Page: <http://www.iap.pr.gov.br>



GOVERNO DO PARANÁ

Interessado: Andreia Cristina da Silva  
SID: 14.688.456-3



internacional, que busca práticas inovadoras de manejo dos recursos naturais, apoiando experiências piloto nos biomas Amazônico e Mata Atlântica) trabalhou com três produtos da sociobiodiversidade prioritários para conservação da Mata Atlântica: o fruto da palmeira juçara, o pinhão e a erva mate. Tal chamada buscou construir diretrizes para o manejo sustentável desses produtos. Foi produzida, assim, a cartilha de boas práticas de manejo da juçara. Entretanto, tal cartilha não deixa claro o atendimento aos requisitos estabelecidos na legislação, permanecendo a insegurança jurídica.

Ao contextualizar todo o histórico relatado, percebemos os elevados recursos despendidos por comunidades locais e instituições governamentais e não governamentais na busca de estratégias de geração de renda, redução da pobreza e de conservação de nosso patrimônio natural.

Cabe, portanto, aos órgãos ambientais caminhar junto nessas ações de desenvolvimento sustentável, que dependem da transversalidade, de forma a garantir a conservação ambiental e o cumprimento da legislação.

No que tange à legislação ambiental, as normas vigentes (Lei 11.428/2006, Dec 6.660/2008, Resolução Conjunta Ibama/Sema/IAP 19/2010, Lei 12.651/2012, Resolução Conama 443/2014) são unânimes em afirmar que a coleta dos PFNM é livre desde que não coloque em risco a sobrevivência do indivíduo, da espécie ou da fauna e deverá ser objeto de autorização, se houver regulamentação específica.

Resta, portanto, responder como será garantido o cumprimento das condicionantes (risco à espécie e à fauna). A atividade analisada - coleta de frutos

Rua Engenheiros Rebouças, 1.206  
80215-100 – Curitiba – Paraná – Brasil  
Fone: 41 3213 3700 Fax: 41 333-6161  
Home Page: <http://www.iap.pr.gov.br>



GOVERNO DO PARANÁ

Interessado: Andreia Cristina da Silva  
SID: 14.688.456-3



da juçara em quintais agroflorestais pela agricultura familiar - mostra que não há risco à espécie, tampouco à fauna, posto que essa segurança é garantida pelos remanescentes florestais que dominam toda a região da Floresta Ombrófila Densa do Paraná, área de ocorrência natural da espécie.

Como exemplo dessa assertiva observa-se na p. 101 da dissertação: "Em 90% das UD's a coleta do fruto é feita a partir de extrativismo em quintais próprios ou de outras áreas vizinhas e em todos os casos as sementes são reaproveitadas para plantio de mudas." A pesquisadora também cita outros trabalhos que demonstram que em outras regiões a mesma é observada: "Conforme dados da literatura, atualmente uma expressiva parte dos indivíduos de palmeira juçara se encontra em quintais agroflorestais (REIS, 2012; FILHO, 2005)." A pesquisadora aponta ainda outros trabalhos na região do Litoral Paranaense que encontraram o palmito juçara como espécie frequente em meio a áreas plantadas:

Biassio (2011) ao avaliar a agrobiodiversidade de 20 sistemas produtivos nos municípios de Antonina e Morretes (PR), destaca que a planta é uma das seis espécies mais comuns, com ocorrência de mais de 45 mil indivíduos na área pesquisada representando 46% do total de indivíduos observados.

Lembrando que a conservação ambiental depende da articulação do tripé econômico, social e ambiental, vale ressaltar a informação da pesquisadora referente à estratégia do Assentamento Lutzenberger que fornece a polpa de juçara para escolas do Município de Matinhos, promovendo a valorização econômica do fruto, o incremento nutricional na dieta dos estudantes e o adensamento de áreas florestais com as sementes oriundas da despolpa.

No que tange à construção dos Planos de Ação Nacionais para Conservação de Espécies Ameaçadas – PAN, instrumento de conservação e

Rua Engenheiros Rebouças, 1.206  
80215-100 – Curitiba – Paraná – Brasil  
Fone: 41 3213 3700 Fax: 41 333-6161  
Home Page: <http://www.iap.pr.gov.br>



GOVERNO DO PARANÁ

Interessado: Andreia Cristina da Silva  
SID: 14.688.456-3



proteção para espécies constantes da Lista de Espécies Ameaçadas, verifica-se que a atividade pode resultar em produção de informações imprescindíveis para um futuro PAN da Juçara. Assim, a pesquisadora cita autores como BOVI (1990) e PUPO (2007) que destacam o potencial adensamento da espécie proporcionado pela quebra da dormência oriunda do processo de despolpa e cita que o pesquisador do IAPAR (Francisco P. Chaimsohn) informa que para cada quilo de semente, de 560 a 1080 mudas podem ser geradas, contribuindo para a renovação do recurso na natureza.

### CONCLUSÕES

Após análise das características da coleta de frutos da palmeira juçara ora efetuada pelos agricultores familiares envolvidos na pesquisa em apreço, concluímos que tal qual descrito não se trata de atividade proibida pelas normas ambientais vigentes no Paraná. Reconhecemos que as diversas normas legais que versam sobre o assunto são unânimes ao estabelecer que devem ser adotadas técnicas que não coloquem em risco a sobrevivência do indivíduo e a conservação da espécie (o que se garante pelas descrições acima); também são unânimes em estabelecer que devem ser seguidas normas específicas, quando houver.

Ainda é importante destacar que não poderíamos lavrar autos de infração ambiental, posto que a extração dos frutos da juçara não é vedada.

A criação de normas específicas foi a opção do Estado de São Paulo que editou a Resolução SMA Nº 14, de 25 de fevereiro de 2014, a qual estabelece algumas estratégias importantes para o controle e monitoramento, porém ao mesmo tempo, estabelece uma série de exigências para os agricultores familiares, que podem afastar os produtores da regularização e legalidade.

Rua Engenheiros Rebouças, 1.206  
80215-100 – Curitiba – Paraná – Brasil  
Fone: 41 3213 3700 Fax: 41 333-6161  
Home Page: <http://www.iap.pr.gov.br>

**GOVERNO DO PARANÁ**

Interessado: Andreia Cristina da Silva  
SID: 14.688.456-3



É fato que a palmeira juçara consta da Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção e historicamente tem sido alvo de exploração insustentável socioambientalmente. Entretanto, também é fato sua ampla ocorrência em remanescentes florestais do Litoral do Paraná. Por outro lado, a atividade florestal, no Paraná, está sujeita à elevada restrição, em função de práticas predatórias adotadas pela falta de ética de alguns proprietários, empresários e técnicos. Assim, embora a atividade desenvolvida pelos agricultores familiares e descrita na pesquisa em apreço esteja de acordo com a legislação ambiental vigente, a fim de evitar a insegurança jurídica, ora constatada, e permitir que regras justas e ao alcance dos agricultores familiares e comunidades tradicionais sejam adotadas, entendemos salutar a construção participativa e respectivo reconhecimento pelos órgãos ambientais competentes de um conjunto de boas práticas como um caminho muito mais eficaz que a criação de normas legais convencionais.

DCS, 11/7/2017.

Eng<sup>a</sup> Agr<sup>a</sup> MARGIT HAUER, M.Sc., Dr.  
DCS/Dibap/IAP

Rua Engenheiros Rebouças, 1.206  
80215-100 – Curitiba – Paraná – Brasil  
Fone: 41 3213 3700 Fax: 41 333-6161  
Home Page: <http://www.iap.pr.gov.br>